AMM

Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 995 - Quinta-Feira 17 De Junho de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Taquari

DECRETO Nº. 057 /2010

"Dispõe sobre Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo 03/2010, nos termos do Edital n° 03/2010, para o cargo de "Mãe Social""

O Sr. Maurício Joel de Sá, Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que foram cumpridas todas as etapas do previstas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2010 .

D E C R E T A :

Artigo1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 03/2010, na forma do Resultado Final, anexo deste Decreto.

Artigo 2º - Com a presente homologação os candidatos aprovados poderão ser chamados para a serem investidos em cargo público de conformidade com o resultado final dos aprovados, obedecida à rigorosa ordem de classificação final e de acordo com a necessidade da Administração.

Artigo 3º - O prazo de validade do presente processo seletivo é até 31/12/2011.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Taquari - MT, 24 de Maio de 2010.

Maurício Joel de Sá
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 053 /2010

"Dispõe sobre Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo 03/2010, nos termos do Edital n° 03/2010, para os cargos de Operador de Máquinas em geral e Auxiliar de Desenvolvimento ."

O Sr. Maurício Joel de Sá, Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que foram cumpridas todas as etapas do previstas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2010 .

D E C R E T A :

Artigo1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 03/2010, na forma do Resultado Final, anexo deste Decreto.

Artigo 2º - Com a presente homologação os candidatos aprovados poderão ser chamados para a serem investidos em cargo público de conformidade com o resultado final dos aprovados, obedecida à rigorosa ordem de classificação final e de acordo com a necessidade da Administração.

Artigo 3º - O prazo de validade do presente processo seletivo é até 31/12/2011.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Taquari - MT, 08 de Maio de 2010.

Maurício Joel de Sá
Prefeito Municipal



RESULTADO FINAL

A Comissão de elaboração de procedimentos e normas para a realização de Teste Seletivo por tempo determinado, instituída através da portaria nº 295/2009, no uso de suas atribuições, torna público a todos os interessados o Resultado Parcial do Processo Seletivo Simplificado 004/2010

Cargo: Agente de Serviço Operacional

Nº	NOME	CPF	PROVA ESCR.	ESFOR. FIS.	TOTAL	RESULTADO
1	ATAIDE JOAQUIM DE SOUZA	141.301.811-49	50.0	427,50	477,50	APROVADO
2	ARTUR PEREIRA VIEIRA	879.743.801-44	80.0	382,50	462,50	APROVADO
3	REGIS FERREIRA MARTINS	034.672.141-50	90.0	342,50	432,50	APROVADO
4	JOSE FAGUNDES DE OLIVEIRA	013.810.4451-46	40.0	387,50	427,50	APROVADO
5	SILVIO AUGUSTO DE SOUZA	780.672.601-25	40.0	335,00	375,00	APROVADO
6	JOAO HELITON NUNES INACIO	037.253.121-09	90.0	267,50	357,50	APROVADO
7	OSVALDO ALVES DE MELO	458.494.121-15	40.0	257,50	297,50	APROVADO
8	GEISEANE OLIVEIRA TEODORO	013.841.431-90	70.0	222,50	292,50	APROVADO
9	HEROTIDES BARBOSA DE	582.619.401-44	50.0	220,00	270,00	APROVADO
10	TIAGO DE MELO ANDRADE	035.253.351-05	70.0	160,00	230,00	CLASSIFICADO
11	VANDERLEIA DA SILVA	934.289.791-68	90.0	125,00	215,00	CLASSIFICADO
12	JOAO OLICIO DOS SANTOS	325.652.911-91	50.0	150,00	200,00	CLASSIFICADO
13	MIRIANA CARDOSO DE AS	020.280-701-02	70.0	AUSENTE	70,00	CLASSIFICADO
14	JUCELIO GOMES PEREIRA	006.991.983-64	00.0	AUSENTE	00,00	DESCLASSIFICADO
15	ANTONIA RAMOS RAFAEL DE	039.871.394-47	-	-	-	AUSENTE
16	HELIO GALDINO RIBEIRO	917.426.501-63	-	-	-	AUSENTE

Processo seletivo simplificado 004/2010

RESULTADO FINAL

Cargo: Monitor de Informática

Nº	NOME	CP	ESCRITA	PRAT.	TOTAL.	DESEMP.	RESULTADO
1	EDYE LAUTTER CUNHA DE OLIVEIRA	023.789.291-02	15,0	10,0	25,00	-	APROVADO
2	JOSIANE DORNELLES PERRUD	308.955.668-50	14,0	4,25	18,25	28	CLASSIFICADA
3	DIRLENE CARVALHO SILVA	013.682.951-18	16,0	2,25	18,25	24	CLASSIFICADA

Cargo: Bibliotecário

Nº	NOME	CPF	NOTA	RESULTADO
1	MIRIAM FERNANDES DE JESUS	311.018.118-54	14,0	APROVADA

Prefeitura Municipal de Apiacás

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 039/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2010
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, torna público para conhecimento de interessados, que, com base Decreto Municipal n º 0156/2008 e 0564/2010, na Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal no 8.666/93 e alterações posteriores, encontra-se aberta Licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, Sistema de Ata de Registro de Preço do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para, Futura e eventual aquisição de filtros para Veículos e óleos Lubrificantes Para atender o Município de Apiacás/MT. Abertura no dia 29/06/2010, às 08:00 horas, Avenida Brasil nº 1059, Bairro Bom Jesus Apiacás -MT.Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado, no horário de 07:00 ás 12:00 ou pelo telefone (66) 3593-1344 –RAMAL 225.

Sebastião Silva Trindade
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Araputanga

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2010

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 026/2010, cujo Objeto é **Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção**; Dia: 01/07/2010. Entrega dos Envelopes: Até as 08:30 horas (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000 – Araputanga - MT, e no site www.araputanga.mt.gov.br, **(quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail seplan2@araputanga.mt.gov.br);** Abertura do envelope Nº 01: Às 09:00 horas, do dia 01/07/2010, no endereço estabelecido no edital. Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Araputanga - MT, 17 de Junho de 2010.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO
- Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 002/2010
PREGÃO: N° 001/2010 – REGISTRO DE PREÇOS

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Prestação de Serviço de transporte escolar - linhas infantil e fundamental, conforme especificações descritas abaixo**.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT,** situada a Rua 2, s/nº. centro, inscrita no CNPJ: 04.173.952/0001-68, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Sr. ALOISIO IRINEO JAKOBY**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus do Araguaia-MT, portador do RG n. 12R1125281 SSP/SC e CPF: 423.685.519-87, doravante denominado GERENCIADOR e a Empresa **GILBERTO ALAOR DA SILVA-ME "TRASNPORTES SANTA LUZIA"**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.942.599/0001-07, com sede na Avenida Amazonas, nº. 661, centro, Bom Jesus do Araguaia-MT CEP: 78.678-000, representada neste ato pelo seu Proprietário, Sr. Gilberto Alaor da Silva, portador da Carteira de Identidade n.º 3350777-4986253 SSP/GO, CPF/MF n.º 476.104.921-91, doravante denominada FORNECEDORA, **ACORDAM** proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 001/2010, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

LOTE	UNIDADE	EXTENSÃO	DESCRIÇÃO DO ROTEIRO	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
A	**Km**	**90 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Troca Tapa com destino à região do Gameleira; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra,**	**XX**	**XXXX**
B	**Km**	**76 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, na linha feita nas fazendas ao redor da comunidade de Nova Conquista ate o ponto de ônibus, sendo que são vários galhos onde vai e volta; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**XX**	**XXXX**
C	**Km**	**72 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Córrego da Onça ate a sede do município nas Escolas Santa Marta e Gerson Carlos da Silva; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**XX**	**XXXX**
D	**Km**	**143 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Jacubim ate a sede do município nas Escolas Santa Marta e Gerson Carlos da Silva; período Matutino e Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**2,00**	**286,00 p/dia trabalhado**
E	**Km**	**142 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade que compreende a Fazenda Chapéu, Fazenda São Miguel e Fazenda Agromon ate a Escola de Vila Campinas; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**XX**	**XXXX**
F	**Km**	**100 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Córrego Seco ate a sede do município nas Escolas Santa Marta e Gerson Carlos da Silva; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**XX**	**XXXX**
G	**Km**	**95 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade Fazenda Guerreiro ate a Escola de Vila Campinas; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**2,00**	**190,00 p/dia trabalhado**
H	**Km**	**104 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Sorriso ate a sede do município nas Escolas Santa Marta e Gerson Carlos da Silva; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**XX**	**XXXX**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para contratações do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de contratação, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os serviços contratados deverão ser entregues na cidade de Bom Jesus do Araguaia-MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **serviço.**

4.2. A entrega dos serviços deverá ser iniciada, no mesmo dia da emissão da ordem de serviço, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contrato de fornecimento de serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As contratações dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os serviços fornecidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega dos serviços, não sendo aceitos os que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

VIII - fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

IX- indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

7.0. São responsabilidades do Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do serviço em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o contratado de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de cheque nominal diretamente a CONTRATADA, preferencialmente em, até o 10º (décimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Serviço, com o respectivo comprovante, de que foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao contratado, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o contratado deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do contratado junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DECIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Contratado não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Contratado não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Contratado der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Contratado será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do CONTRATADO, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o CONTRATADO cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas da CONTRATADA:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Bom Jesus do Araguaia, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 3º (terceiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega dos serviços por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 16º (decimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura Municipal.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para Secretaria de Educação.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 001/2010 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 28 de Maio de 2010.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 001/2010
PREGÃO: N° 001/2010 – REGISTRO DE PREÇOS

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Prestação de Serviço de transporte escolar - linhas infantil e fundamental, conforme especificações descritas abaixo**.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT,** situada a Rua 2, s/nº. centro, inscrita no CNPJ: 04.173.952/0001-68, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Sr. ALOISIO IRINEO JAKOBY**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus do Araguaia-MT, portador do RG n. 12R1125281 SSP/SC e CPF: 423.685.519-87, doravante denominado GERENCIADOR e a Empresa **DORCILIO DE SOUZA RODRIGUES-ME "TRANSPORTE ESCOLAR RODRIGUES"**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.717.550/0001-14, com sede na Rua Jeroaquara, s/n, Qd-06 Lt-9 Bairro Davinopolis, cidade de Goiás-GO CEP: 76.600-000, representada neste ato pelo seu Proprietário, Sr. Dorcilio de Souza Rodrigues, portador da Carteira de Identidade n.º 866015 SSP/GO, CPF/MF n.º 169.845.011-72, doravante denominada FORNECEDORA, **ACORDAM** proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 001/2010, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

LOTE	UNIDADE	EXTENSÃO	DESCRIÇÃO DO ROTEIRO	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
A	**Km**	**90 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Troca Tapa com destino à região do Gameleira; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra,**	**2,00**	**180,00 p/dia trabalhado**
B	**Km**	**76 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, na linha feita nas fazendas ao redor da comunidade de Nova Conquista ate o ponto de ônibus, sendo que são vários galhos onde vai e volta; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**2,00**	**152,00 p/dia trabalhado**
C	**Km**	**72 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Córrego da Onça ate a sede do município nas Escolas Santa Marta e Gerson Carlos da Silva; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**2,00**	**144,00 p/dia trabalhado**
D	**Km**	**143 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Jacubim ate a sede do município nas Escolas Santa Marta e Gerson Carlos da Silva; período Matutino e Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**XX**	**XXXX**
E	**Km**	**142 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade que compreende a Fazenda Chapéu, Fazenda São Miguel e Fazenda Agromon ate a Escola de Vila Campinas; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**2,00**	**284,00 p/dia trabalhado**
F	**Km**	**100 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Córrego Seco ate a sede do município nas Escolas Santa Marta e Gerson Carlos da Silva; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**2,50**	**250,00 p/dia trabalhado**
G	**Km**	**95 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade Fazenda Guerreiro ate a Escola de Vila Campinas; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**XX**	**XXXX**
H	**Km**	**104 Km/dia**	Viagem, ida e volta, de segunda a sexta-feira, da localidade denominada Sorriso ate a sede do município nas Escolas Santa Marta e Gerson Carlos da Silva; período Vespertino; **Característica: 100% estrada de terra**	**2,50**	**260,00 p/dia trabalhado**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para contratações do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de contratação, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os serviços contratados deverão ser entregues na cidade de Bom Jesus do Araguaia-MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **serviço.**

4.2. A entrega dos serviços deverá ser iniciada, no mesmo dia da emissão da ordem de serviço, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contrato de fornecimento de serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As contratações dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os serviços fornecidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega dos serviços, não sendo aceitos os que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

VIII - fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

IX- indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

7.0. São responsabilidades do Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do serviço em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o contratado de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de cheque nominal diretamente a CONTRATADA, preferencialmente em, até o 10º (décimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Serviço, com o respectivo comprovante, de que foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao contratado, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o contratado deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" da situação do contratado junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DECIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Contratado não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Contratado não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Contratado der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Contratado será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do CONTRATADO, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o CONTRATADO cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas da CONTRATADA:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Bom Jesus do Araguaia, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 3º (terceiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega dos serviços por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 16º (decimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura Municipal.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo

no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para Secretaria de Educação.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 001/2010 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 28 de Maio de 2010

Prefeitura Municipal de Cáceres

AVISO DE ABERTURA DE REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 16/2010 **– Processo nº** 102/2010

Órgão: Prefeitura de Cáceres, Estado de Mato Grosso

Objeto: Aquisição de equipamentos para ser utilizados pela equipe de carpintaria e bomba de água para poço semi-artesiano das escolas municipais Vila Real, Novo Oriente e Paulo Freire, no assentamento Paiol..

Hora e Data de Abertura: às **14h00,** horário local (MT), do dia **30 de Junho de 2010**

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas, - nº 1815, CEP 78200-000, das 12:00 às 18:00 horas, ou através do portal WWW.caceres.mt.gov.br ou solicitado através do e-mail: licita.cac@hotmail.com ou ainda pelo telefone (65) 3223-3805 e 3223-1500 – ramal 233.

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 16 de Junho de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 21/20010 **– Processo nº** 116/2010

Órgão: Prefeitura de Cáceres, Estado de Mato Grosso

Objeto: Aquisição de peças para manutenção de computadores das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Cáceres.

Hora e Data de Abertura: às **14:00h,** horário local (MT), do dia **01 de Julho de 2010**

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas, - nº 1815, CEP 78200-000, Cáceres-MT, das 12:00 às 18:00 horas, ou através do portal www.caceres.mt.gov.br ou solicitado através do e-mail: licita.cac@hotmail.com ou ainda pelo telefone (65) 3223-3805 e 3223-1500 – ramal 233.

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 16 de Junho de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da CPL

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO: Modalidade: **Pregão Presencial** n.º 011/2010 **padrão:** Registro de Preços.

Processo n.º 085/2010

Objeto: Aquisição futura e eventual de material de consumo de limpeza para atender toda a rede municipal de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT., vem tornar publico, para conhecimento dos interessados, que em conformidade da Lei n.º 8.666/93, de 21/jun/1993, em seu Art. 23, inciso II, alínea "a", a empresa JUNIO LOPES DA CRUZ – ME, que no ato da realização deste feito, no valor de R$ 58.738,35 (cinqüenta e oito mil, setecentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos), foi julgada vencedora do certame, para a entrega dos produtos constantes do objeto desta Licitação, e do Edital que rege a presente modalidade e padrão em que esta empresa é vencedora, nesta data e neste Município de Cáceres/Mt.

Despesas RECURSOS PROPRIOS

Local e Data: Cáceres/MT., 20 de maio de 2010.

Fornecedor(a) **JUNIO LOPES DA CRUZ-ME**

Valor: **58.738,35**

LUIS AURELIO ALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO: Modalidade: **Pregão Presencial** n.º 003/2010 **padrão:** Registro de Preços.

Processo n.º 006/2010

Objeto: Aquisição futura e eventual de material de consumo de limpeza para atender toda a rede municipal de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT., vem tornar publico, para conhecimento dos interessados, que em conformidade da Lei n.º 8.666/93, de 21/jun/1993, em seu Art. 23, inciso II, alínea "a", compareceram as

seguintes empresas abaixo relacionadas, à sala da Comissão Permanente de Licitação, a empresa JUNIO LOPES DA CRUZ-ME, julgada vencedora do certame, nos itens: 1, 6, 8, 9, 11, 12, 17, 19, 20, 22, 26, 30, 33, 39, 41 e 42, com o valor de R$ 193.374,50 (cento e noventa e três mil, trezentos e setenta e quatro reais, cinqüenta centavos), a empresa JUBA SUPERMERCADOS LTDA, julgada vencedora nos itens: 3, 4, 7, 14, 15, 24, 25, 31, 36 e 37, no valor de R$ 337.975,00 (trezentos e trinta e sete mil, novecentos e setenta e cinco reais) e a empresa VIEGAS DE SOUZA & CIA. LTDA., julgada vencedora nos itens: 2,5,10,13,16,18,21,23,27,28,29,32,34,35,38,40,43,45 e 46, no valor de R$197.760,00 (cento e noventa e sete mil, setecentos e sessenta reais),. As empresas acima, julgadas vencedoras deste certame terão a cumprir os requisitos previstos no edital, e satisfeitos os preceitos legais, foi dado e publicado o RESULTADO DE LICITAÇÃO.

Despesas RECURSOS PROPRIOS/PROG. AQ. MERENDA PEQ. AGRIC./ REC. EDUC./TRF. DIRETA EDUC./MANUT. PROG. ALIM.

Local e Data: Cáceres/MT., 20 de maio de 2010.

LUIS AURELIO ALVES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DE LICITAÇÃO:.

Modalidade: **Carta Convite** n.º 043/2010 - Processo n.º 107/2010

Objeto: Aquisição de materiais para reposição nos equipamentos (caminhões e maquinários) da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, desta Prefeitura.

Resultado: A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT., vem tornar publico, para conhecimento dos interessados, que em virtude do não comparecimento das seguintes empresas que foram devidamente convidadas para este certame, a saber: S.O.S. RODAS E VEICULOS LTDA-ME., OSVALDO ALVES & CIA. LTDA sendo que apenas houve o comparecimento da empresa GOTARDO & CIA. LTDA. e atendendo aos preceitos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, de parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, que a presente sessão de licitação, foi declarada DESERTA, e em conseqüência do ocorrido, o Presidente da CPL RESOLVE REPETIR O CERTAME.

Local e Data: Cáceres/MT., 09 de junho de 2010.

LUIS AURELIO ALVES

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

RESULTADO DE LICITAÇÃO:.

Modalidade: **Carta Convite** n.º 042/2010 - Processo n.º 106/2010

Objeto: Aquisição de Betoneira auto-carregavel com capacidade para 600 (seiscentos) litros para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, desta Prefeitura.

Resultado: A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT., vem tornar publico, para conhecimento dos interessados, que em virtude do não comparecimento das seguintes empresas que foram devidamente convidadas para este certame, a saber: COMERCIAL DE MAQUINAS E FERRAMENTAS SÃO BENTO LTDA, BOMBAS NAUTICA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (MAXIMAC) LTDA. E CURVO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.,. e atendendo aos preceitos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, de parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, que a presente sessão de licitação, foi declarada DESERTA, e em conseqüência do ocorrido, o Presidente da CPL RESOLVE REPETIR O CERTAME.

Local e Data: Cáceres/MT., 09 de junho de 2010.

LUIS AURELIO ALVES

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

RESULTADO DE LICITAÇÃO:.

Modalidade: **Carta Convite** n.º 041/2010 - Processo n.º 105/2010

Objeto: Aquisição de materiais necessários para a confecção de aproximadamente 1.500 (hum mil e quinhentos) pães diários para atender as crianças e adolescentes durante as atividades da jornada ampliada do PETI, da Secretaria Municipal de Ação Social desta Prefeitura.

Resultado: A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT., vem tornar publico, para conhecimento dos interessados, que em virtude do comparecimento de apenas uma empresa ao certame realizado nesta data, e atendendo aos preceitos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, de parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, que a presente sessão de licitação, e em conseqüência do ocorrido, o Presidente da CPL RESOLVE REPETIR O CERTAME.

Local e Data: Cáceres/MT., 07 de junho de 2010.

LUIS AURELIO ALVES

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

RESULTADO DE LICITAÇÃO:.

Modalidade: **Carta Convite** n.º 045/2010 - Processo n.º 111/2010

Objeto: Aquisição de 02 (duas) câmaras frias para armazenamento adequado de congelados do setor de alimentação escolar desta Prefeitura.

Resultado: A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT., vem tornar publico, para conhecimento dos interessados, que em virtude do comparecimento de apenas uma empresa ao certame realizado nesta data, e atendendo aos preceitos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, de parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, que a presente sessão de licitação, e em conseqüência do ocorrido, o Presidente da CPL RESOLVE REPETIR O CERTAME.

Local e Data: Cáceres/MT., 11 de junho de 2010.

LUIS AURELIO ALVES
Presidente da CPL

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 18/2010 – Processo n° 114/2010

Órgão: Prefeitura de Cáceres, Estado de Mato Grosso

Onde se lêà Objeto: Aquisição de materiais para ser utilizados no tapa buracos, recapeamento e lama asfáltica

Leia-seàObjeto: Fornecimento de agregados para operação tapa buracos, recapeamento e lama asfáltica e materiais para confecção de boca de lobo, tampas de bocas de lobo, meio-fios e outros artefatos de concreto.

Onde se lêàHora e data de abertura: as 13h00, horário local (MT), do dia 21 de junho de 2010 para Recebimento das Documentações e Propostas e da Abertura do Certame

Leia-seà Hora e data de abertura: as 09h00, horário local (MT), do dia 01 de julho de 2010 para Recebimento das Documentações e Propostas e da Abertura do Certame

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas, - nº 18158, CEP 78200-000, Cáceres-MT, das 12:00 às 18.00 horas ou através do portal: **www.caceres.mt.,gov.br** ou solicitado através do e-mail: licita.cac@hotmail.com ou ainda pelo telefone (65) 3223.1500 – Ramal 233.

Local e data: Prefeitura de Cáceres - MT, 09 de junho de 2010.

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PRECIS, CNPJ: 24.772.287/0001-36**,** torna público, que esta requerendo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA, a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) do Sistema de Tratamento de Esgoto do Município de Campo Novo do Parecis-MT.

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio

AVISO DE RESULTADO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2.010

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

Resultado de Licitação

Através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna pública para conhecimento dos interessados que, do julgamento do certame Licitatório sob a Modalidade Tomada de Preços n° 01/2.010, com objeto fornecimento de material e execução de construção com 565,00 m² de área construída, de acordo com o projeto de Convênio FNDE/ PROINFANCIA de nº 710450/2008, sagra-se vencedora a empresa; C.S CONSTRUTORA LTDA-ME., CNPJ 03.860.653/0001-39

Campos de Júlio, 14 de junho de 2.010

EDIGAR CAVALCANTI LAGOA
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2.010

O Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO - MT, nomeado pela Portaria Nº 002/2010, vem a público divulgar para conhecimento dos interessados que, no Pregão Presencial de que trata o Edital nº 036/2010, PREGÃO PRESENCIAL n. 014/2.010 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com as leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e alterações posteriores, para *contratação de empresa especializada em organização e execução de espetáculo de rodeio*, conforme especificações descritas no anexo do Edital, levado a efeito às 08 (oito) horas do dia 15/06/2010, teve como resultado vencedor do certame a empresa RENATO SOUZA RODEIOS E EVENTOS LTDA-ME; CNPJ:10.945.976/0001-90.

Campos de Júlio, 16 de maio de 2.010.

Edigar Cavalcanti Lagoa
Pregoeiro Oficial

Portaria 002/2.010

EXTRATO DO CONTRATO N° 055/2.010

DA ESPÉCIE: Contrato que entre si celebram A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia na área civil, para execução de serviços, com fornecimento de material, e efetivação construção de obra com 565 m² de área construída, de acordo com o projeto, plantas, memorial descritivo, planilhas e Termo de referência e anexos do processo, Tomada de Preço 01/2.010. Ao Convênio 710450/2.008 – FNDE PROINFÂNCIA.

DO VALOR: O presente Contrato tem o valor total de R$ 619.493,69 (Seiscentos e dezenove mil e quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 390 - Projeto Atividade: 1.045/Elemento de Despesa 4.4.90.51.00.00.00.00.0114.23.

DA VIGÊNCIA: 14/06/2.010 a 06/12/2.010.

ASSINAM: CLAIDES LAZARETTI MASUTTI – Prefeita Municipal Pública/ CONTRATANTE e C.S. CONTRUTORA LTDA – ME, CNPJ. 03.860.653/0001-39 representada pelo Sr. Marco Alessandro Castilho/ CONTRATADA.

GABARITO PRELIMINAR

ALFABETIZADO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO																			
PROVA I – LÍNGUA PORTUGUESA E CONHEC. GERAIS										PROVA II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	C	B	A	D	C	A	B	C	C	B	D	D	A	B	A	C

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MASCULINO																			
PROVA I – LÍNGUA PORTUGUESA E CONHEC. GERAIS										PROVA II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	C	B	A	D	C	A	B	C	C	B	D	D	A	B	A	C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

Resultado das Provas Objetivas do Concurso Público 001/2010
Anexo Único do Edital Complementar de nº 012/2010

Nome	Inscrição	Média Final	Classificação
Cargo: (1) AUXILIAR DE SERV. GERAIS MASCULINO			
THIAGO SANTOS DE LIMA	00165	9,00	1°
ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA	00645	8,50	2°
CARLOS DOS SANTOS	01295	8,00	3°
JOSEMAR GUERO	00407	8,00	4°
SERGIO SILVA MACEDO	00056	8,00	5°
NETINHO DE ANDRADE	01166	7,50	6°
CANDIDATOS SOMENTE CLASSIFICADOS			
MARCIANO GONÇALVES DA SILVA	00055	7,50	7°
JOÃO MILTON LUCAS	01133	7,00	8°
IVAL NUNES DIAS	00654	7,00	9°
JOSE APARECIDO DE FRANÇA JUNIOR	00684	7,00	10°
LUIZ CARLOS DE MELLO JUNIOR	00058	6,50	11°
PEDRO FILOMENA LOPES	01350	6,00	12°
NEREU ANTONIO DOS REIS	01425	5,50	13°
Cargo: (2) AUXILIAR DE SERV. GERAIS FEMININO			
MARCIA OLIVEIRA DE MELLO	00441	10,00	1°
MARINEIDE PEREIRA	00161	10,00	2°
GEIZE RODRIGUES DE MIRANDA	00214	10,00	3°
FRANCILAINE DE MATOS	00903	9,50	4°
ELIENI LEITE DA SILVA	00215	9,50	5°
SIMONE FRANCISCONI DELLATORRE	01123	9,50	6°
MARIA SUELI DO CARMO DA CRUZ	00520	9,50	7°
MARIA DO SOCORRO NASCIMENTO LUNA	00859	9,50	8°
OLINDA TERESINHA RAUTA	00469	9,00	9°
RENATA FONTINO	01044	9,00	10°
SANDRELY OLIVEIRA SILVA	00517	9,00	11°
ANA HELI DOS PASSOS ALMEIDA	00051	9,00	12°
CLAUDIA DA SILVA OLIVEIRA	01136	9,00	13°
CRISLAINE MILAYNE DOS SANTOS SILVA	00784	8,50	14°
CANDIDATOS SOMENTE CLASSIFICADOS			
ELAINE TEREZINHA MARTINELLO	00108	8,50	15°
CARLA APARECIDA SANTOS LIMA	00551	8,50	16°
MARIA HELENA DE MORAES	01280	8,50	17°
ROSA MARIA DE SIQUEIRA	00096	8,50	18°
CLENILDA FILOMENA LOPES	00835	8,50	19°
ROSENILDA APARECIDA DE OLIVEIRA	00020	8,50	20°
SONARA FATIMA FRANCISCONI	00664	8,50	21°
VIVIANE RIBAS SIQUEIRA	01263	8,50	22°
VERONEIDE SANTANA	01048	8,50	23°
SANDRA LUCIA DE OLIVEIRA	01258	8,50	24°
REGINA CELIA DE SOUZA CAMPOS	00682	8,50	25°
ZENEIDE MENDES DE ALMEIDA	00107	8,50	26°
ZILMIRA CAMPAGNARA GUADAGNIN	01297	8,00	27°
EVANILDA RAMOS DA SILVA	00308	8,00	28°
MARIA APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA	01257	8,00	29°
ANA ROSA GULARTE	01434	8,00	30°
LUZIA APARECIDA DA SILVA	00083	8,00	31°
ELICIA GOMES TOME DA SILVA	00111	8,00	32°
INOSIMA APARECIDA DE OLIVEIRA FROEHLICH	00956	8,00	33°

07/06/2010

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

Resultado das Provas Objetivas do Concurso Público 001/2010
Anexo Único do Edital Complementar de nº 012/2010

Nome	Inscrição	Média Final	Classificação
DERIANE DA SILVA SANTANA	01277	8,00	34º
KATIANE ALVES DA CONCEIÇÃO	01117	8,00	35º
JAQUELINE APARECIDA DA SILVA	00021	8,00	36º
LUCIANE RIBEIRO BATISTA	00050	8,00	37º
SILVANIA APARECIDA VON STEIN	00098	8,00	38º
JAQUELINE SCHITINI DONIZETI	00097	8,00	39º
ENEIS DOLORES AMADOR DA SILVA	00472	8,00	40º
ENI DE ALMEIDA	00957	8,00	41º
ROSILENE OLIVEIRA ROCHA TALINO	00596	8,00	42º
ROSENI OLIVEIRA SILVA	00088	8,00	43º
JOCELIA DUARTE ARAUJO CARDOSO	00307	7,50	44º
MARISTELA SILVACKY	01015	7,50	45º
ELIANE RAMOS DA SILVA OLIVEIRA	00448	7,50	46º
LUCIA APARECIDA ANDRETTA	01118	7,50	47º
MARILENE PEREIRA DA SILVA	00627	7,50	48º
JANETE WEIRCH	00351	7,50	49º
CHARLAYNE CAMARGO DE ABREU	00306	7,50	50º
IVALDETE GONÇALVES JUNIOR	00915	7,50	51º
MONTANA MARIA APRIGIO DA SILVA	01355	7,50	52º
ROMILDE CASSOL	01106	7,00	53º
ELIANE BORGES CHAGAS	01115	7,00	54º
ANTONIA LUZINEIDE DA COSTA ASSIS	01492	7,00	55º
ANTONIA PEREIRA DE SOUZA	00166	7,00	56º
JUCILEIDE VIANA DA SILVA	01437	7,00	57º
CATARINA MARIA RAMOS DE CAMPOS	01307	7,00	58º
GLACI AFANIO	01045	6,50	59º
MARIA CARDOSO DOS SANTOS	01126	6,50	60º
MARCIA CRISTINA LINS DOS SANTOS	01306	6,50	61º
LUCILEIDE FRANCISCA RAMOS	00212	6,00	62º
LUCIENE BENTO DA SILVA	00514	6,00	63º
AOZEMIRA OLIVEIRA ANTONIO GUIMARAES	00559	6,00	64º
MARIA SONIA FERREIRA DE SOUSA	00125	6,00	65º
MARIA ONEIDE ALVES DOS REIS	00134	6,00	66º
FRANCIELI FERMINA SONALIO	00340	6,00	67º
RENE FELIX DE SOUZA	01412	6,00	68º
DALVANI PEREIRA DO CARMO ALMEIDA	00327	6,00	69º
NAIR VIEIRA DA SILVA	00455	6,00	70º
DIRLEY MARIA VELOZO	00180	5,00	71º
IVONE BATISTA PINHEIRO	00457	5,00	72º

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

Resultado das Provas Objetivas do Concurso Público 001/2010
Anexo Único do Edital Complementar de nº 012/2010

Nome	Inscrição	Média Final	Classificação
Cargo: (2) AUXILIAR DE SERV. GERAIS FEMININO PNE			
VIVIANE RIBAS SIQUEIRA	01263	8,50	1°

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

Resultado das Provas Práticas do Concurso Público 001/2010
Anexo Único do Edital Complementar de nº 012/2010

Nome	Inscrição	Média Final	Classificação
Cargo: (3) OPERADOR DE MAQ. RODOVIARIAS II			
DIONI MARCIO TAVARES DA SILVA	00325	7,40	1°
RENATO SOARES DE SOUZA	00191	6,45	2°
CANDIDATOS SOMENTE CLASSIFICADOS			
IVANOR RODRIGO KINSEL COLLE	00987	6,20	3°
EUCLIDES TALINO	00595	6,00	4°
Cargo: (5) MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL-CAT "D"			
APARECIDO VIEIRA DE CASTRO	00814	9,17	1°
ANTONIO MENDES BARBOSA NETO	01142	9,00	2°
ELIAS GOMES TOME	00914	8,58	3°
ALBERTO OLÍMPIO LUSTOSA	00446	8,50	4°
JOSE ZUCATTO	00593	8,42	5°
ELI GOMES TOME	00905	8,33	6°
CANDIDATOS SOMENTE CLASSIFICADOS			
ALESSANDRO DOMINGOS DA SILVA	00743	8,33	7°
SEVERINO FERREIRA LIMA	00774	8,17	8°
VALDOMIRO DOS SANTOS	01260	8,17	9°
LAURENCIMAR GALDINO DA SILVA	00319	8,17	10°
ANDRE LUIZ PETTER	00223	7,75	11°
LEANDRO ANTONIO HORBACH	00542	7,58	12°
CARLOS ADRIANO DA SILVA	00919	7,46	13°
PAULO GOMES DA SILVA	00429	7,00	14°
GILBERTO ASTRIZZI	01032	6,92	15°
Cargo: (6) AGENTE ADMINISTRATIVO			
WAGNER GIONGO	00644	8,14	1°
JOÃO PAULO DE JULIO PIOVEZAN	00121	7,95	2°
CANDIDATOS SOMENTE CLASSIFICADOS			
ROGERES CASSOL	00062	7,69	3°
ANA PAULA LOPES LUNDIN	00935	7,59	4°
LIANE ZONATTO	01286	7,12	5°
ROSEMARA MACHADO	00483	7,00	6°
PRISCILA ZANETTI FAGUNDES	01146	6,50	7°
FRANCIELI BEATRIZ CECCON	00643	6,17	8°
Cargo: (7) FISCAL DE TRIBUTOS			
ERIC RODRIGO PETTENAN	01216	8,70	1°
DARCI RODRIGO TEIXEIRA	00148	8,25	2°
CANDIDATOS SOMENTE CLASSIFICADOS			
MARILENE ALVES MEDEIROS	00463	7,50	3°
ALINE HEINZ	00465	7,37	4°
JEFERSON HEINZ	00473	7,00	5°
BAZILIO PEDROSO DA SILVA NETO	00076	6,71	6°
NIELSON FAVARO DOS SANTOS	00621	6,52	7°
EDER JONES LIELIS DE OLIVEIRA	00101	6,50	8°
ELISIANE CARINA DA VEIGA	00564	5,83	9°
Cargo: (8) TECNICO EM ENFERMAGEM			
SUELEN DIAS PEREIRA DOS SANTOS	00163	8,11	1°
JOSIANE DE SOUZA BEZERRA	01334	7,67	2°
JULIANO SALVADOR DA SILVA	00509	7,64	3°
ISAURI DE SOUZA	00467	7,46	4°
CANDIDATOS SOMENTE CLASSIFICADOS			

07/06/2010

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

Resultado das Provas Práticas do Concurso Público 001/2010
Anexo Único do Edital Complementar de nº 012/2010

Nome	Inscrição	Média Final	Classificação
MARILZA DE SOUZA	01047	7,43	5º
EVA CRISTINA DOS SANTOS	01457	7,38	6º
NELCI MARIA DANIEL CAVALLI	01236	7,39	7º
MARILDO ANTÔNIO DE ARAÚJO	01267	7,39	8º
ROSA MARIA LOPES BARRETO	00462	6,86	9º
LORENA VALMORBIDA DE OLIVEIRA	00486	6,06	10º

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

Resultado Final do Concurso Público 001/2010
Anexo Único do Edital Complementar de nº 014/2010

Nome	Inscrição	Média Final	Classificação
Cargo: (2) AUXILIAR DE SERV. GERAIS FEMININO PNE			
VIVIANE RIBAS SIQUEIRA	01263	8,50	1º

Prefeitura Municipal de Carlinda

LEI MUNICIPAL N.º 592/2010.

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR CONVÊNIO COM A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E LOCAR IMÓVEL NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Orodovaldo Antônio de Miranda, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, visando à cessão do imóvel indicado no artigo 2º desta Lei, a fim de que nele seja implantada a Agência dos Correios de Carlinda/MT.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o "caput" deste artigo terá o prazo de vigência de 31 (trinta e um) meses, prorrogáveis por igual período, desde que haja concordância das partes, caso em que será elaborado Termo Aditivo.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de locação de imóvel, nos seguintes termos:

I- Locação de imóvel destinado a instalação da Agência dos Correios de Carlinda/MT, para o exercício de 2010 o qual será pago o valor mensal de até R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

II- A locação se dará mediante realização do processo licitatório nos termos da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta serão suportados pela seguinte Dotação Orçamentária: 00-78. 04.001.04.122.0004.2 009.33.90.39.00.00.00.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA- MT,
Em 15 de junho de 2010.

ORODOVALDO ANTÔNIO DE MIRANDA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 593/2010.

SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 266/2004 E DA LEI 300/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Orodovaldo Antônio de Miranda, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Acrescenta os artigos 133A, 133B e 133C na Lei Municipal n.º 266/2004, que terão a seguinte redação:

Art. 133A - O Serviço Extraordinário prestado por servidor público competente deverá ser atestado como prova de verdade pelo Secretário responsável pela unidade onde foi prestado o serviço.

Art. 133B - É vedada a concessão de Adicional por Serviço Extraordinário com a finalidade de remunerar outros serviços ou encargos.

Art. 133C - O Adicional por Serviço Extraordinário atestado por Secretário responsável pela unidade onde foi prestado o serviço só

será outorgado e lançado na folha de pagamento após deferimento expresso do Chefe do Executivo.

Art. 2° - Revoga o inciso VI, do artigo 126, da Lei Municipal n.º 266/2004.

Art. 3° - Acrescenta os Capítulos IIA e IIB; os artigos 2ºA, 2ºB, 2ºC, 2ºD, 2ºE, 2ºF, 2ºG, 2ºH, 2ºI e 2ºJ e o parágrafo 3º, do artigo 26, da Lei Municipal n.º 300/2005, que terão a seguinte redação:

CAPÍTULO IIA
Do Adicional por Função

Artigo 2ºA - O Adicional por Função será devido ao servidor que desempenhar função para a qual seja necessária a satisfação de um ou todos os requisitos a seguir:

I - Conhecimento específico;
II - Capacitação específica;
III - Horário diferenciado;
IV - Dedicação especial.

Artigo 2ºB - Limita-se o Adicional por Função a 25% dos rendimentos percebidos pelo servidor que a esse tenha direito.

Artigo 2ºC - Cabe ao Chefe do Poder Executivo analisar a função desempenhada pelo servidor e optar expressamente pelo deferimento ou não do Adicional por Função o qual só será outorgado e lançado na folha de pagamento após a respectiva autorização pelo Prefeito.

Artigo 2ºD – Ao ocupante do cargo em comissão ou função gratificada, não serão devidos o adicional por função que, também não poderá ser percebido, cumulativamente, com outros adicionais ou gratificações seja a que título for previstos em Lei ou regulamento.

CAPÍTULO IIB
Da Gratificação de Serviços

Artigo 2ºE - O servidor por méritos poderá conquistar o direito à Gratificação de Serviços.

Artigo 2ºF - A Gratificação de Serviços será devida a servidor que com esmero e dedicação desempenha a função para qual foi designado.

Artigo 2ºG - A comprovação do esmero e dedicação se dará com base em resultados, devendo ser esses visíveis, notórios e atestados como prova de verdade pelo Secretário da unidade na qual o servidor presta serviços.

Artigo 2ºH - Limita-se a Gratificação de serviços a 25% dos rendimentos percebidos pelo servidor que tenha adquirido o direito.

Artigo 2ºI - Cabe ao Chefe do Poder Executivo analisar os resultados decorrentes dos serviços prestados pelo servidor, e optar expressamente pelo deferimento ou não da Gratificação por Serviços a qual só será outorgada e lançada na folha de pagamento após a respectiva autorização pelo Prefeito.

Artigo 2ºJ - Ao ocupante do cargo em comissão ou função gratificada, não serão devidos a gratificação de serviços que, também não poderá ser percebida, cumulativamente, com outros adicionais ou gratificações seja a que título for previstos em Lei ou regulamento.

Artigo 26 - ——————————————————————————

§ 3º - Ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo que seja nomeado para cargo de provimento em comissão e optar pelo salário do cargo efetivo será devido adicional de 25% dos rendimentos percebidos pelo servidor que a esse tenha direito.

Art. 4º - **As demais disposições da Lei Municipal n.º 266/2004 e da Lei Municipal n.º 300/2005 permanecerão em vigor.**

Art. 5º - **Fica o Executivo autorizado a proceder a reedição da Lei Municipal n.º 266/2004 e da Lei Municipal n.º 300/2005, com as alterações da presente Lei.**

Art. 6º - **Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA- MT**,**
Em 15 de junho de 2010.

ORODOVALDO ANTÔNIO DE MIRANDA
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 594/2010.

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO AO CLUBE DE MÃES DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ORODOVALDO ANTÔNIO DE MIRANDA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, propõe à **CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA** o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - Fica o Município de Carlinda/MT autorizado a conceder auxilio financeiro ao Clube de Mães de Carlinda/MT, na importância de até R$1.000,00 (um mil reais) em parcela única a ser destinada em despesas de manutenção de máquinas de costura, sob requerimento e comprovação de sua necessidade.

Parágrafo Único: As despesas de que se trata o "caput" deste artigo serão destinadas exclusivamente, para complementar as despesas com a manutenção das máquinas supra citadas.

Art. 2º - O Clube de Mães de Carlinda/MT, prestará contas do auxílio financeiro recebido do Poder Executivo Municipal, através de relatório pormenorizado das despesas efetivamente realizadas e comprovação de nota fiscal.

Parágrafo Único: A prestação de contas deverá ser apresentada até o décimo dia do mês subseqüente ao repasse do auxilio financeiro efetuado no mês anterior.

Art. 3º - Para atender as despesas decorrentes da execução desta lei, serão utilizados os recursos orçamentários constantes no orçamento vigente na conta: 84-04.001.04.122.0006.2011.3370.41.00.00.00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA- MT**,**
Em 15 de junho de 2010.

ORODOVALDO ANTÔNIO DE MIRANDA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Colíder

Retificação de Resultado de Licitação - Pregão Presencial nº 033/2010

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, por sua Pregoeira Oficial, tendo em vista o contido no processo nº 050/2010, torna público a quem possa interessar A RETIFICAÇÃO do valor total dos itens 08 e 09 adjudicado para a empresa Nishioca & Nishioca Ltda – ME, publicado no dia 15 de junho de 2010. No resultado do Pregão Presencial em epígrafe, ONDE SE LÊ: ITEM 08 - R$ 22.800,00; ITEM 09 - R$ 13.680,00, LEIA-SE: ITEM 08 - R$ 21.600,00; ITEM 09 - R$ 12.960,00. No valor total adjudicado ONDE SE LÊ: R$ 36.480,00, LEIA-SE: R$ 34.560,00

Colider/MT, em 17 de Junho de 2010

VIVIENE C. GONÇALVES RIBEIRO
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2010

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 05 de Julho de 2010, ás 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto a Aquisição de Materiais Esportivos para as Secretarias Municipais de Colíder/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 60 – Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br

Colider/MT, em 17 de Junho de 2010

VIVIENE C. GONÇALVES RIBEIRO
Pregoeira

Publique-se

Projeto de Lei nº 292/2009
Autoria: Poder Executivo

LEI MUNICIPAL Nº 2355/2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA ESTRUTURA DA LEI MUNICIPAL Nº. 2268/2009 – LOA 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Celso Paulo Banazeski, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 174.950,00 (cento e setenta e quatro mil e novecentos e cinqüenta reais), destinado as Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, para atender a Atividade 2.042 denominada de Manutenção da Casa Comunitária de Sementes.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2010 a seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 08 – Sec. Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente.

Unidade: 001 – Sec. Munic. de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente.
Função: 20 – Agricultura
Sub-Função: 601 – Promoção da Produção Vegetal
Programa: 0040 – Comercialização e Abastecimento.
Atividade: 2.042 – Manutenção da Casa Comunitária de Sementes
Natureza da Despesa:
4490.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 98.986,00
4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R$ 75.964,00
TOTAL DA AÇÃO *R$ 174.950,00*

Artigo 3º - O presente credito adicional, ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1º do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação, nos termos e em conformidade com o Acórdão nº. 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 4º - Os recursos utilizados para atender o presente credito configurando o excesso de arrecadação serão aqueles originários dos repasses do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Contrato de Repasse nº. 0279754-08/2008, que tem como objetivo Execução de Obra de Implantação da Casa Comunitária de Sementes e Espaço de Comercialização e Troca de Sementes e Outros Produtos da Agricultura Familiar no Município de Colíder/MT, no Valor de R$ 174.950,00 (cento e setenta e quatro mil e novecentos e cinqüenta reais).

Artigo 5º - O Orçamento Geral do Município fica elevado em virtude da aprovação da presente Lei em até mais R$ 174.950,00 (cento e setenta e quatro mil e novecentos e cinqüenta reais).

Artigo 6º - Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal nº. 2262/2009 - LDO 2010 e Lei Municipal nº. 2250/2009 - PPA 2010/2013, as alterações descritas nos artigos anteriores desta lei.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 15 de junho de 2010.

CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº 295/2009
Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2356/2010

"CONCEDE REAJUSTE SALARIAL DE 4.11% AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, CELSO PAULO BANAZESKI, no uso de suas atribuições

legais, faz saber quer a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica Concedido Reajuste Salarial de 4.11% aos profissionais da educação da Rede Municipal de ensino, correspondente ao INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano de 2009.

Artigo 2º - O reajuste salarial de que trata o artigo acima, é concedido de acordo com a Lei Municipal nº 2118/2008.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2010, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso em 15 de junho de 2010

CELSO PAULO BANAZESKI
PREFEITO MUNICIPAL

Projeto de Lei nº 221/2010
Autor: Ver. Ricardo Caldeira Rezende - DEM

LEI 2357/2010

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO, NESTA CIDADE".

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, CELSO PAULO BANAZESKI, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O logradouro público situado e estabelecido sito a Avenida Daury Riva, anexo à Secretaria Municipal de Ação Social, que não possui denominação passa a denominar-se "CENTRO DE MULTIPLO USO DRª. ZILDA ARNS**".**

Art. 2º - A denominação de que trata o artigo anterior, tem como objetivo prestar homenagem póstuma a saudosa cidadã brasileira conhecida mundialmente, por ser a criadora da Pastoral da Criança.

Art. 3º - O setor competente da Prefeitura Municipal providenciará em tempo hábil a fixação da devida placa de identificação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, em 15 de junho de 2010

CELSO PAULO BANAZESKI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, torna público o cancelamento da publicação do Extrato do Contrato de Prestação de Serviço nº 041/2010, firmado entre Andréa Seily Futigamy, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, do dia 08 de Junho de 2010, tendo em vista que a mesma foi publicada indevidamente, não gerando, portanto, direitos e obrigações entre as partes.

Publique-se

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2010

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o RESULTADO do julgamento da Concorrência nº 001/2010, cujo objeto é contratação de empresa para execução da obra de pavimentação asfáltica na rodovia MT-320, em sua passagem urbana em uma extensão de 3,82 km, no município de Colíder/MT. Sagrou-se vencedora do certame licitatório a empresa **PREDICON CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA**.

Colíder/MT, em 17 de Junho de 2010

EDUARDO DA SILVA GUILHERME
Presidente da CPL

Publique-se

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT
CNPJ: 15.023.930/0001-38

EDITAL DE RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2010.

O Prefeito Municipal de Colider Estado de Mato Grosso por meio da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas, nomeada pela Portaria nº 091/2010, de 26 de fevereiro de 2010, resolve,

Tornar público o presente Edital de resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2010, que será afixado nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Colíder e da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, na imprensa oficial do município e no site: www.colider.mt.gov.br, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	102	911464 MT	Maria Santina de Souza	86	APROVADO
2º	171	1461315-8 MT	Marilza Aparecida Nunes	82	APROVADO
3º	251	1891739-9 MT	Jeferson Antonio Pichiteli	73	APROVADO
4º	239	1419715-4 MT	Elisangela dos Santos Apolinário	73	APROVADO
5º	274	5604663 PA	Alan Diego Frota	72	APROVADO
6º	069	2164342-3 MT	Fernanda Granzoti Moreira	72	APROVADO
7º	068	1075326-5MT	Débora dos S. Mangolin da Silva	72	APROVADO
8º	113	612088 MT	Ivone Ferreira Brilhante	71	APROVADO
9º	080	13/R-712445 SC	Clara Royer Moreira	70	APROVADO
10º	259	841332 MT	Cleide Pereira da Silva	70	APROVADO
11º	071	1734493-0 MT	Alessandra Aparecida Damasceno	68	APROVADO
12º	255	1760004-9 MT	Leandro Lelis de Araújo	66	APROVADO
13º	155	1698853-1 MT	Aldecy Lopes da Silva	67	APROVADO
14º	099	1252361 RN	Miriângela da Silva Cruz	67	APROVADO
15º	067	1713581-8 MT	Vanessa Aparecida Menossi	67	APROVADO
16º	196	1901726-0 MT	Daiane Neves da Silva	67	CLASSIFICADO
17º	291	1930024-7 MT	Ivone Rocha Dourado	66	CLASSIFICADO
18º	131	1316179-2 MT	Adriana Aparecida de Freitas Costa	66	CLASSIFICADO
19º	184	11388161 MT	Elizangela Gonçalves Machado	66	CLASSIFICADO
20º	070	5635798-0 PR	Elenice Aparecida Borro Menossi	65	CLASSIFICADO
21º	122	1734618-5 MT	Catia Cavalcante Gama	65	CLASSIFICADO
22º	150	1424583-3 MT	Zenilde dos Santos	65	CLASSIFICADO
23º	173	1292980-8	Luciana Gomes de Oliveira	64	CLASSIFICADO
24º	073	3918543-1 PR	Maria Sueli da Conceição Silva	64	CLASSIFICADO
25º	061	0631918-1 MT	Loides Medeiros Donassan	64	CLASSIFICADO
26º	137	1329691-4 MT	Anderson Alves de Souza Rosa	63	CLASSIFICADO
27º	218	14464470 MT	José de Ascis da Silva	63	CLASSIFICADO
28º	195	1096460-6 MT	Rodrigo Ernani Garcia	63	CLASSIFICADO
29º	298	1603632-8 MT	Elizabete Rizo dos Santos	62	CLASSIFICADO
30º	054	2114034-0 MT	Fábio Junior Batista de Oliveira	62	CLASSIFICADO
31º	250	2067156-3 MT	Johann Ferreira de Lima	62	CLASSIFICADO
32º	119	1623074-4 MT	Ariana Rodrigues da Silva	61	CLASSIFICADO
33º	158	4341621 GO	Solimar Cândida Ferreira	60	CLASSIFICADO
34º	221	1249984-6 MT	Rosania dos Santos Lima	60	CLASSIFICADO
35º	034	1592993-0 MT	Márcia André de Abreu	60	CLASSIFICADO
36º	270	1964803-0 MT	Orli Monteiro dos Santos	60	CLASSIFICADO
37º	160	1998795-1 MT	Ocelina Teodoro Rosa Rocha	60	CLASSIFICADO
38º	186	1417452-9 MT	Cleonice de Lima Alves	59	CLASSIFICADO
39º	170	964229 MT	Eunice dos Santos Andrade	59	CLASSIFICADO
40º	182	1616795-3 MT	David Maria de Oliveira Junior	58	CLASSIFICADO

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

41º	075	19706049 MT	Robson Alexandre de Melo	56	CLASSIFICADO
42º	001	1046788-2 MT	Luciana Cardoso do Nascimento	58	CLASSIFICADO
43º	277	1393850-9 MT	Katheen Leonel Lopes	58	CLASSIFICADO
44º	116	1880351-2 MT	Crislaine Aparecida da Silva	58	CLASSIFICADO
45º	180	2105404-5MT	Luciana de Souza	58	CLASSIFICADO
46º	146	1416340-3 MT	Lindimária Dionísio Silva	57	CLASSIFICADO
47º	306	1732072-0 MT	Claudinéia dos Reis	57	CLASSIFICADO
48º	003	1043217-5 MT	Kátia Regina de Oliveira	57	CLASSIFICADO
49º	284	1491941-9 MT	Kelly Cristina Bento	57	CLASSIFICADO
50º	036	1735465-0 MT	Valéria da Costa Peixoto	57	CLASSIFICADO
51º	039	17488274 SP	Ana Maria Carrara	56	CLASSIFICADO
52º	103	40819632-4 SP	Rosangela Gubani Bonato	56	CLASSIFICADO
53º	222	1323812-4 MT	Osnita Butzke de Souza	56	CLASSIFICADO
54º	081	1796609-4 MT	Vanessa da Silva	56	CLASSIFICADO
55º	234	000823039 RO	Viviane Aparecida da Silva	56	CLASSIFICADO
56º	194	2063189-8 MT	Neila Maria do Nascimento Vieira	56	CLASSIFICADO
57º	050	576 629 MT	Janete Fátima Block	55	CLASSIFICADO
58º	302	1419719-7 MT	Ana Paula de Souza Nicoleti	55	CLASSIFICADO
59º	230	5961445-2 PR	Derli Gonçalves Machado	55	CLASSIFICADO
60º	066	1547419-5 MT	Sandra Lúcia de Oliveira	54	CLASSIFICADO
61º	110	1367436-6 MT	Vilma Ferreira de Souza Silva	54	CLASSIFICADO
62º	308	1165921-1 MT	Rozenil Pereira de Carvalho	54	CLASSIFICADO
63º	263	1455300 MT	Rosangela de Almeida Couto	51	CLASSIFICADO
64º	060	2420157-0 MT	Lucimar do Nascimento	50	CLASSIFICADO
65º	111	1280269-7MT	Maria Aparecida da Silva	50	CLASSIFICADO
66º	273	1056795-1 MT	Nilcéia Pereira Rocha	49	DESCLASSIFICADO
67º	168	1429967-4 MT	Eliza Batista Novais	48	DESCLASSIFICADO
68º	190	1970576-0 MT	Tatiane Aparecida Simioni	48	DESCLASSIFICADO
69º	219	1168822-0 MT	Ana Rita Antunes Cardoso	46	DESCLASSIFICADO
70º	093	1394411-8 MT	Regiane Aparecida de Souza	46	DESCLASSIFICADO
71º	254	1880197-8 MT	Eliane Braz Tavares	44	DESCLASSIFICADO
72º	226	5688458 PA	Eliane Pinto Pena	44	DESCLASSIFICADO
73º	198	1476533-0 MT	Maria Clarice da Silva Pietroski	44	DESCLASSIFICADO
74º	183	6826794-3 PR	Aparecida Prado	42	DESCLASSIFICADO
75º	052	1349515-1 MT	Claudiana Caldeira Cerqueira	42	DESCLASSIFICADO
76º	033	2098609-2 MT	Vanessa de Oliveira	40	DESCLASSIFICADO
77º	149	001656705 MS	Alan Ramão Martins Lopes Carrara	38	DESCLASSIFICADO
78º	156	46860761-4 SP	Aline Rosilva Borges Alves	38	DESCLASSIFICADO
79º	030	1847732-1 MT	Eliane Felix	38	DESCLASSIFICADO
80º	132	3324348-4 AL	Graciele Vieira Silva	38	DESCLASSIFICADO
81º	187	1852695-0 MT	Josilene Gomes Militão de Souza	38	DESCLASSIFICADO
82º	088	1177523-8 MT	Larriça Rocha Oliveira	38	DESCLASSIFICADO
83º	209	1669605-0 MT	Olavo Aparecido Nunes Figueiredo	38	DESCLASSIFICADO
84º	295	1751611-0 MT	Sandra Aparecida Ramos	38	DESCLASSIFICADO
85º	082	2180214-9 MT	Seris Nayara Fagundes	38	DESCLASSIFICADO
86º	143	1476544-6 MT	Silvia Paula Peratelli	38	DESCLASSIFICADO
87º	192	1507646-6 MT	Wildo Braz Tavares	38	DESCLASSIFICADO
88º	174	1419718-9 MT	Alexandra Marques da Silva	36	DESCLASSIFICADO
89º	292	1538974-0 MT	Arlene das Dores de Arruda Silva	36	DESCLASSIFICADO
90º	301	1964644-5 MT	Camilla Carolina Campos Passarelli	36	DESCLASSIFICADO
91º	127	1395289-7 MT	Clarice Dias Jacinto	36	DESCLASSIFICADO
92º	121	1771638-1 MT	Gleicy Fernandes Ramos	36	DESCLASSIFICADO
93º	013	1887909-8 MT	Jean Weliton Matias Figueiredo	36	DESCLASSIFICADO
94º	297	2209864-0 MT	Jessika Krause de Souza	36	DESCLASSIFICADO
95º	229	1970011-3 MT	Keila Ferreira Costa	36	DESCLASSIFICADO
96º	077	1969922-0MT	Marceana Barbara dos Santos	36	DESCLASSIFICADO
97º	078	1536378-3 MT	Marlene Prates da Silva Tarifa	36	DESCLASSIFICADO
98º	225	1417749-8 MT	Michele Oliveira de Godói	36	DESCLASSIFICADO
99º	105	1293939-0 MT	Olivia Benicio Betarelli	36	DESCLASSIFICADO
100º	152	1936228-5 MT	Rosangela da Silva Neves	36	DESCLASSIFICADO
101º	086	555535 RO	Silvana de Fonseca Guarido	36	DESCLASSIFICADO
102º	164	1970028-8 MT	Silvia Cristina de Abreu	36	DESCLASSIFICADO
103º	307	1448225-8 MT	Solange Bergamin da Silva	36	DESCLASSIFICADO

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

104º	206	1656806-0 MT	Tatiane de Carvalho	36	DESCLASSIFICADO
105º	087	002179620 MT	Valdete de Souza Santos Rocha	36	DESCLASSIFICADO
106º	199	1657911-9 MT	Valdilene Vicente de Lima	36	DESCLASSIFICADO
107º	228	1948046-6 MT	Valdirene R. de Queiroz Carvallho	36	DESCLASSIFICADO
108º	212	1141208-9 MT	Vanda Luz dos Santos	36	DESCLASSIFICADO
109º	012	1857162-0 MT	Danieli Granzoto Cruz Equidone	34	DESCLASSIFICADO
110º	058	1419699-9 MT	Josiane Aparecida de Oliveira	34	DESCLASSIFICADO
111º	144	2076976-8 MT	Katiane Ap. Moreira Furlam da Silva	34	DESCLASSIFICADO
112º	004	1515508-0 MT	Maria Aparecida de Lima	34	DESCLASSIFICADO
113º	244	1466284-1 MT	Maria Magali Pereira da Fonseca	34	DESCLASSIFICADO
114º	072	1932458-8 MT	Sinvaldo Machado dos Santos	34	DESCLASSIFICADO
115º	048	1941542-7 MT	Aline Cruz Santos	32	DESCLASSIFICADO
116º	248	1802822-5 MT	Jaine Magiolo Campos	32	DESCLASSIFICADO
117º	167	36444116-1 SP	Luciana Maria dos Santos	32	DESCLASSIFICADO
118º	224	1546602-7 MT	Márcia Silvério	32	DESCLASSIFICADO
119º	154	1222925-3 MT	Roseli de Souza Reverse	32	DESCLASSIFICADO
120º	101	1054947-1 MT	Silvio Aparecido de Farias	32	DESCLASSIFICADO
121º	283	1866495-4 MT	Ana Chaves	30	DESCLASSIFICADO
122º	159	2089982-3 MT	Aparecido Fernando Balieiro	30	DESCLASSIFICADO
123º	008	1751632-3 MT	Ederson Rodrigues dos Santos	30	DESCLASSIFICADO
124º	213	1362332-0 MT	Irene Mendes dos Santos	30	DESCLASSIFICADO
125º	126	1153583-0 MT	Luciana Aparecida de Oliveira	30	DESCLASSIFICADO
126º	287	1395373-7 MT	Solange Regina dos Santos	30	DESCLASSIFICADO
127º	305	1248685-0 MT	Lourdes Pereira dos Santos	28	DESCLASSIFICADO
128º	261	1474420-1 MT	Marlene Aparecida da Silva	28	DESCLASSIFICADO
129º	084	1400988-9 MT	Simone Jacinto da Silva	28	DESCLASSIFICADO
130º	257	17527422001-3 MT	Antonia de Sousa da Silva	26	DESCLASSIFICADO
131º	145	2105531-9 MT	Jéssica Mayara Eloi da Silva	26	DESCLASSIFICADO
132º	063	1136455-6 MT	Lucinéia Nunes dos Santos	26	DESCLASSIFICADO
133º	179	99029015579 MT	Maria Catia de Souza	26	DESCLASSIFICADO
134º	040	1533360-4 MT	Adriana de Jesus da Silva Angelo	24	DESCLASSIFICADO
135º	220	1593103-0 MT	Jociane Ferreira Teixeira	24	DESCLASSIFICADO
136º	029	8992874 SP	Antonio Moreira	24	DESCLASSIFICADO
137º	201	1469205-8 MT	Janislei Cristina Pires	22	DESCLASSIFICADO
138º	275	2138153-4 MT	Ketila Soares de Meira	22	DESCLASSIFICADO
139º	252	925834 MT	Maria Elena de Souza	22	DESCLASSIFICADO
140º	109	868830 MT	Rosimar Pereira dos Santos	22	DESCLASSIFICADO
141º	115	1536158-6 MT	Valdirene Lopes Ferreira	22	DESCLASSIFICADO
142º	128	2100946-5 MT	Adriana Angelo Ferreira	20	DESCLASSIFICADO
143º	172	1199928-4 MT	Aldei Mendes dos Santos	20	DESCLASSIFICADO
144º	264	1722023-8 MT	Alesandra Vieira do Prado	18	DESCLASSIFICADO
145º	258	1790406-4 MT	Sidnei Aparecido Soares	18	DESCLASSIFICADO
146º	123	1448206-1 MT	Ângela da Silva Lima	Ausente	AUSENTE
147º	057	2037259-0 MT	Beatriz Honorato Fagundes	Ausente	AUSENTE
148º	285	1987272-0 MT	Creide Francisca Ramos	Ausente	AUSENTE
149º	035	2277251-0 MT	Denise dos Santos Gonçalves	Ausente	AUSENTE
150º	112	1512400-2 MT	Evania Cordeiro Ribeiro	Ausente	AUSENTE
151º	236	1134187-2 MT	Ivanilda Aparecida da Silva	Ausente	AUSENTE
152º	246	2064685-2 MT	Jaqueline Dias Betorello	Ausente	AUSENTE
153º	247	1948054-7 MT	Luciene Cristina Ferreira	Ausente	AUSENTE
154º	124	2266871-3 MT	Luiz Fernando Muniz	Ausente	AUSENTE
155º	197	809506 MT	Maria Silene da Silva	Ausente	AUSENTE
156º	282	1593101-3 MT	Mariane Marques de Souza	Ausente	AUSENTE
157º	296	1849903-1 MT	Rosivaldo Luiz da Silva	Ausente	AUSENTE
158º	260	1378311-4 MT	Sonia Regina da Silva	Ausente	AUSENTE
159º	269	1759998-5 MT	Wagner Monteiro da Silva	Ausente	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (POR MICRO ÁREA)

Micro área 15

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	175	579209 MT	Dolores Suniga	59	APROVADO
2º	027	150094804 MT	Aparecida de Fátima Coelho	36	DESCLASSIFICADO
3º	094	164881 MS	Neide Correia Lira Rodrigues	30	DESCLASSIFICADO

Micro Área 16

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	189	219300 MT	Maria Aparecida de Oliveira	54	APROVADO
2º	043	3335808-9 PR	Dirce Terezinha Herms Deitos	38	DESCLASSIFICADO
3º	017	166157-6 MT	Poncilia Monteiro Gonçalves	34	DESCLASSIFICADO

Micro Área 24

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	023	1672277-9 MT	Tatiane de Oliveira Gomes	66	APROVADO
2º	214	2035434-7 MT	Jaqueline Coelho de Oliveira	63	CLASSIFICADO
3º	032	2017274-5 MT	Devani Luzia da Silva	62	CLASSIFICADO
4º	271	1901390-6 MT	Sandra Junqueira da Silva	61	CLASSIFICADO
5º	079	39561485-5MT	Ana Claudia Dalmolin	60	CLASSIFICADO
6º	053	1148106-4 MT	Catia Martins Dias da Silva	54	CLASSIFICADO
7º	130	001441194 MS	Quitéria de Araújo Santos	55	CLASSIFICADO
8º	083	1913395-2 MT	Leila Peteler Lemos	36	DESCLASSIFICADO
9º	140	1793641-1 MT	Denise Lima Moreira Santos	22	DESCLASSIFICADO
10º	100	1036369-6 MT	Maria Alves dos Santos	20	DESCLASSIFICADO
11º	142	0796565-6 MT	Jacira José Lombardi	20	DESCLASSIFICADO
12º	141	1226290-0 MT	Marines Martins Rodrigues	06	DESCLASSIFICADO

Micro Área 36

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	290	1964821-9 MT	Andreia Renata Godoy de Oliveira	57	APROVADO
2º	136	1593507-8MT	Gina de Souza Gonçalves	56	CLASSIFICADO
3º	056	1651562-5MT	Aparecida Miranda da S. Domingos	38	DESCLASSIFICADO
4º	009	706082 MT	Aparecida da Cruz	36	DESCLASSIFICADO
5º	010	1359184 MT	Cristiana Rodrigues de Oliveira	32	DESCLASSIFICADO
6º	028	712232 MT	Erli Benicio de Souza	32	DESCLASSIFICADO
7º	240	2215147-8 MT	Mônica Malice	30	DESCLASSIFICADO
8º	233	2071023-2 MT	Josiane Fernandes dos Santos	28	DESCLASSIFICADO

Micro Área 37 (Cadastro de Reserva)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	065	1448178-2 MT	Lidiane Pinto Pena	34	DESCLASSIFICADO

Micro Área 38 (Cadastro de Reserva)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	098	2089892-4 MT	Débora Cristina Alves	57	APROVADO
2º	203	2268950-8	Adenilza dos Santos Silva	38	DESCLASSIFICADO
3º	232	1948060-1 MT	Franciele de Souza Leandro	Ausente	AUSENTE

Micro Área 40

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	092	2076961-0	Graciele Cristina Betarelli	59	APROVADO
2º	238	1419707 MT	Angela Maria de S. Floriano	57	CLASSIFICADO
3º	276	21054223-1MT	Flavia Fernanda Silva Ribeiro	48	DESCLASSIFICADO
4º	281	1624604-7 MT	Dalila Cirico Fernandes	34	DESCLASSIFICADO
5º	166	14716810 MT	Paula Luana Batista	34	DESCLASSIFICADO
6º	125	1170575-2 MT	Claudinéia Barizon Perim	28	DESCLASSIFICADO

Micro Área 43 (Cadastro de Reserva)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	104	499752 MS	Marceli Gorlach de Almeida	63	APROVADO
2º	300	1592870-5 MT	Gainete de Souza Martini	30	DESCLASSIFICADO

Micro Área 51

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	042	2478501-6MT	Valdirene Xavier da S. Felix	71	APROVADO
2º	064	1170577-9 MT	Sirlene Bento da Silva	66	CLASSIFICADO
3º	157	1400739-MT	Michelle Alves de Souza Rosa	64	CLASSIFICADO
4º	272	6348656-6 PR	Itamara de Oliveira Pulcinelli	64	CLASSIFICADO
5º	120	1878815-7 MT	Keila Maria do Nascimento	63	CLASSIFICADO
6º	303	2241237-9MT	Josileide Luzia da Silva	55	CLASSIFICADO
7º	062	1798166-2 MT	Ana Laura Frageli Oliveira	54	CLASSIFICADO
8º	242	1293619-7 MT	Nailza de Oliveira	28	DESCLASSIFICADO
9º	015	2020585-6 MT	Gesy Fortunato dos S. Madruga	24	DESCLASSIFICADO
10º	303	2241237-9 MT	Amanda Vieira de Campos	Ausente	AUSENTE

Micro Área 52

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	309	1658732-4 MT	Maria Izabel de Freitas Faria	72	APROVADO
2º	108	2071030-5 MT	Suzana Nagadori Mizoti	56	CLASSIFICADO
3º	245	1592970-1 MT	Vagno Monteiro de Almeida Lisboa	36	DESCLASSIFICADO

Micro Área 56

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	076	1509457-0 MT	Adriana Mendes Sá	69	APROVADO

Micro Área 57

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	090	1261508-0 MT	Marinalva Viana da S. Souza	38	DESCLASSIFICADO
2º	107	2182834-2 MT	Fernando Damião de Arruda	28	DESCLASSIFICADO

Micro Área 58 (Cadastro de Reserva)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	016	2182832-6MT	Elder Martins Santana	64	APROVADO
2º	249	2284626-3 MT	Ivando René Pivoto	30	DESCLASSIFICADO

Micro Área 61 (Cadastro de Reserva)

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	161	1533215-2 MT	Francieli dos Santos Fagundes	22	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL (CEREST)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	207	34780457-3 SP	Silvana da Fonseca Rosas	64	APROVADO
2º	310	1685352-0 MT	Angelita Lopes Corbalan	62	CLASSIFICADO
3º	044	23872849-3 SP	Laudecir Martins de A. Camassuti	30	DESCLASSIFICADO
4º	216	6783716-9 PR	Elizangela Lopes de Oliveira	28	DESCLASSIFICADO
5º	106	903322 MT	Adriana Cavéquia	Ausente	AUSENTE

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (CEREST)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	045	25198573-8 SP	Alexandre Peovão de Oliveira	59	APROVADO
2º	002	1067757251 RS	Angelo Alessandro Fantin	36	DESCLASSIFICADO
3º	147	25280771-6 SP	Claudiney Fialho TIM	30	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	011	1106603-2 MT	Éric André Mangolim	26	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO DE PATOLOGIA/LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	007	929.874 MT	Eliana Barboza da Silva	26	DESCLASSIFICADO
2º	074	1127896-0 MT	Maria Ap Rocha S. G. Garcia	26	DESCLASSIFICADO
3º	051	1192479-9 MT	Lenilza Martins	22	DESCLASSIFICADO
4º	019	1112863-1	Elenilda Figueira Barbosa	20	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SMS)

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	018	1178957-3 MT	Jaime Pereira Lima	38	DESCLASSIFICADO
2º	021	1745516-2 MT	Julio Cesar de Oliveira	32	DESCLASSIFICADO
3º	014	0361020-9 MT	Renita Limberger dos Santos	28	DESCLASSIFICADO
4º	095	1293891-2 MT	Lucimar Maria da Silva	26	DESCLASSIFICADO
5º	022	1443294-3 MT	Silvana Aparecida Rodrigues	20	DESCLASSIFICADO

CARGO/FUNÇÃO: ADVOGADO

CLASS	Nº Inscrição	IDENTIDADE	NOME	RESULTADO FINAL	SITUAÇÃO
1º	268	698724 MT	Rogério Lavezzo	90	APROVADO
2º	304	10508854-0 PR	Verônica Brunkhrost Bortolassi	65	CLASSIFICADO
3º	210	10414878 MT	Luiz André Bezerra M. de Sá	62	CLASSIFICADO

Colider-MT., 17 de Junho de 2010

Paulo Sérgio Lopes de Souza
Presidente da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado

Prefeitura Municipal de Confresa

LEI Nº. 412/2010. DE 26 DE MAIO DE 2010

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover alterações e inclusões de programas e ações no Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013, aprovado pela Lei Municipal nº. 373/09 de 21/10/2009.

O **Prefeito Municipal de *Confresa*** – Estado de Mato Grosso, **Sr. *Gaspar Domingos Lazari*,** no uso das suas atribuições legais conferidas em Lei, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover alterações nas metas financeiras das Receitas e Despesas, constantes do Plano Plurianual para o período de **2010 a 2013**, aprovado pela Lei Municipal **nº 373/09**, de **21/10/2009**, abrangendo os exercícios financeiros de **2011 a 2013.**

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a inclusão de programas, ações e metas ao Plano Plurianual para o período de **2010 a 2013**, aprovado pela Lei Municipal nº **373/09**, de **21/10/2009**, abrangendo os exercícios financeiros de **2011 a 2013**, conforme Anexo I desta lei.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover alterações na ordem numérica dos projetos e atividades conforme consta no Anexo II – Projetos e Atividades – Ordem numérica alterada no PPA para 2010 - 2013, integrante desta lei.

Art. 4º- Esta **Lei** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrária.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL N.º. 016/10
DE 16 DE JUNHO DE 2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGANICA DO MUNICIPIO ART. 83, INCISO 17º.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Prefeito, Sr. **GASPAR DOMINGOS LAZARI**, **TORNA PÚBLICO o Balancete Referente ao Exercício Financeiro, do Mês de Maio 2010.**

O Balanço Mensal do Mês de Maio 2010. Ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade pelo prazo preconizado pela legislação vigente.

R E G I S T R E - S E
P U B L I Q U E - S E
Gabinete do Prefeito

GASPAR DOMINGOS LAZARI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 411/2010 DE 26 DE MAIO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R$266.168,30 (duzentos e sessenta e seis mil e cento e sessenta e oito reais e trinta centavos), DE ACORDO COM O ART. 41, ITEM II, ART. 42 E ART. 43, § 3º, DA LEI 4.320/64 E ART. 167, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial/ Suplementar no Orçamento Anual para o Exercício de 2010, aprovado pela Lei 381/2009, como segue:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Viação, Obras, Serviços Públicos.
Unidade 05 – Departamento de Água e Esgoto Daes
Proj./Ativ. - 2050 Expansão da Rede de Fornecimento de Água
-
4.4.90.51 – Obras e Instalações**.....**R$**266.168,30**

Art. 2° - Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado o excesso de arrecadação pela liberação do Convênio, conforme Convênio n. 112/2007, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Confresa e a FUNASA, até o valor estipulado na presente Lei.

§ Único – O Crédito aberto no artigo anterior será suplementado através de Decreto Executivo por excesso de arrecadação, de acordo com o valor da liberação das parcelas do recurso.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 26 de maio de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

LEI Nº 411/2010 DE 26 DE MAIO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R$266.168,30 (duzentos e sessenta e seis mil e cento e sessenta e oito reais e trinta centavos), DE ACORDO COM O ART. 41, ITEM II, ART. 42 E ART. 43, § 3º, DA LEI 4.320/64 E ART. 167, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto decorre da necessidade de abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação em virtude de operação de crédito para aquisição de um reservatório de água com capacidade de 350.000 (trezentos e cinqüenta mil) litros, conforme Convênio com a FUNASA, e que faz parte das obras relacionadas à expansão do sistema de água de nossa cidade.

O Crédito Especial aberto somente será suplementado quando for liberado o recurso, limitado ao valor estipulado em Lei.

Certos de que o Legislativo, como o Executivo, tem um compromisso com nosso Município é que levamos para apreciação e posterior aprovação o presente Projeto de Lei.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

ANEXO I – PROGRAMAS, AÇÕES E METAS.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração						
Unidade: 02 – Setor de Recursos Humanos						
Programa: 0003 – Administração						
FUNÇÃO SUB-FUNÇÃO	AÇÕES		METAS	METAS FÍSICAS	ANO	METAS FINANCEIRAS
04 – Administração 122 – Administração Geral	Realização de Concurso Público	P 1.100	Adequar as necessidades de gastos com pessoal, conforme estabelece o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal c/c com o inciso III do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.	O Certame será realizado conforme as necessidades da Administração.	2011	75.000,00
04 – Administração 122 – Administração Geral	Realização de Processo Seletivo.	P 1.101	Realizar Processos Seletivos para contratação por tempo determinado de Serviços Temporários para atender a demanda de serviços públicos, caso haja, em caráter excepcional de interesse público, conforme estabelece o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.	Conforme as necessidades da administração pública.	2011 2012 2013	50.000,00 50.634,10 51.276,24

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Desporto						
Unidade: 10 – Infra estrutura e desenvolvimento do Desporto						
Programa: 0046 – Educação Física e Desporto						
27 – Desporto e Lazer 812 – Desporto Comunitário	Construção de Estádio Poliesportivo com Campo de Futebol.	P 1.118	Dotar o município com melhoria na qualidade de vida, desenvolvimento cultural e esportivo da nossa cidade, incentivando o esporte – buscando trazer os jovens cada vez mais a atividades saudáveis.	01 Estádio.	2011	150.000,00

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde						
Unidade: 01 – Secretaria de Saúde						
Programa: 0097– MAC – Média e Alta Complexidade						
10 – Saúde 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Programa de Olho na Visão	P 1.102	Melhorar e manter o serviço do sistema de saúde abrangendo maior número de munícipes.	Conforme as necessidades existentes.	2010 2011 2012 2013	222.765,88 225.590,99 228.451,93 231.349,15

Órgão: 07 – Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos.						
Unidade: 05 – Departamento de Água e Esgoto DAES						
Programa: 0076 – Saneamento						
17 - Saneamento 512 - Saneamento Básico Urbano	Construção e implementação de rede de esgoto sanitário.	P 1.103	Execução de obra que visa atender as necessidades da população quanto ao saneamento básico, melhorando a qualidade de vida, diminuindo a incidência de doenças causadas pela má qualidade de vida dos munícipes.	300 metros de rede de esgoto. 300 metros de rede de esgoto. 300 metros de rede de esgoto. 300 metros de rede de esgoto.	2010 2011 2012 2013	130.000,00 131.648,66 133.318,22 135.008,96

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.						
Unidade: 04 – Assistência Comunitária						
Programa: 0081 – Assistência						
08 - Assistência Social 244 – Assistência Comunitária	Construção de Centro de Múltiplo uso.	P 1.104	Assegurar um local para as reuniões e realização de cursos de artesanato, seminários e palestras voltadas à melhora da vida e auto-estima do cidadão.	01 Centro com 300 m² de espaço físico.	2011	75.000,00
08 - Assistência Social 244 – Assistência Comunitária	Manutenção e Encargos com o Centro de Múltiplo uso.	A 2.040	Manter as atividades essenciais necessárias à manutenção do Centro de Múltiplo uso no exercício conforme suas atribuições legais.	Custeio de Pessoal, Encargos Sociais, Material de Consumo, Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica entre outros.	2011 2012 2013	100.000,00 101.268,20 102.552,48
08 - Assistência Social 244 – Assistência Comunitária	Construção de Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.	P 1.105	Assegurar o atendimento e a promoção de ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo ao cidadão a entrada à rede de proteção social básica.	01 Centro com 300 m² de espaço físico.	2011	75.000,00
08 - Assistência Social 244 – Assistência Comunitária	Manutenção e Encargos com o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.	A 2.068	Manter as atividades essenciais necessárias à manutenção do Centro Referência da Assistência Social – CRAS no exercício conforme suas atribuições legais.	Custeio de Pessoal, Encargos Sociais, Material de Consumo, Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica entre outros.	2011 2012 2013	100.000,00 101.268,20 102.552,48

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.						
Unidade: 01 – Atenção Integração do Idoso						
Programa: 0081 – Assistência						
08 - Assistência Social 241 – Assistência ao Idoso.	Construção de Casa de Abrigo para os Idosos.	P 1.106	Proporcionar um melhor atendimento às pessoas da melhor idade, garantindo maior conforto e proteção aos idosos.	01 Casa com 200 m² de espaço físico.	2011	75.000,00
08 - Assistência Social 241 – Assistência ao Idoso.	Manutenção e Encargos com a Casa de Abrigo para os Idosos.	A 2.069	Manter as atividades essenciais necessárias à manutenção com a Casa de Abrigo para os Idosos no exercício conforme suas atribuições legais.	Custeio de Pessoal, Encargos Sociais, Material de Consumo, Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica entre outros.	2011 2012 2013	50.000,00 50.634,10 51.276,24

ANEXO II – PROJETOS E ATIVIDADES – ORDEM NUMÉRICA ALTERADA PARA O PPA 2010 - 2013.

Órgão:	01	CÂMARA MUNICIPAL		
Unidade:	01	CÂMARA MUNICIPAL		
Programa:	0001	PROCESSO LEGISLATIVO		
CÓDIGO	FUNÇÃO	AÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE	
DESPESA	SUB-FUNÇÃO		ORIGINAL	ALTERADO
000150	01 – Legislativa 031 – Ação Legislativa	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.066	2.030

Órgão:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO		
Unidade:	09	EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA		
Programa:	0049	EDUCAÇÃO ESPECIAL		
CÓDIGO	FUNÇÃO	AÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE	
DESPESA	SUB-FUNÇÃO		ORIGINAL	ALTERADO
000056	12 – Educação 365 – Educação Infantil	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP.PERMANENTES P/ CRECHES	1.077	1.090
000060	12 – Educação 365 – Educação Infantil	CONSTRUÇÃO DE CRECHES	1.078	1.094

Órgão:	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	01	SECRETARIA DE SAÚDE		
Programa:	0097	MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
CÓDIGO	FUNÇÃO	AÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE	
DESPESA	SUB-FUNÇÃO		ORIGINAL	ALTERADO
000201	10 – Saúde	MANUTENÇÃO C/ PREST. SERVIÇOS CASA PARA PACIENTES	2.098	2.032

	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial			

Órgão:	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Unidade:	02	URBANISMO		
Programa:	0058	URBANISMO		
CÓDIGO	FUNÇÃO	AÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE	
DESPESA	SUB-FUNÇÃO		ORIGINAL	ALTERADO
000120	15 – Urbanismo 451 – Infra-estrutura Urbana	CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	1.080	1.097

Órgão:	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Unidade:	04	SETOR DE TRANSPORTE		
Programa:	0088	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
CÓDIGO	FUNÇÃO	AÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE	
DESPESA	SUB-FUNÇÃO		ORIGINAL	ALTERADO
000135	26 – Transporte 782 – Transporte Rodoviário	ABERTURA,REABERTURA,DE ESTRADAS VICINAIS NOS ASSENTAMENTOS	1.081	1.098

Órgão:	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Unidade:	05	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DAES		
Programa:	0076	SANEAMENTO		
CÓDIGO	FUNÇÃO	AÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE	
DESPESA	SUB-FUNÇÃO		ORIGINAL	ALTERADO
000125	17 – Saneamento 512 – Saneamento Básico Urbano	CONSTRUÇÃO DE GALERIAS E CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS	1.076	1.089

Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E MEIO AMBIENTE.		
Unidade:	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E MEIO AMBIENTE.		
Programa:	0016	ABASTECIMENTO		
CÓDIGO	FUNÇÃO	AÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE	
DESPESA	SUB-FUNÇÃO		ORIGINAL	ALTERADO
000020	20 – Agricultura 605 – Abastecimento	AMPLIAÇÃO PARQUE DE EXPOSIÇÃO D.PEDRO CASALDÁLIGA	1.074	1.087
000028	20 – Agricultura 605 – Abastecimento	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE TANQUES DE PSICULTURA.	1.011	1.082
000153	20 – Agricultura 605 – Abastecimento	CONSTRUÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL	1.075	1.088
000154	18 – Agricultura 543 – Recuperação de áreas degradadas	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	1.076	1.107

Órgão:	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E MEIO AMBIENTE.		
Unidade:	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E MEIO AMBIENTE.		
Programa:	0018	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		
CÓDIGO	FUNÇÃO	AÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE	
DESPESA	SUB-FUNÇÃO		ORIGINAL	ALTERADO
000157	20 – Agricultura 605 – Abastecimento	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS PRODUTORES RURAIS	1.079	1.095

Órgão:	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
Unidade:	01	ATENÇÃO I ITEGRAÇÃO DO IDOSO
Programa:	0081	ASSISTÊNCIA

CÓDIGO DESPESA	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE ORIGINAL	PROJETO/ATIVIDADE ALTERADO
000090	08 – Assistência Social 241 – Assistência ao Idoso	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MULTIPLO USO	2.040	1.104

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Balancete Financeiro - Por Função

Mês/Ano : Maio/2010

Receita – Títulos	Valor	Despesa – Títulos	Valor
Receita Orçamentária	3.157.845,59	Despesa Orçamentária	7.060.459,26
RECEITA TRIBUTARIA	159.932,53	Administração	196.070,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	37.947,97	Assistência Social	91.580,05
RECEITA PATRIMONIAL	6.941,53	Saúde	739.356,48
RECEITA DE SERVIÇOS	159.322,90	Educação	819.508,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.343.926,15	Urbanismo	124.404,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.800,50	Saneamento	4.745.714,64
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	618.985,87	Agricultura	15.145,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAM	8.251,84	Transporte	210.462,37
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-205.263,70	Desporto e Lazer	26.577,72
		Encargos Especiais	91.638,69
Receita Extra - Orçamentária	7.374.726,44	Despesa Extra - Orçamentária	3.308.989,88
DEPÓSITOS	264.952,80	DEPÓSITOS	316.015,24
CONSIGNAÇÕES	264.952,80	CONSIGNAÇÕES	316.015,24
DE TERCEIROS	264.952,80	DE TERCEIROS	316.015,24
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.964.786,14	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.922.686,58
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃO C	2.921.177,12	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃ	2.874.366,05
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	2.921.177,12	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	2.874.366,05
OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43.609,02	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.320,53
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ÚLTI	680,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ÚI	39.920,53
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.200,00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	8.400,00
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	38.729,02	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	70.288,06
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	5.705,36	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDID/	70.288,06
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.705,36	REPASSES PASSIVOS	70.288,06
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	5.705,36		
Despesas Empenhadas a Liquidar*	4.139.282,14		
Saldos anteriores	5.211.127,00	Saldos atuais	5.373.569,89
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.696.056,90	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.652.097,05
BANCO C/ MOVIMENTO	1.301.775,79	BANCO C/ MOVIMENTO	1.451.077,21
BANCOS C/ VINCULADAS	419,02	BANCOS C/ VINCULADAS	56.420,78
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	212.875,29	POUPANÇA	213.974,85
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	15.743.699,03	Total	15.743.019,03

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

CONFRESA, 31/05/2010

GASPAR DOMINGOS LAZARI
PREFEITO MUNICIPAL

ELIETE JULIANA LAZZARI
SECRETARIA DE FINANÇAS

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLÉ
CRC-MT-009136/O-2

Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2010
TERMO RATIFICAÇÃO

Referente a processo administrativo
Nº 1704,1705,1706,1707,1708,1709,1710,1711,1755/2010.

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, emitido parecer favorável, RATIFICO a contratação da Empresa Fiúza & Pereira Rosa Ltda. – Me para fornecimento de combustível (óleo diesel , gasolina e álcool), tendo como fundamento o art. 25, incisos I e II, da Lei nº. 8.666/93.

Conquista D'Oeste, 16 de junho de 2010.

Jair Podavin Ferreira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N° 022/2010

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT., torna público que realizará nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, Licitação na Modalidade Tomada de Preços n° 022/2010, tendo como Objeto: "**Construção de Unidade Básica de Saúde no Município de Cotriguaçu/MT"**, **até o valor de R$** 192.718,80 **(Cento e noventa e dois mil, setecentos e dezoito reais e oitenta centavos)** com abertura no dia 02 de julho de 2010, às 08:00 horas, em sua sede na Av. 20 de dezembro, n° 725, centro, na cidade de Cotriguaçu-MT., na sala de Licitações, podendo os interessados adquirirem pastas e informações no horário de expediente da Prefeitura, mediante o pagamento da taxa não reembolsável de R$100,00 (Cento reais).

Cotriguaçu/MT, 16 de junho de 2010.
DAMIÃO CARLOS DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N° 023/2010

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT., torna público que realizará nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, Licitação na Modalidade Tomada de Preços n° 023/2010, tendo como Objeto: "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 133,60 HORAS DE TRATOR DE ESTEIRA PARA ESTRADAS DE NOVA UNIÃO"**, com abertura no dia 05 de julho de 2010, às 08:00 horas, em sua sede na Av. 20 de dezembro, n° 725, centro, na cidade de Cotriguaçu-MT., na sala de Licitações, podendo os interessados adquirirem pastas e informações no horário de expediente da Prefeitura, mediante o pagamento da taxa não reembolsável de R$20,00 (Vinte reais).

Cotriguaçu/MT, 17 de junho de 2010.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Diamantino

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
AVISO DE RESULTADO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 029/2010

O Município de Diamantino, através de seu Pregoeiro Oficial, torna publico aos interessados, o resultado do Pregão Presencial Nº. 029/2010, cujo objeto trata-se da Aquisição de 01(um) Grupo Diesel Gerador 15 KVA, trifásico, 220/127 v, 60 Hz, com Quadro de comando e controle USCA, com sistema de partida, parada, proteção, supervisão e transferência de carga totalmente automática, tanque de combustível, bateria com cabos e terminais, carregador automático de baterias, sistema de pré-aquecimento do motor.

Data da realização: 17/06/2010.

CASA DA LAVOURA LTDA, com valor total para o Item 01 de R$ 17.480,00 (dezessete mil quatrocentos e oitenta reais);

Diamantino-MT, 17 de junho de 2010.

FABIO TOMEKITI FUKUSHIMA
PREGOEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO Página 1 de 18
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT
Av. Desemb. J.F.Mendes, 2341 - CEP: 78.400-000 - Fone: (65) 3336-1466
www.diamantino.mt.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2010 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 02/06/2010 A 02/06/2011

Ao vigésimo sexto dia do mês de maio do ano de 2010, autorizado pelo processo de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2010** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais Aquisições de computadores e periféricos de informática, para o período de 12 (doze) meses.

I – Consideram-se registrados os preços dos Detentores da Ata:

IVONIR ALVES DIAS - ME, CNPJ sob nº. 86.806.536/0001-14, com sede Rua Estevão de Mendonça, 560, bairro Popular – Cuiabá-MT, representado pelo representante legal Sr. Vera Lucia Cruz, portador da Carteira de Identidade RG nº. 817890 SSP/MT e CPF Nº. 534.868.461-91,

MARCELO DIAS MACHADO - ME, CNPJ sob nº. 86.806.536/0001-14, com sede Rua Epifanio Oliveira, 140, Chácara dos Pinheiros, Cuiabá-MT, representado pelo representante legal Sr. Marcelo Dias Machado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 0.834.274 SSP/MT e CPF Nº. 532.137.771-53,

LPM COMERCIO E SERVIÇOS-ME, CNPJ sob nº. 08.710.871/0001-00, com sede Av. General Mello, 3255-B, Jd. Califórnia, Cuiabá-MT, representado pelo representante legal Sr. Jose Guerreiro Filho, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1203796-6 SSP/MT e CPF Nº. 848.821.741-20,

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Diamantino não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo **assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.**

CLAÚSULA I – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº. 028/2010.

EMPRESA			IVONIR ALVES DIAS - ME		
CNPJ			86.806.536/0001-14		
LOTE 01	QUANT ESTIMADA	UNID	ESPECIFICAÇAO	MARCA	P. UNIT
01	100	UNID	MEMORIA DDR 2 2GB 800	MARKIVISION	159,00
	100	UNID	MEMORIA DDR 400 1GB	MARKIVISION	127,00
	100	UNID	HD 160 GB SATA	SEAGATE	122,00

	100	UNID	HD 160 GB IDE	SEAGATE	159,00
	100	UNID	GRAVADORA DVD INTERNA	LG	68,00
	100	UNID	PLACA MAE 775 ON-BOARD S/V/R	INTEL	132,00
	100	UNID	PLACA MAE 940 ON-BOARD S/V/R	AMD	115,00
	100	UNID	FONTE 24 PINOS 450WTS	MTEK	31,00
	100	UNID	PLACA DE REDE PCI 32BITS SEM FIO BGN	KAIOMY	25,00
	100	UNID	PLACA DE REDE PCI 10/100/1000	REALTEK	21,00
	100	UNID	PROCESSADOR AMD SOCKET 940 2,2 02 NUCLEOS COM COOLER	AMD	208,00
	100	UNID	PROCESSADOR INTEL SOCKET 775 2.0 02 NUCELOS COM COOLER	INTEL	214,00
	10	UNID	TECLADO ABNT 2 ERGOMETRICO	LEADERSHIP	39,90
	100	UNID	TECLADO ABNT 2 PRETO.	LEADERSHIP	12,70
	100	UNID	MOUSE OPTICO COM SCROLL	LEADERSHIP	8,50
	100	UNID	MOUSE PAD PRETO PARA MOUSE OPTICO	LEADERSHIP	2,15
	50	UNID	PEN DRIVE 16GB USB	KINGSTON	122,32

EMPRESA			MARCELO DIAS MACHADO – ME		
CNPJ			86.806.536/0001-14		
LOTE 02	QUANT ESTIMADA	UNID	ESPECIFICAÇAO	MARCA	P. UNIT
02	100	UNID	MONITOR LCD 18,5 OU SUPERIOR.	AOC	410,00
	100	UNID	ESTABILIZADOR 300 VA MONO 04 TOMADAS	ENERMAX	37,00
	100	UNID	NOBREAK 700VA BIVOLT 6 TOMADAS	ENERMAX	245,00
	100	UNID	CENTRAL DE REDE SEM FIO 108MB ROTEADOR 04 PORTA	TENDA	96,75
	100	UNID	IMPRESSORA LASER MONO 15 PPM BANDEJA 150 ENTRADA	SAMSUNG	416,25

EMPRESA			LPM COMERCIO E SERVIÇO ME		
CNPJ			08.710.871/0001-00		
LOTES 03 ao 07	QUANT ESTIMADA	UNID	ESPECIFICAÇAO	MARCA	P. UNIT

03 100 UND PROCESSADOR - FREQÜÊNCIA DE OPERAÇÃO (CLOCK): 2.9 GHZ OU SUPERIOR; - CACHE L2: 2MB KB OU SUPERIOR; - FRONT SIDE BUS (FSB): 800 MHZ OU SUPERIOR - (01) PROCESSADOR INSTALADO PLACA MAE NO MÍNIMO 2 SLOTS PCI DISPONÍVEIS APÓS A INSTALAÇÃO DE TODOS OSPERIFÉRICOS; - NO MÍNIMO 1 SLOT PCI EXPRESS 16X OU SUPERIOR. – NO MÍNIMO 1 SLOT PCI EXPRESS X1 - NO MÍNIMO 3 CANAL DE AUDIO - NO MÍNIMO 2 SATA 3GB/S LIVRE DEPOIS DE INSTALADO OS COMPONENTES - SUPORTAR MEMÓRIA DDR 2 800 - NO MÍNIMO 1CONECTOR FLOPPY - NO MÍNIMO 1 CONECTOR IDE SUPORTANDO 33/66/100 – NO MÍNIMO 01 USB INTERNO - FSB 1333/1066/800 - SUPORTAR CORE 2 EXTREME - SUPORTAR CORE 2 QUAD - SUPORTAR CORE 2 DUO - VIDEO ON-BOARD 128 COMPARTILHADO. MEMORIA 2GB - MEMÓRIA PADRÃO DUAL-CHANNEL DDR2 800 OU SUPERIOR; - NO MÍNIMO 2GB INSTALADA EXPANSÍVEL ATÉ 4 GB HD 320 7200 SATA - UMA UNIDADE DE DISCO RÍGIDO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 320 GB, COM INTERFACE SATA - VELOCIDADE DE ROTAÇÃO MÍNIMA DE 7.200 RPM, COM TEMPO DE ACESSO MÁXIMO DE 10 MS - TECNOLOGIA S.M.A.R.T. II (SELF MONITORING ANALYSIS AND REPORT). GRAVADORA DVD - GRAVADOR DE CD E DVD 22X INTERFACE SATA KIT GABINTE ATX - FONTE DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO ATX 24 PINOS, COM POTÊNCIA 450WTS. TECLADO ABNT2 - PADRÃO ATX, COM NO MÍNIMO 107 TECLAS, COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO ABNT 10347, COM TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA (ABNT-2); - AJUSTE DE INCLINAÇÃO E CONEXÃO AO COMPUTADOR MEDIANTE PORTA PADRÃO MINIDIN OU USB; - IDENTIFICAÇÃO DAS TECLAS DE ALTA RESISTÊNCIA AO SUOR E CALOR DAS MÃOS; - CONECTOR MINI-DIN, PADRÃO PS/2, USB. MONITOR LCD de 18,5", RESOLUÇÃO 1360 x 768 PONTOS NO MODO GRAFICO EM MODO NÃO ENTRELAÇADA DE 60 HZ COM TEMPO MAXIMO DE REFRESH DE 5MS INDICE DE CONTRASTE DE 8000: BOTÃO LIGA DESLIGA LOCALIZADO NA PARTE DA FRENTE DO MONITOR POSSUI RECURSO DE AJUSTE DE ALTURA NO MINIMO DE 07 CENTIMETROS. PLACA DE REDE CONTROLADORA ETHERNET RJ45 10/100/1000 INTEGRADA. SAÍDAS - NO MÍNIMO 1 PS2 TECLADO - NO MÍNIMO 1 PS2 MOUSE - NO MÍNIMO 3 PORTA USB 2.0 PLACA CONTROLADORA DE SOM -.ON-BOARD; - CONECTOR/INTERFACE PARA: SAÍDA PARA CAIXA ACÚSTICA E ENTRADA DE LINHA E/OU MICROFONE EXTERNO; - CONEXÃO PARA ÁUDIO DIRETA COM A UNIDADE GRAVADORA E LEITORA DE CD-ROM (LIGAÇÃO DA LEITORA DE CD-ROM À PLACA DE SOM ATRAVÉS DE CABO DE ÁUDIO PRÓPRIO); - FULL-DUPLEX PARA GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO SIMULTÂNEAS DE SONS. MOUSE - TECNOLOGIA ÓPTICA LASER; - CABO LÓGICO COM CONECTOR USB OU MINI-DIN; - RESOLUÇÃO, POR HARDWARE, DE NO MÍNIMO 800 X 800 DPI (PONTOS POR POLEGADA). - CAIXA DE SOM 180WTS LICENÇIADO EM PORTUGUES COM AS MIDIAS CONDIÇÕES COMPLEMENTARES: - SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ADEQUADA AO PROCESSADOR, FONTE E DEMAIS COMPONENTES INTERNOS AO GABINETE PARA GARANTIR A TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO E VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES. - SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO PROCESSADOR DEVE SER COMPATÍVEL COM O MESMO, SEGUINDO ESPECIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO FABRICANTE DO PROCESSADOR. - PLACA MÃE E CHIPSET DEVEM SER HOMOLOGADOS PELO FABRICANTE DO PROCESSADOR. - REGULADOR DE TENSÃO DA CPU COM NO MÍNIMO 4 ESTÁGIOS E PROJETADO USANDO SE SOMENTE CAPACITORES SÓLIDOS; - PROJETO DA PLACA MÃE DEVE SE BASEAR SOMENTE EM CAPACITORES SÓLIDOS EM DETRIMENTO AOS CAPACITORES ELETROLÍTICOS; - DISSIPADORES DE CALOR OU COOLER PARA OS CHIPSETS E REGULADORES DE TENSÃO; - UMA BAIA EXTERNA FRONTAL COM A UNIDADE DE CD ROM; - UMA BAIA EXTERNA FRONTAL DE 3¹/²" PARA UNIDADE DE DISQUETE; - UMA BAIA INTERNA DE 3¹/²" POLEGADAS PARA O DISCO RÍGIDO; - ACABAMENTO EM PINTURA TIPO EPÓXI, COM PAINEL FRONTAL DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; GABINETE, MONITOR, TECLADO E MOUSE TÊM O MESMO PADRÃO DE COR; GABINETE DO TIPO TORRE DE PELO MENOS 04 BAIAS; - TODA A CONEXÃO PARA PERIFÉRICOS EXTERNOS É LOCALIZADA NO PAINEL TRASEIRO DO GABINETE; NO PAINEL DIANTEIRO DO GABINETE PODERÁ TER CONEXÕES USB, SOM E MICROFONE; - A PLACA MÃE DEVE POSSUIR NÚMERO DE SÉRIE REGISTRADO NA BIOS E PODER SER LIDO REMOTAMENTE VIA COMANDOS DMI 2.0; - BIOS TIPO FLASH EPROM, ATUALIZÁVEL POR SOFTWARE E COMPATÍVEL COM O TERCEIRO MILÊNIO; - OPERAR EM (110/220) VOLTS COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA OU MANUAL; - AS PLACAS MÃE DEVEM POSSUIR HOMOLOGAÇÃO DA MICROSOFT PARA WINDOWS XP PROFESSIONAL SP2 OU SUPERIOR (DEVERÁ CONSTAR NA HCL-HARDWARE COMPATIBILITY LIST); - GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO (DIAMANTINO) COM COBERTURA DE PEÇAS E MÃO DE OBRAS; - DEVE ACOMPANHAR SISTEMA OPERACIONAL. DEVIDAMENTE LICENCIADO, BEM COMO MANUAIS E MÍDIAS; - DEVE ACOMPANHAR MANUAIS E DRIVERS DE TODOS OS DISPOSITIVOS COMPATÍVEL COM MICROSOFT WINDOWS XP PROFESSIONAL (NO MÍNIMO SP2) OU SUPERIOR. -O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR HCL DO FABRICANTE - O EQUIPAMENTO DEVERAM APRESENTAR ISO 9001 CPU– CARTA DE SOLIDARIEDADE DO FABRICANTE DA CPU CASO SEJA REVENDA AUTORIZADA DEVERÁ ESTÁ AUTENTICADA SOMENTE DA CPU- DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE 01 ANO. (DIAMANTINO).ASSISTENCIA TECNICA DEVERAR TER 0800 PARA CHAMADOS. FOLDER DO MONITOR E DA PLACA MAE. E SEUS RECURSOS.CASO A EMPRESA NÃO TENHA AUTORIZADA NO LOCAL E SO NA CAPITAL TERA QUE CONSEDER UMA NO PRAZO DE 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DO EMPENHO. **LEADRETECH10 R $ 1.991,00**

04 100 UND PROCESSADOR - FREQÜÊNCIA DE OPERAÇÃO (CLOCK): 2.5 GHZ OU SUPERIOR; - CACHE L2: 1MB KB OU SUPERIOR; -

FRONT SIDE BUS(FSB): 800 MHZ OU SUPERIOR - (01) PROCESSADOR INSTALADO PLACA MAE NO MÍNIMO 2 SLOTS PCI DISPONÍVEIS APÓS A INSTALAÇÃO DE TODOS OSPERIFÉRICOS; - NO MÍNIMO 1 SLOT PCI EXPRESS 16X OU SUPERIOR. – NO MÍNIMO 1 SLOT PCI EXPRESS X1 - NO MÍNIMO 3 CANAL DE AUDIO - NO MÍNIMO 2 SATA 3GB/S LIVRE DEPOIS DE INSTALADO OS COMPONENTES - SUPORTAR MEMÓRIA DDR 2 800 - NO MÍNIMO 1CONECTOR FLOPPY - NO MÍNIMO 1 CONECTOR IDE SUPORTANDO 33/66/100 – NO MÍNIMO 01 USB INTERNO - FSB 1333/ 1066/800 - SUPORTAR CORE 2 EXTREME - SUPORTAR CORE 2 QUAD - SUPORTAR CORE 2 DUO - VIDEO ON-BOARD 128 COMPARTILHADO. MEMORIA 2GB - MEMÓRIA PADRÃO DUAL-CHANNEL DDR2 800 OU SUPERIOR; - NO MÍNIMO 2GB INSTALADA EXPANSÍVEL ATÉ 4 GB HD 160 7200 SATA - UMA UNIDADE DE DISCO RÍGIDO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 160 GB, COM INTERFACE SATA - VELOCIDADE DE ROTAÇÃO MÍNIMA DE 7.200 RPM, COM TEMPO DE ACESSO MÁXIMO DE 10 MS - TECNOLOGIA S.M.A.R.T. II (SELF MONITORING ANALYSIS AND REPORT). GRAVADORA DVD - GRAVADOR DE CD E DVD 22X INTERFACE SATA KIT GABINTE ATX - FONTE DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO ATX 24 PINOS, COM POTÊNCIA 450WTS. TECLADO ABNT2 - PADRÃO ATX, COM NO MÍNIMO 107 TECLAS, COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO ABNT 10347, COM TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA (ABNT-2); - AJUSTE DE INCLINAÇÃO E CONEXÃO AO COMPUTADOR MEDIANTE PORTA PADRÃO MINIDIN OU USB; - IDENTIFICAÇÃO DAS TECLAS DE ALTA RESISTÊNCIA AO SUOR E CALOR DAS MÃOS; - CONECTOR MINI-DIN, PADRÃO PS/2, USB. MONITOR LCD de 18,5", RESOLUÇÃO 1360 x 768 PONTOS NO MODO GRAFICO EM MODO NÃO ENTRELAÇADA DE 60 HZ COM TEMPO MAXIMO DE REFRESH DE 5MS INDICE DE CONTRASTE DE 8000: BOTÃO LIGA DESLIGA LOCALIZADO NA PARTE DA FRENTE DO MONITOR POSSUI RECURSO DE AJUSTE DE ALTURA NO MINIMO DE 07 CENTIMETROS. PLACA DE REDE CONTROLADORA ETHERNET RJ45 10/100/1000 INTEGRADA. SAÍDAS - NO MÍNIMO 1 PS2 TECLADO - NO MÍNIMO 1 PS2 MOUSE - NO MÍNIMO 3 PORTA USB 2.0 PLACA CONTROLADORA DE SOM -.ON-BOARD; - CONECTOR/INTERFACE PARA: SAÍDA PARA CAIXA ACÚSTICA E ENTRADA DE LINHA E/OU MICROFONE EXTERNO; - CONEXÃO PARA ÁUDIO DIRETA COM A UNIDADE GRAVADORA E LEITORA DE CD-ROM (LIGAÇÃO DA LEITORA DE CD-ROM À PLACA DE SOM ATRAVÉS DE CABO DE ÁUDIO PRÓPRIO); - FULL-DUPLEX PARA GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO SIMULTÂNEAS DE SONS. MOUSE - TECNOLOGIA ÓPTICA LASER; - CABO LÓGICO COM CONECTOR USB OU MINI-DIN; - RESOLUÇÃO, POR HARDWARE, DE NO MÍNIMO 800 X 800 DPI (PONTOS POR POLEGADA). - CAIXA DE SOM 180WTS LICENÇIADO EM PORTUGUES COM AS MIDIAS CONDIÇÕES COMPLEMENTARES: - SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ADEQUADA AO PROCESSADOR, FONTE E DEMAIS COMPONENTES INTERNOS AO GABINETE PARA GARANTIR A TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO E VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES. - SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO PROCESSADOR DEVE SER COMPATÍVEL COM O MESMO, SEGUINDO ESPECIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO FABRICANTE DO PROCESSADOR. - PLACA MÃE E CHIPSET DEVEM SER HOMOLOGADOS PELO FABRICANTE DO PROCESSADOR. - REGULADOR DE TENSÃO DA CPU COM NO MÍNIMO 4 ESTÁGIOS E PROJETADO USANDO SE SOMENTE CAPACITORES SÓLIDOS; - PROJETO DA PLACA MÃE DEVE SE BASEAR SOMENTE EM CAPACITORES SÓLIDOS EM DETRIMENTO AOS CAPACITORES ELETROLÍTICOS; - DISSIPADORES DE CALOR OU COOLER PARA OS CHIPSETS E REGULADORES DE TENSÃO; - UMA BAIA EXTERNA FRONTAL COM A UNIDADE DE CD ROM; - UMA BAIA EXTERNA FRONTAL DE 3¹/²" PARA UNIDADE DE DISQUETE; - UMA BAIA INTERNA DE 3¹/²" POLEGADAS PARA O DISCO RÍGIDO; - ACABAMENTO EM PINTURA TIPO EPÓXI, COM PAINEL FRONTAL DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; GABINETE, MONITOR, TECLADO E MOUSE TÊM O MESMO PADRÃO DE COR; GABINETE DO TIPO TORRE DE PELO MENOS 04 BAIAS; - TODA A CONEXÃO PARA PERIFÉRICOS EXTERNOS É LOCALIZADA NO PAINEL TRASEIRO DO GABINETE; NO PAINEL DIANTEIRO DO GABINETE PODERÁ TER CONEXÕES USB, SOM E MICROFONE; - A PLACA MÃE DEVE POSSUIR NÚMERO DE SÉRIE REGISTRADO NA BIOS E PODER SER LIDO REMOTAMENTE VIA COMANDOS DMI 2.0; - BIOS TIPO FLASH EPROM, ATUALIZÁVEL POR SOFTWARE E COMPATÍVEL COM O TERCEIRO MILÊNIO; - OPERAR EM (110/220) VOLTS COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA OU MANUAL; - AS PLACAS MÃE DEVEM POSSUIR HOMOLOGAÇÃO DA MICROSOFT PARA WINDOWS XP PROFESSIONAL SP2 OU SUPERIOR (DEVERÁ CONSTAR NA HCL-HARDWARE COMPATIBILITY LIST); - GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO (DIAMANTINO) COM COBERTURA DE PEÇAS E MÃO DE OBRAS; - DEVE ACOMPANHAR SISTEMA OPERACIONAL. DEVIDAMENTE LICENCIADO, BEM COMO MANUAIS E MÍDIAS; - DEVE ACOMPANHAR MANUAIS E DRIVERS DE TODOS OS DISPOSITIVOS COMPATÍVEL COM MICROSOFT WINDOWS XP PROFESSIONAL (NO MÍNIMO SP2) OU SUPERIOR. -O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR HCL DO FABRICANTE - O EQUIPAMENTO DEVERAM APRESENTAR ISO 9001 CPU– CARTA DE SOLIDARIEDADE DO FABRICANTE DA CPU CASO SEJA REVENDA AUTORIZADA DEVERÁ ESTÁ AUTENTICADA SOMENTE DA CPU - DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE 01 ANOS. (DIAMANTINO).ASSISTENCIA TECNICA DEVERAR TER 0800 PARA CHAMADOS. FOLDER DO MONITOR E DA PLACA MAE. E SEUS RECURSOS.CASO A EMPRESA NÃO TENHA AUTORIZADA NO LOCAL E SO NA CAPITAL TERA QUE CONSEDER UMA NO PRAZO DE 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DO EMPENHO. **LEADERTECHC10 R $ 1.645,00**

05 100 UND 1. Microcomputador acoplado ao monitor LCD formando um único volume, no conceito “all-in-one”;2. Processador Core 2 Duo ou Athon dx 2, com clock de 2 GHz, cache L2 de 2 MB e FSB de 800 MHz;3. Chipset4. Recursos de gerenciamento de energia;5. Memória DDR2 800 MHz totalizando 2 GB de capacidade, expansível a 4 GB aceitando-se substituição;6. BIOS em Flash Rom, com senha para Power On e senha para acesso ao BIOS, compatível com a especificação “Plug and Play Bios”;7. Display widescreen policromático tipo TFT (matriz ativa) WXGA com tamanho de 17 polegadas (na diagonal, “viewable size”);8. Resolução de vídeo mínima de 1280 x 800 em 16 milhões de cores;9. Controladora de vídeo Intel GMA950 com pelo menos 224 MB de memória compartilhada;10. Disco rígido SATA de 2,5 polegadas com capacidade mínima de 250 Gbytes e rotação de 5400 RMP;11. Unidade Interna gravadora de DVD nos formatos + e – RW;12. Suporte a áudio no padrão High Definition Audio ou similar com alto-falantes stereo embutidos;13. Deve possuir no mínimo as seguintes conexões:- 4 conectores USB 2.0;- Conector para teclado tipo PS2;- Conector para mouse tipo PS2;- Leitor de cartões suportando Memory Stick PRO e Secure Digital (SD);- Entrada de microfone;14. Módulo WireLess (comunicação sem fio) padrão 802.11b/g; (opcional)15. Interface interna de rede local Ethernet 10/100 com conector RJ-45;16. Teclado de membrana padrão Brasileiro ABNT2, com teclas não apagáveis pelo uso contínuo, mínimo deduas posições para regulagem de altura e vida útil mínima de 20 milhões de toques;17. Mouse óptico compatível com Microsoft ou Logitech, com 2 botões mais roda para scroll, resolução porhardware de 400 DPI, acompanhado de almofada;18. Adaptador AC para alimentação operando no intervalo de 100 a 240 volts;19. Base de sustentação com ajuste ergonômico de inclinação;20. Sistema operacional Licenciado;21. Todos os dispositivos devem ser totalmente compatíveis com Windows Vista Business devendo acompanhar todos os drivers que se fizerem necessários para tal;22. Equipamento deve vir acompanhado de todos os cabos e manuais (Português do Brasil) necessários para instalação, configuração e utilização do equipamento e de seus componentes e periféricos;23. Garantia de 1 (um) anos do fabricante para qualquer componente;24. Atendimento “on-site” em dias úteis e horário comercial, no tempo máximo de 24 (vinte quatro) horas e solução em 48 (quarenta e oito) horas, sendo admitida a substituição do equipamento2.4. O Fabricante tem que ter assistência autorizada na Grande Cuiabá. E 30 dias para credenciar uma no local após emissão do empenho.2.5. Carta de Solidariedade do fabricante. E ISO 9001.2.6. Processador do mesmo fabricante do Chipset da placa mãe. **LEADERTECH FLAT PC R$ 2.250,00**

06 100 UND 1. Microcomputador acoplado ao monitor LCD formando um único volume, no conceito “all-in-one”;2. Processador com clock de 2,5 GHz, cache L2 de 1 MB e FSB de 800 MHz;3. Chipset4. Recursos de gerenciamento de energia;5. Memória DDR2 800 MHz totalizando 2 GB de capacidade, expansível a 4 GB aceitando-se substituição;6. BIOS em Flash Rom, com senha para Power On e senha para acesso ao BIOS, compatível com a especificação “Plug and Play Bios”;7. Display widescreen policromático tipo TFT (matriz ativa) WXGA com tamanho de 15 polegadas (na diagonal, “viewable size”);8. Resolução de vídeo mínima de 1280 x 800 em 16 milhões de cores;9. Controladora de vídeo Intel GMA950 com pelo menos 224 MB de memória compartilhada;10. Disco rígido SATA de 2,5 polegadas com capacidade mínima de 250 Gbytes e rotação de 5400 RMP;11. Unidade Interna gravadora de DVD nos formatos + e – RW;12. Suporte a áudio no padrão High Definition Audio ou similar com alto-falantes stereo embutidos;13. Deve possuir no mínimo as seguintes conexões:- 4 conectores USB 2.0;- Conector para teclado tipo PS2;- Conector para mouse tipo PS2;- Leitor de cartões suportando Memory Stick PRO e Secure Digital (SD);- Entrada de microfone;14. Módulo WireLess (comunicação sem fio) padrão 802.11b/g; (opcional)15. Interface interna de rede local Ethernet 10/100 com conector RJ-45;16. Teclado de membrana padrão Brasileiro ABNT2, com teclas não apagáveis pelo uso contínuo, mínimo deduas posições para regulagem de altura e vida útil mínima de 20 milhões de toques;17. Mouse óptico compatível com Microsoft ou Logitech, com 2 botões mais roda para scroll, resolução porhardware de 400 DPI, acompanhado de almofada;18. Adaptador AC para alimentação operando no intervalo de 100 a 240 volts;19. Base de sustentação com ajuste ergonômico de inclinação;20. Sistema operacional Licenciado;21. Todos os dispositivos devem ser totalmente compatíveis com Windows Vista Business devendo acompanhar todos os drivers que se fizerem necessários para tal;22. Equipamento deve vir acompanhado de todos os cabos e manuais (Português do Brasil) necessários para instalação, configuração e utilização do equipamento e de seus componentes e periféricos;23. Garantia de 1 (um) anos do fabricante para qualquer componente;24. Atendimento “on-site” em dias úteis e horário comercial, no tempo máximo de 24 (vinte quatro) horas e solução em 48 (quarenta e oito) horas, sendo admitida a substituição do equipamento2.4. O Fabricante tem que ter assistência autorizada na Grande Cuiabá. E 30 dias para credenciar uma no local após emissão do empenho.2.5. Carta de Solidariedade do fabricante. E ISO 9001.2.6. Processador do mesmo fabricante do Chipset da placa mãe. **LEADERTECH FLAT PC R$ 1.833,00**

07 05 UND TELA 14,1 NO MAXIMO, TECNOLOGIA DE TELA COM LEDS PROCESSADOR NUCLEO DUPLO FREQUÊNCIA REAL DE CLOCK INTERNO MINIMA DE 2.3 GHZCACHE L2 1024KB COM BARRAMENTO DE SISTEMA DE NO MINIMO 1066 MHZBIOS DO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU TER DIREITOS COPYRIGHT SOBRE ESSA BIOS NÃO SENDO ACEITO SOLUÇÕES EM REGIME DE OEM OU CUSTOMIZAÇÕES.VIDEO ON-BOARD NO MINIMO 256 MBMEMORIA DE 2GB DDR 800PLACA DE REDE GIGABIT REDE SEM FIO DISCO RIGIDO 250 GB NO MINIMOGRAVADORA DVD INTERNAINTERFACES 01 SLOT TIPO EXPRESS CARD01 PORTA VGA EXTERNA04 PORTA USB 2.0 NÃO SENDO ACEITO HUB EXTERNO.SENSOR BIOMÉTRICO INTEGRADO AO EQUIPAMENTOTECLADO ABNT 2 PORTUGUÊSLICENÇA DO WINDOWS 7 PROFISSIONAL EM PORTUGUES COM SUAS MIDIAS.GARANTIA 12 MESES.MALETA PARA TRANSPORTE COM ALÇA. **HP 6445B 2.960,00**

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº. 028/2010, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada, no Pregão nº. 028/2010, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA II – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Em cada fornecimento, **o prazo de entrega do produto será acordado pela unidade requisitante**, não podendo, todavia, ultrapassar 10 (dez) dias corridos da retirada da ordem de fornecimento pelo fornecedor.

O local de entrega dos materiais será no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Diamantino, situada a Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº. 2.341 – Jd. Eldorado.

CLAÚSULA III – DO PAGAMENTO

Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do atesto de faturas/notas fiscais pelo órgão requisitante, de acordo com os termos do Edital.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura correspondente.

CLÁUSULA V – DAS PENALIDADES

Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.
2. Cancelamento do registro na Ata.
3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções.
6. Advertência.
7. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento.
8. Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.
9. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.
10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

CLÁUSULA VI – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Considerando o prazo de validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, **é vedado quaisquer reajustamentos de preços.**

Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA VII – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Os materiais objeto desta Ata de Registro de Preços serão recebidos pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLAÚSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feira por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação;

Pelas detentoras, quando, **mediante solicitação por escrito**, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a) a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com **antecedência de 30 (trinta) dias**, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula V, caso não aceita as razões do pedido.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante.

A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Diamantino, em 02 de junho de 2010.

Prefeitura Municipal de Diamantino
JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Detentores da Ata
IVONIR ALVES DIAS – ME
Sr. Vera Lucia Cruz

MARCELO DIAS MACHADO – ME
Sr. Marcelo Dias Machado

LPM COMERCIO E SERVIÇOS-ME
Sr. Jose Guerreiro Filho,

Testemunhas:
NOME: Leandro Aparecido Batalha BichoRG: 105.816-93 SSP/MTCPF: 559.445.971-04 Nome: Sarita Raquel Neis BuenoRG nº.: 749.243 SSP/MTCPF n° 486.873.751-15

Prefeitura Municipal de Dom Aquino

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº005/2010

O município de Dom Aquino/MT, torna público aos interessados, o resultado do Pregão Presencial nº 005/2010, cujo objeto trata-se da aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, utensílios, material descartável e gás engarrafado visando atender a Secretaria de Administração, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer. Sagrou-se vencedora as empresas: **COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DE JUSCIMERA LTDA - CNPJ:** 03.939.469/0001-89 com o valor global de R$ 125.733,00 (Cento e vinte cinco mil setecentos e trinta e três reais); **MAUROSAN RODRIGUES SOUZA – COMÉRCIO - CNPJ:** 10.639.141/0001-02 com o valor global de R$ 63.373,73 (Sessenta e três mil trezentos e setenta e três reais e setenta e três centavos); **M.A.OLIVEIRA COMÉRCIO – ME - CNPJ:** 04.399.062/0001-79 com o valor global de R$ 67.238,79 (Sessenta e sete mil duzentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos); **MÁRIO NETO RODRIGUES SOUZA COMÉRCIO – ME - CNPJ:** 10.658.670/0001-53 com o valor global de R$ 26.838,31 (Vinte seis mil oitocentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos).

Dom Aquino-MT, 31 de maio de 2010.

EDUARDO ZEFERINO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Figueirópolis D' Oeste

PORTARIA 027/GAB/2010
SÚMULA: "NOMEAR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, VIA CONCURSO PÚBLICO".

O Excelentíssimo Senhor, LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, e buscando regularizar a vida funcional dos servidores públicos municipais, aprovados em Concurso Público 001/2009, e buscando ainda dar cumprimento ao que prescreve os princípios da legalidade, transparência, publicidade, honestidade e respeito à legislação vigente; Resolve:

Artigo 1º- Nomear para os cargo e categoria conforme menciona:

A - RONALDO DA COSTA, para o Cargo de GARI, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de março de 2010.

Art. 2º- Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 02 de março de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
PREFEITO.

Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte

EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO DE SERVIDORES EM EXERCÍCIO NA FUNÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT EM DECORRÊNCIA DE CONTRATAÇÃO ANTERIOR A 14 DE FEVEREIRO DE 2006.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE- MT**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que dispõe o Parágrafo único do art. 2° da Emenda Constitucional n°. 51/06, e Parágrafo único do art. 9° da Lei Federal n°. 11.350/06, torna público que estão abertas às inscrições para OS **AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE QUE ESTEJAM EM EXERCÍCIO NA FUNÇÃO JUNTO AO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE** – MT POR **CONTRATAÇÃO ANTERIOR A DATA DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006,** com a finalidade de SUAS **CERTIFICAÇÕES,** na forma da Lei Municipal n°. 827/2010, mediante normas e condições a seguir expressas.

1 – **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Este Processo reger-se-á pelas normas em vigor: Emenda Constitucional n°. 51/2006, Lei 11.350/2006 em vigor e Lei Municipal n° 827/2010, tendo por finalidade o aproveitamento do Agente Comunitário de Saúde em exercício na função desde **data anterior a 14 de fevereiro de 2006 e desde que tenham participado de processo de seleção pública** amparado pelo parágrafo único do art. 2° da Emenda Constitucional n°. 51, de 14 de fevereiro de 2006.

1.1. O Agente Comunitário de Saúde que obtiver sua certificação será mantido no cargo, por contrato temporário, conforme autorização contida na Lei Federal 11.350/2006; Lei Municipal 827/2010, sob regime jurídico estatutário, instituído pela Lei Municipal 101 de 20 de dezembro de 2005, independentemente de novo teste seletivo **até definição legal quer permita concurso público ou outra forma definitiva de contratação para essa categoria de servidores.**

1.2. – DA DIVULGAÇÃO

A divulgação das etapas deste Processo de Certificação dar-se-á através de publicações na sala de recepção do Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua das Oliveiras, 125, Bairro Jardim Vitória, nesta cidade; na Secretaria Municipal de Saúde, Rua das Amesclas, 70, nesta cidade de Guarantã do Norte- MT e pela imprensa local e regional.

3 – DA INSCRIÇÃO

3.1 – Local: Sala do setor administrativo da Secretaria Municipal de Saúde

3.2.Endereço: Rua das Amesclas, N.º 70, Centro, Guarantã do Norte –MT, Cep: 78520000, Telefone: (66) 3552 5134

3.3.Horário: 8:00 às 10: 00 horas e de 14:00 às 16:00 horas

3.4 – Período: De 21 a 23 de junho de 2010

3.5 – Requisitos:

Poderão se inscrever os candidatos que comprovarem o atendimento dos seguintes requisitos básicos, junto ao Município de Guarantã do Norte- MT:

- Apresentar requerimento de certificação, conforme Modelo constante no Anexo I.

- Que em decorrência de sua participação em processo de seleção pública para o exercício da função de agente comunitário de saúde, houver sido contratado em data anterior a 14 de fevereiro de 2006 até a data da inscrição para certificação;

- Estar no exercício da função de agente comunitário de saúde no ato da inscrição.

- Ter participado de curso de qualificação básica para a formação de Agente Comunitário de Saúde.

3.6 – Documentos exigidos no ato da inscrição:

I- Fotocópia e original da Carteira de Identidade;

II- Fotocópia e original do CPF;

III- Fotocópia e original de Comprovante de Residência (Conta de água, telefone ou luz que comprove local de residência.

IV- Documento fornecido por órgão da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte- MT que comprove data de admissão, tempo de serviço e experiência profissional no exercício de atividade de agente comunitário de saúde, expedido pelos seguintes órgãos ou profissionais, em conjunto ou separadamente:

a)órgão público ou outra instituição reconhecida;

b) profissionais ligados à Saúde Pública deste Município de Guarantã do Norte MT

c)escritórios regionais a cuja jurisdição pertence o Município de Guarantã do Norte-MT.

d) declarações firmadas por entidades públicas ou particulares, que promoveram alguma forma de publicidade dos atos relativos ao processo seletivo de que participou o agente de saúde;

V- Fotocópia e original de documentos que comprovem carga horária em atividades de formação, capacitação profissional e similares para Agente Comunitário de Saúde, expedidos por órgão público ou outra instituição reconhecida;

VI- Declaração assinada pelo próprio Agente Comunitário de Saúde, atestando sob as penas da lei o exercício na função de agente comunitário em decorrência de teste seletivo realizado mediante ampla publicidade em data anterior a 14 de fevereiro de 2006.

3.7 – As inscrições deverão ser efetuadas pessoalmente pelo candidato.

3.8 – O candidato que apresentar para sua inscrição declarações e documentos falsos será eliminado do processo de certificação.

3.9 – **Procedimentos de inscrição:**

a) Comparecer ao local de inscrição definido neste Edital;

b) Preencher os requisitos do Edital;

c) Preencher e entregar o Requerimento de Inscrição, definindo a área geográfica (micro área) do Município que exerce função de agente comunitário de saúde.

d) Apresentar a documentação relacionada no item 3.6;

3.10 – No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante de inscrição devidamente assinado pelo atendente-conferidor.

4 – DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

4.1 – O processo de certificação será coordenado pela Comissão Especial de Certificação que será integrada por representantes dos seguintes órgão públicos de Guarantã do Norte – MT.

a) Secretaria Municipal de Saúde

b) Câmara Municipal;

c) Procuradoria Jurídica

d) Conselho Municipal de Saúde

e) Recursos Humanos da Prefeitura Municipal

4.2- O processo de certificação constará de duas etapas, a seguir descritas:

- PRIMEIRA ETAPA – será verificado o preenchimento dos requisitos de inscrição, constantes do item 3.5, devidamente comprovados com a documentação indicada no item 3.6.

- SEGUNDA ETAPA:

a) de posse dos dados da primeira etapa a Comissão Especial de Certificação de forma individual definirá ou não o requerimento do candidato.

b) Em caso de deferimento ratificará o preenchimento dos requisitos definidos na Lei Municipal 827/2010 e neste Edital, decorrentes da autorização contida na Lei Federal 11.350/2006.

c) No caso de indeferimento definirá expressamente o requisito legal não preenchido.

5 – DO RESULTADO DO PEDIDO DE CERTIFICAÇÃO

O resultado final do deferimento ou indeferimento do pedido de certificação será publicado no dia 24 de junho de 2010, pelos mesmos meios de divulgação deste edital e dele caberá recurso escrito que deverá ser apresentado na Secretaria Municipal de Saúde, no endereço abaixo, no dia seguinte à divulgação do resultado, no seguinte endereço:

Endereço: Rua das Amesclas, n.º 70

Bairro: Centro

Cep: 78520000

Telefone: (66) 3552 5134.

Horário: das 8:00 às 10:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas.

5.1. O resultado definitivo dos recursos interpostos será publicado pelos mesmos meios de divulgação já citados neste edital, no dia 27 de junho de 2010.

6 – DA HOMOLOGAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

Após decurso do prazo do recurso, as CERTIFICAÇÕES DEFERIDAS, pela Comissão Especial de Certificação, serão homologadas pelo Prefeito Municipal até o dia 29 de Junho de 2010, em ato que atestará a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2° da Emenda Constitucional n°. 51, de 14 de fevereiro de 2006 e autorizará a permanência do Agente Comunitário de Saúde no cargo e micro área em que estiver atuando na data da sua inscrição junto ao Município de Guarantã do Norte- MT, até definição legal sobre concurso público ou outra forma de provimento no cargo para essa categoria de servidores, conforme autorização contida na Lei Municipal 827/2010.

6.1. A homologação das Certificações será publicada pelos meios descritos neste Edital.

7 – DO PRAZO PARA ASSUMIR O CARGO MEDIANTE CERTIFICAÇÃO

7.1 – O prazo para o candidato que obtiver sua certificação nos termos deste Edital assinar novo contrato, decorrente da certificação do seu processo seletivo anterior a 14/02/2010 , encerra-se às 17:00 horas do dia 1º (primeiro) de julho de 2010.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1 – A inscrição do candidato importará no conhecimento das instruções e na aceitação das condições do processo de seleção, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

8.2 – Qualquer dúvida que surgir em qualquer fase do processo definido neste edital será dirimida pela Comissão Especial de Certificação, que atenderá os interessados para dirimir possíveis dúvidas até o final do procedimento, na Secretaria de Saúde, sito na Rua das Amesclas, n. 70, centro, nesta cidade de Guarantã do Norte - MT, fone 3.552 5134.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de junho de 2010.

MERCIDIO PANOSSO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Itaúba

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
REF.: Tomada de Preços 003/2010

O Presidente da Comissão permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, torna público aos interessados que o vencedor da Tomada de Preços 003/2010, para Contratação de Empresa especializada na execução de pavimentação asfáltica, drenagem superficial e sinalização viária na Av. Tiradentes e Ruas no perímetro urbano da cidade de Itaúba – MT, foi a empresa CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA ME.

ITAÚBA-MT, 17 de Junho de 2010.

Otávio Luiz Fiel
Presidente CPL

LEI Nº. 824/2010

SUMULA : "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL – BNDES, ATRAVÉS DO BANCO DO BRASIL S.A., NA QUALIDADE DE MANDATÁRIO, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

RAIMUNDO ZANON, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através do Banco do Brasil S.A., na qualidade de Mandatário, até o valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES.

Artigo 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3º, da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

§ 1º - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo fica o Banco do Brasil S/A, autorizado transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º - Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput fica o Poder Executivo autorizado a vincular, mediante prévia aceitação do BNDES, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

Artigo 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Artigo 4º - O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do

município no Projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2010.

RAIMUNDO ZANON,
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registra-se.
Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 17/02/2010 a 04/03/2010

LEI Nº. 841/2010

SÚMULA: "Autoriza o Municipio de Itaúba-MT a firmar Termo de Cooperação Mútua com o Município de Terra Nova do Norte-MT,e dá outras providências".

O SENHOR RAIMUNDO ZANON PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cooperação Mútua com o Município de Terra Nova do Norte/MT e a repassar recursos financeiros, nos termos desta Lei.

Art. 2º - O Termo de Cooperação Mútua terá por objeto a cooperação mútua, consistente no atendimento a crianças e adolescentes do Município de Itaúba em situação de risco, sob a tutela judicial ou do Conselho Tutelar, na Casa de Retaguarda mantida pelo Município de Terra Nova do Norte, situada na Rua Clóvis Veporatto, s/nº, centro, em frente ao Fórum daquela comarca, com a finalidade abrigar e amparar os menores, agendados antecipadamente de maneira a conciliar os encaminhamentos com as possibilidades da Casa de Retaguarda ou ordem judicial.

Art. 3º - A obrigação a ser assumida pelo Município de Itaúba em contrapartida às vagas cedidas pelo Município de Terra Nova do Norte na Casa de Retaguarda se referem à transferência de recursos para custeio da estadia das crianças e adolescentes na Casa de Retaguarda, conforme a necessidade, de acordo com os agendamentos da Secretaria Municipal de Ação Social de Terra Nova do Norte e a oferta de vagas pré-estabelecidas.

§ 1º - O recurso repassado será de R$ 7.000,00 (sete mil reais) divididos em 07 (sete) parcelas mensais e iguais, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) cada, cujo repasse ocorrerá todo dia 05 de cada mês.

§ 2º - O Termo de Cooperação Mútua vigorará por tempo indeterminado, podendo, porém, ser rescindido e/ou alterado no todo ou em parte, a qualquer tempo, de acordo com os interesses/necessidades dos Setores de Assistência Social dos Municípios partícipes.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 7.000,00 (sete mil reais), para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente Lei, à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 08-SECRETARIA MUNICIPAL DA AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA
UNIDADE 001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO 08-ASSISTENCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO 243-ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PROGRAMA 0005-PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
ATIVIDADE 2052-FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
NAT. DESPESA 3390.41.00.00 – CONTRIBUIÇÕES R$ 7.000,00
TOTAL GERAL R$ 7.000,00

Artigo 5º - Para fazer face à abertura do credito autorizado no artigo anterior, fica o Chefe do Executivo autorizado a anular parcialmente a dotação, constante no orçamento vigente, à seguinte rubrica:

ÓRGÃO 08-SECRETARIA MUNICIPAL DA AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA
UNIDADE 001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNÇÃO 08-ASSISTENCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO 244-ASSISTENCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA 0004-PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL AS FAMILIAS
ATIVIDADE 2053-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA
NAT. DESPESA 3190.13.00.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 7.000,00
TOTAL GERAL R$ 7.000,00

Artigo 6º - A abertura de crédito especial destina-se ao repasse da manutenção do Termo de Cooperação Mutua a ser firmado com autorização desta Lei, entre os Municípios de Itaúba e Terra Nova do Norte/MT, sendo certo que a favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à Administração Municipal, em duas vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas, mencionando o termo de convênio;
II – cópia do plano de trabalho;
III – cópia de eventuais alterações no termo de convênio, se houver;
IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do presente convênio;
V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;
VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer, nos termos da Lei 8666/93;
VII – cópia dos orçamentos;
VIII – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;
IX – demonstrativo de execução da receita e despesa;
X – relação de pagamentos;
XI – relação de execução físico-financeiro;
XII – conciliação bancária;
XIII – relatório de cumprimento de objeto;
XIV – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;
XV – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

§ 1º - A prestação de contas da aplicação dos recursos deverá ocorrer a cada 30 (trinta) dias.
§ 2º - A prestação de contas citada no parágrafo anterior deverá ser nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa STN 001/97 e suas alterações.
§ 3º - Na hipótese de não ser efetuada a prestação de contas, o caso será encaminhado ao órgão competente a fim de serem tomadas as medidas legais cabíveis.
§ 4º - **Na prestação de contas só serão admitidos comprovantes originais de despesa, emitidos apenas em nome do partícipe, em data igual ou posterior à data do empenho do Termo de cooperação.**

§ 5º - Somente serão aceitos comprovantes de despesa emitidos com clareza e contendo quantidades e discriminação dos materiais e serviços, além da perfeita identificação do emitente e seu domicílio.

§ 6º - A Prestação de Contas e demais Documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir os objetivos da presente Lei, no Plano Plurianual e no Anexo de Metas e Prioridades, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2010.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos 15 (quinze) dias do mês de junho do ano de dois mil e dez.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 842/2010

SÚMULA: "Autoriza o Municipio de Itaúba-MT a firmar Termo de Cooperação Mútua com o Município de Terra Nova do Norte-MT, e dá outras providências".

O SENHOR RAIMUNDO ZANON PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cooperação Mútua com o Município de Terra Nova do Norte/MT e a repassar recursos financeiros, nos termos desta Lei.

Art. 2º - O Termo de Cooperação Mútua terá por objeto a cooperação mútua, consistente no atendimento aos pacientes do Município de Itaúba na Casa de Apoio mantida pelo Município de Terra Nova do Norte, situada na Rua Tereza Lobo, Quadra 02, Casa 08, no Bairro CONCIL, na cidade de Cuiabá-MT, com a finalidade de conceder estadia e deslocamento na Capital do Estado para atendimento médico, conforme a necessidade de consultas, exames e tratamentos agendados antecipadamente, de maneira a conciliar os encaminhamentos e retornos dos usuários de acordo com os casos e a possibilidade da Casa de Apoio.

Art. 3º - A obrigação a ser assumida pelo Município de Itaúba em contrapartida às vagas cedidas pelo Município de Terra Nova do Norte na Casa de Apoio se refere à transferência de recursos para custeio da estadia e deslocamento aos pacientes do Município de Itaúba, conforme a necessidade, e, de acordo com os agendamentos da Secretaria Municipal de Saúde de Terra Nova do Norte e a oferta de vagas pré-estabelecidas.

§ 1º - O recurso repassado será de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) divididos em 07 (sete) parcelas mensais e iguais, no valor de R$ 2.571,43 (Dois mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos), cujo repasse ocorrerá todo dia 05 de cada mês.

§ 2º - O Termo de Cooperação Mútua vigorará por tempo indeterminado, podendo, porém, ser rescindido e/ou alterado no todo ou em parte, a qualquer tempo, de acordo com os interesses/necessidades dos setores de saúde dos Municípios partícipes.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente Lei, à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	06-SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO	
UNIDADE	001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
FUNÇÃO	10-SAÚDE	
SUBFUNÇÃO	301-ATENÇÃO BÁSICA	
PROGRAMA	0028-GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	
ATIVIDADE	2038-MANTUENÇÃO DO FMS	
NAT. DESPESA	3390.41.00.00 – CONTRIBUIÇÕES	R$ 18.000,00
TOTAL GERAL	**R$ 18.000,00**	

Artigo 5º - Para fazer face à abertura do crédito autorizado no artigo anterior, fica o Chefe do Executivo autorizado a anular parcialmente a dotação, constante no orçamento vigente, à seguinte rubrica:

ÓRGÃO	06-SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO	
UNIDADE	001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
FUNÇÃO	10-SAÚDE	
SUBFUNÇÃO	301-ATENÇÃO BÁSICA	
PROGRAMA	0028-GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	
ATIVIDADE	2038-MANTUENÇÃO DO FMS	
NAT. DESPESA	3190.13.00.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 18.000,00
TOTAL GERAL	**R$ 18.000,00**	

Artigo 6º - A abertura de crédito especial destina-se ao repasse da verba de manutenção do Termo de Cooperação Mutua a ser firmado com autorização desta Lei, entre os Municípios de Itaúba e Terra Nova do Norte/MT, sendo certo que a favorecida por esta Lei deverá prestar contas mensalmente à administração municipal, em duas vias de igual teor, instruída com os seguintes documentos:

I – Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas, mencionando o termo de convênio;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia de eventuais alterações no termo de convênio, se houverem;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do presente convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer, nos termos da Lei 8666/93;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

IX – demonstrativo de execução da receita e despesa;

X – relação de pagamentos;

XI – relação de execução físico-financeiro;

XII – conciliação bancária;

XIII – relatório de cumprimento de objeto;

XIV – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XV – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

§ 1º - A prestação de contas da aplicação dos recursos deverá ocorrer a cada 30 (trinta) dias.

§ 2º - A prestação de contas citada no parágrafo anterior deverá ser nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa STN 001/97 e suas alterações.

§ 3º - Na hipótese de não ser efetuada a prestação de contas, o caso será encaminhado ao órgão competente a fim de serem tomadas as medidas legais cabíveis.

§ 4º - **Na prestação de contas só serão admitidos comprovantes originais de despesa, emitidos apenas em nome do partícipe, em data igual ou posterior à data do empenho do Termo de cooperação.**

§ 5º - Somente serão aceitos comprovantes de despesa emitidos com clareza e contendo quantidades e discriminação dos materiais e serviços, além da perfeita identificação do emitente e seu domicílio.

§ 6º - A Prestação de Contas e demais Documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão, obrigatoriamente, ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir os objetivos da presente Lei, no Plano Plurianual e no Anexo de Metas e Prioridades, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2010.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos 15 (quinze) dias do mês de junho do ano de dois mil e dez.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

LEI N.º 843/2010.

"Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT referente às contribuições previdenciárias devidas ao PREVI-ITAÚBA – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itaúba/MT, e dá outras providências."

RAIMUNDO ZANON, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ENCAMINHA PARA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

Art. 1º **Fica o Poder Executivo Municipal autorizado por esta lei, a realizar termo de parcelamento de débitos referentes às contribuições previdenciárias da parte patronal não recolhida ao PREVI-ITAÚBA – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itaúba/MT, e sim, repassados à conta do Regime Geral de Previdência, no período de outubro/2009 a dezembro/2009, e as competências de março/2010 e abril/2010, no valor de R$ 68.055,52 (sessenta e oito mil, cinqüenta cinco reais e cinqüenta e dois centavos), conforme memorial descritivo constante no Termo de Confissão de Débitos Previdenciários n. 001/2010.**

Art. 2º **Fica o PREVI-ITAÚBA – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itaúba/MT autorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.**

Art. 3º **O débito originário ora confessado, em obediência ao princípio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo Índice escolhido (Índice IPCA) mais juros de mora à razão de 6% (seis por cento) ao ano, e deverá ser pago em parcelas, vincendas no dia 20 (vinte) de cada mês, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.**

Art. 4º O débito ora confessado, consolidado em reais será pago em 60 (sessenta) parcelas fixas, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 1.134,26 (um mil, cento e trinta e quatro reais e vinte seis centavos), acrescidas dos juros estabelecidos no parágrafo único.

Parágrafo único. O saldo devedor, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, será corrigido pelo Índice escolhido (Índice IPCA) mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 5º **Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei serão considerados nulos de pleno direito.**

Art. 6º **O pagamento a que se refere esta lei independe do pagamento da contribuição previdenciária mensal devida pelo Município ao PREVI-ITAÚBA.**

Art. 7º Fica homologado o TERMO DE CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS n. 001, de 16 de Junho de 2010, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 8º **Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito Municipal, em Itaúba/MT, 17 de Junho de 2010.

RAIMUNDO ZANON
PREFEITO MUNICIPAL

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que a Lei n. 843, de 17 de junho de 2010, foi publicada por afixação em mural em 17/06/2010, conforme previsto no art. 158 da Lei Orgânica do município de Itaúba.

Clóvis Eduardo Murari
Secretário de Administração

PORTARIA Nº. 71/2010

SÚMULA: "NOMEIA SERVIDOR CLOVIS EDUARDO MURARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Nomear a partir desta data o **Sr. Clovis Eduardo Murari** brasileiro, maior, portador do RG 937.188 SSP/MT e inscrito no CPF 650.623.291-91, para exercer o cargo em comissão de **SECRETARIO DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, adequando conforme Lei Comp. 01/2009, que dispõe sobre Alteração na Estrutura Administrativa,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, nesta Prefeitura Municipal de Itaúba-MT.

Artigo 2° - Fica revogada a Portaria nº. 08/2009, de 02 de janeiro de 2009.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ.

RAIMUNDO ZANON
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.
PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 02/06/2010 a 16/06/2010

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2010

MODALIDADE LICITAÇÃO: Tomada de Preços

TIPO: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Construção em Alvenaria de Refeitório no Colégio Educandário Nossa Senhora Aparecida, no Município de Itaúba – MT.

Abertura dar-se-á no dia 05 de Julho de 2010 as 08h00min (oito horas) Horário de Mato Grosso.

Local: Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaúba – MT, situada na Av. Tancredo Neves, 799, centro, Itaúba – MT.

Aquisição do Edital e Informações: O caderno de licitação, composto de edital, minuta de contrato e anexos, poderá ser fornecido mediante pagamento de R$ 100,00 (Cem Reais), correspondente ao custo da cópia reprográfica, a ser recolhido aos cofres públicos, através Documento de Arrecadação do Município de Itaúba – DAM, que será fornecido pelo Departamento de Arrecadação, situada na Avenida Tancredo Neves, n.º 799, Centro, em Itaúba/MT, maiores informações das 07:30 horas às 11:30 horas ou pelo Fone (xx) 66-3561-1196, até o terceiro dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

Itaúba – MT 17 de Junho de 2010

Otávio Luiz Fiel
Presidente C.P.L.

Prefeitura Municipal de Juína

PORTARIA Nº 1.246, de **11** de **janeiro** de **2010**.

SÚMULA: Instaura Sindicância Administrativa e constitui a Comissão de Sindicância, com o fim de apurar acidente de trânsito que envolveu veículo locado pela Administração Pública Municipal e indenizar terceiros prejudicados, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º **1.022/2008**,

RESOLVE

Art. 1.º Fica instaurada Sindicância Administrativa, com a finalidade de apurar acidente de trânsito que envolveu o veículo automotor Mitsusbishi **L200**, Placa, **JZN 2187**, locado pela Municipalidade, sob a guarda e condução do servidor municipal, **JAILSON ANTONIO DA SILVA**, e o veículo automotor, Uno Mille Placa, **BJR 1884**, ocorrido no dia **17** de **outubro** de **2009**.

Art. 2.º A Sindicância Administrativa que trata o art. **1.º**, da presente Portaria, é de caráter investigativa e tem como objeto verificar se o veículo automotor locado pela Municipalidade deu causa ao acidente de trânsito para o fim de indenizar o Senhor, **JOÃO CARLOS DA SILVA**, proprietário do veículo automotor, Uno Mille Placa, **BJR 1884**, pelo valor do menor orçamento que segue em anexo a presente Portaria, desta sendo parte integrante.

Art. 3.º A Sindicância Administrativa instaurada por força do art. **1.º**, da presente Portaria, será conduzida por uma Comissão de Sindicância, constituída pelos seguintes servidores públicos municipais, sob a presidência do primeiro, assim designados:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA
CLAUDINEI MIORANZA	FISCAL DE TRIBUTOS	378
EMERSON DA SILVA VILELLA	FISCAL DE OBRAS	344
MARINET APARECIDA MARIANO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	624

Art. 4.º Na forma do art. **205**, da Lei Complementar Municipal n.º **1.022/2008**, que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Juína-MT, a Comissão de Sindicância terá o prazo de trinta **30 (trinta)** dias, a contar da data da instauração da sindicância, para apresentar relatório conclusivo de caráter expositivo à autoridade instauradora, contendo, exclusivamente, os elementos fáticos colhidos, abstendo-se de quaisquer observações ou conclusões de cunho jurídico, com respeito a responsabilidade do servidor municipal, **JAILSON ANTONIO DA SILVA**, no acidente de trânsito ocorrido na data de **17** de **outubro** de **2009**.

Parágrafo Único. O prazo referido no ***caput*** deste artigo poderá ser prorrogado por igual período independentemente de memorando, caso necessário.

Art. 5.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **11** de **janeiro** de **2010**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.300/2010 – de 25/01/10

SÚMULA: Dispõe sobre a formação da Comissão de Avaliação da área que menciona.

Senhora **JOSELINA A. A. MORAES SOUSA**, Prefeita Municipal (Interina) do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conforme o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1.º Designar LUCIMAR DORNELES DO NASCIMENTO (corretor) , ANA PESSINI (corretora), DEUSDETE PEREIRA NOGUEIRA (funcionário público) e DENISE TÂNIA BROCCO (funcionária pública), para comporem a Comissão de Avaliação do Imóvel Urbano denominado "Setor de Serviço Quadra 03 com 2.500,00 m2 desmembrado de uma área maior com 5.000,00 m2 **para abertura de uma via ligando o Setor Industrial – Rua Guerino da Luz com o Setor de Serviço – Avenida JK.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **25** de **janeiro** de **2010**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

JOSELINA A. A. MORAES SOUSA
Prefeita Municipal
(Interina)

PORTARIA N.º 1.314, de **10** de fevereiro de **2010.**

SÚMULA: Exonera, nomeia e designa interinamente Servidor Público para cargo de provimento em comissão do Departamento de Água e Esgotos Sanitários de Juína-MT - **DAES**, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, em exercício, **JOSELINA AUXILIADORA ALMEIDA MORAES SOUSA**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica o Município, e com base no art.. **5.º**, da Lei Municipal n.º **644/2002**,

RESOLVE:

I – EXONERAR o Servidor Público Municipal, **HERTON HOFFMANN**, do Cargo Público de provimento em comissão de **ENCARREGADO DO DEPARTAMENTO OPERACIONAL – DOPE**, do Plano de cargos do Departamento de Água e Esgotos Sanitários de Juína-MT, a partir de **01** de **fevereiro** de **2010**.

I – NOMEAR o Senhor, **HERTON HOFFMANN**, brasileiro, convivente, portador da Cédula de Identidade n.º **544494**, **SSP/MT**, e inscrito no **CPF/MFN** sob o n.º **349 624 769-04**, nas atribuições do Cargo Público, de provimento em comissão, de livre

exoneração, de **DIRETOR GERAL** do Departamento de Água e Esgotos Sanitários de Juína-MT, a partir de **01** de **fevereiro** de **2010.**

III – DESIGNAR INTERINAMENTE, a partir de **01** de **fevereiro** de **2010**, o Servidor Público Municipal, **HERTON HOFFMANN**, nas atribuições do Cargo Público de provimento em comissão de **ENCARREGADO DO DEPARTAMENTO OPERACIONAL – DOPE**, do Plano de cargos do Departamento de Água e Esgotos Sanitários de Juína-MT, sem remuneração pelo desempenho do cargo.

IV – O Servidor Municipal, **HERTON HOFFMANN**, nomeado pela presente Portaria como **DIRETOR GERAL** do Departamento de Água e Esgotos Sanitários de Juína-MT, assumirá e exercerá todas as competências descritas nos incisos, do **Parágrafo Único**, do **Art. 5.º**, da Lei Municipal n.º **644**, de **29** de **abril** de **2002**, que Organiza a Estrutura Administrativa e o Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal **DAES** – Departamento de Água e Esgoto Sanitário – de Juína, segundo o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e dá outras previdências.

V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **10** de **fevereiro** de **2010**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

JOSELINA AUXILIADORA ALMEIDA MORAES SOUSA

Prefeita em Exercício

PORTARIA N.º 1.315, de **10** de fevereiro de **2010**.

SÚMULA: Concede gratificação a Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, em exercício, **JOSELINA AUXILIADORA ALMEIDA MORAES SOUSA**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica o Município, e com base na Lei Complementar Municipal n.º **1.016/2008**,

RESOLVE:

I – CONCEDER ao Servidor Público Municipal, **LUÍS FELIPE AVILA PRADO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria n.º **013/2009**, do Poder Executivo Municipal, gratificação de **70% (setenta pontos percentuais)**, sobre o seu vencimento base, pelo desempenho de mais **20 (vinte)** horas semanais de serviços para o Município de Juína-MT, a partir de **01** de **fevereiro** de **2010**.

II – A gratificação pela presente Portaria concedida não impõe dedicação exclusiva ao Servidor beneficiado, mas sim o exercício de serviços à disposição da Administração Municipal do Poder Executivo, sempre que necessário, sem prejuízo dos impedimentos de cunho legal.

III – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína-MT, em **10** de **fevereiro** de **2010**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

JOSELINA AUXILIADORA ALMEIDA MORAES SOUSA

Prefeita em Exercício

PORTARIA N.º 1.316, de **10** de fevereiro de **2010**.

SÚMULA: Designa interinamente o Assessor Jurídico do Município para cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico do Departamento de Água e Esgotos Sanitários de Juína-MT - **DAES**, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, em exercício, **JOSELINA AUXILIADORA ALMEIDA MORAES SOUSA**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica o Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º **644/2002**,

RESOLVE:

I – DESIGNAR INTERINAMENTE, a partir de **01** de **fevereiro** de **2010**, o Assessor Jurídico do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, **LUÍS FELIPE AVILA PRADO**, nomeado pela Portaria n.º **013/2009**, do Poder Executivo Municipal, nas atribuições do Cargo Público de provimento em comissão de **ASSESSOR JURÍDICO**, do Plano de Cargos do Departamento de Água e Esgotos Sanitários de Juína-MT, sem remuneração para o desempenho do cargo.

II – O Assessor Jurídico do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, **LUÍS FELIPE AVILA PRADO**, designado interinamente pela presente Portaria como **ASSESSOR JURÍDICO** do Departamento de Água e Esgotos Sanitários de Juína-MT, desempenhará todas as atribuições descritas nos incisos, do art. **6.º**, da Lei Municipal n.º **644**, de **29** de **abril** de **2002**.

III – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína-MT, em **10** de **fevereiro** de **2010**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

JOSELINA AUXILIADORA ALMEIDA MORAES SOUSA

Prefeita em Exercício

PORTARIA Nº 1.485/2010

SÚMULA: Concede Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo ao Servidor que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder 30 (trinta) dias de **AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO**, a Sra. **ELIANA DIAS MENDES,** mat. **882**, servidor (a) ocupante do cargo de **Professora Classe C – 30 horas**, durante o período de **01/03/2010 a 30/03/2010**, sem ônus para Prefeitura Municipal de Juína, conforme determina a Lei nº 1.145/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **01** de **Março** de **2010**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 048/2009

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação dos membros que integrarão o Conselho Municipal de Saúde – **CMS**, do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Federal n.º **8.142/90** e a Lei Municipal n.º **869/2006**,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde – **CMS**, do Município de Juina, Estado de Mato Grosso:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

1. Titular: Elizeth Lúcia de Araujo;

2. Suplente: Juciane Alves da silva Post.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

1. Titular: Nataniel Tomasini;

2. Suplente: Desdeute Pereira Nogueira.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Titular: Joselina Auxiliadora Almeida Moraes Souza;

2. Suplente: Simone Leite Brandão.

II - REPRESENTANTE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE CREDENCIADOS PELO SUS DO MUNICÍPIO:

a) Representantes Credenciado Pelo SUS:

1. Titular: Stefânia Berigode Oliveira;

2. Suplente: José Jenuino de Farias.

III - REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO:

a) Representantes de Entidade Representativa de Categoria Profissional da Classe de Enfermagem:

1. Titular: Valdelice Mari Santos de Castro;

2. Suplente: Rosineide Conceição dos Santos Vasconcelos.

b) Representantes de Entidade de Servidores de Saúde de Nível Superior:

1. Titular: Antonio Carlos Ferreira Lima;

2. Suplente: Isânia Geraldina Costa Andrade.

c) Representantes de Entidade Representativa de Servidores de Saúde de Nível Médio e Auxiliar:

1. Titular: Clarice Pereira Nantes Diniz;

2. Suplente: José Laércio de Faria.

d) Representantes da Categoria de Agentes de Saúde:

1. Titular: Marcia Elisangela Prates da Silva Feresin;

2. Suplente: Lilia Silva dos Santos.

IV - REPRESENTANTES DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE USUÁRIOS:

a) Representantes de Entidade Religiosa (Pastoral da Saúde):

1. Titular: Iglacir Farina Tozzo;

2. Suplente: Ada Cremonese.

b) Representantes do Movimento de Mulheres (Casa da Mãe Gestante):

1. Titular: Adair Cavalcante;

2. Suplente: Maria Ana Mendes.

c) Representantes das Associações ou Bairros (Associações do Bairro Módulo 05 e Palmiteira):

1. Titular: Marta Regina Iastrenski;

2. Suplente: Maria Lucia de Oliveira Teodoro.

d) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

1. Titular: Nivaldo Ferreira Fonseca;

2. Suplente: Eugenio Roque Bones.

e) Representantes das Entidades Indígenas:

1. Titular: Jaime Zehmay Rikbatsa;

2. Suplente: Salete Contini.

f) Representantes dos Trabalhadores das Indústrias:

1. Titular: João Alves da Luz;

2. Suplente: Mirian Cesaro de Souza.

g) Representantes dos Portadores de Necessidades Especiais (Sociedade Pestalozzi):

1. Titular: Lucia Pereira Dias;

2. Suplente: Sorélia Souza de Araujo.

h) Representante dos Sindicatos ou Associações dos Empregadores (ASCOM):

1. Titular: Moacyr Mandadori;

2. Suplente: Luiz Fernandes Dias.

Art. 2.º A função de integrante do Conselho Municipal de Saúde – **CMS** é considerada serviço público relevante e não será remunerada, nos termos da Lei Federal n.º **8.142/90** e da Lei Municipal n.º **869/2006**.

Art. 3.º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde – **CMS** será escolhido entre seus membros.

Art. 4.º Os membros do Conselho terão mandatos de **2 (dois)** anos, podendo ser reconduzidos ao cargo, à critério de suas respectivas entidades representativas.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina, Estado de Mato Grosso, em **04** de **maio** de **2009**.

ALTIR ANTONIO PERUZZO

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 051/2009

SÚMULA: Dispõe sobre a regulamentação dos Eventos realizados no Município de Juína, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as Leis Municipais n.ºs **356/93 (Código de Posturas)**, **1.046/08 (Código Tributário do Município)** e **590/2001 (Código Municipal do Meio Ambiente)**,

DECRETA:

Art. 1.º Aplica-se aos Eventos realizados no Município de Juína, Estado de Mato Grosso, o disposto no presente Decreto.

Parágrafo Único. O disposto neste Decreto não se aplica aos Eventos promovidos pela Administração Pública Municipal, a reuniões e Eventos promovidos por clubes em sua sede sem entradas pagas, ou ainda, realizados em residências particulares.

Art. 2.º Para efeitos do presente Decreto considera-se Eventos:

I – os seminários, congressos e congêneres;

II – os shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais e congêneres;

III – as exposições, festivais culturais **(música, teatro, dança, e cinematográfico)** e congêneres; e,

IV - os espetáculos circenses e competições esportivas.

Art. 3.º Nenhum Evento poderá ter início no Município se o responsável não estiver devidamente quites com os cofres municipais, bem como recolher aos cofres municipais o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN** dos serviços prestados ou contratados ou o seus respectivo lançamento por estimativa, conforme o caso.

Art. 4.º Para a realização do Evento deverá o responsável requerer o respectivo Alvará Municipal junto ao Departamento de Tributação da Municipalidade.

§ 1.º O pedido de Alvará Municipal deverá ser protocolado junto ao órgão Competente com **30 (trinta)** dias de antecedência da realização do Evento, instruído com documento emitido pelo Conselho Municipal do Turismo – **COMTUR** atestando a Reserva da data para a realização do Evento, devidamente firmado por **02 (dois)** membros da Diretoria.

§ 2.º No prazo do parágrafo anterior, deverá ser solicitado a guias para recolhimento das respectiva taxas do Alvará Municipal, da vistoria a ser realizada pelo Departamento Competente da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e pela Equipe da Vigilância Sanitária Municipal, que deverão ser pagas no prazo máximo de **05 (cinco)** dias da sua emissão, sob pena de não ser fornecido o competente Alvará.

Art. 5.º A concessão do Alvará Municipal está condicionada a aprovação das Vistorias representadas pelos seguintes Laudos:

I – TÉCNICO, a ser expedido pelo Departamento Competente da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura;

II – SANITÁRIO, a ser expedido pela Equipe da Vigilância Sanitária Municipal; e,

III – SEGURANÇA, a ser expedido pela **Secretaria de Estado** de Justiça e **Segurança Pública de Mato Grosso, com requerimento a ser protocolado junto a Delegacia de** Polícia Judiciária Civil de Juína-MT.

Art. 6.º O Alvará Municipal concedido somente terá eficácia para a realização do Evento que foi solicitado e na data nele especificado.

§ 1.º Caso o Evento não se realizar por qualquer motivo ou circunstância na data constante no Alvará Municipal, deverá ser

solicitado outro em sua substituição, observado o disposto no presente Decreto.

§ 2.º A concessão do Alvará Municipal em razão de sua vinculação a existência de reserva de data obriga o responsável pelo Evento a sua realização, exceto nos casos de força maior e caso fortuito, respondendo este pela não realização perante terceiros, eventualmente, por lucros cessantes e perdas e danos na forma da legislação civil.

Art. 7.º O fornecimento de Alvará Municipal pelo Órgão Competente da Municipalidade está limitado a autorizar somente a realização de **01 (um)** Evento por **DIA/NOITE** no perímetro urbano do Município, ao passo que, no perímetro rural, poderá ser fornecido mais de um Alvará, desde que os Eventos não ocorram em comunidades vizinhas.

Art. 8.º Não será fornecido Alvará Municipal para Pessoa Física, sendo que o Órgão Competente da Municipalidade deverá manter um cadastro das Pessoas Jurídicas responsáveis pelos Eventos a serem realizados no perímetro do Município.

Art. 9.º Para fins de Cadastramento os titulares das Pessoas Jurídicas deverão apresentar, no Departamento de Tributos da Municipalidade, o comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, cópia autenticada do seu instrumento constitutivo e do CPF/MF e documento de identidade dos sócios, proprietários ou diretores, bem como Certidões Negativas de Débitos Municipal, Estadual e Federal e junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social

Parágrafo Único. As Pessoas Jurídicas deverão manter os documentos exigidos acima atualizados junto a Municipalidade, com a apresentação a cada **06 (seis)** meses das certidões negativas e, eventuais, alterações estatutárias e atas de eleições de nova diretoria, sob pena do indeferimento do fornecimento do Alvará Municipal na primeira oportunidade que for solicitado.

Art. 10. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN** incide sobre os serviços prestados ou contratos para a realização dos Eventos, conforme previstos na **LISTA DE SERVIÇOS** constante do Código Tributário do Município.

§ 1.º É vedado a cobrança de imposto sobre os serviços dos templos de qualquer culto, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.

§ 2.º São isentas de impostos e taxas municipais, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município:

I - as micro-empresas individuais, cujo titular seja declarado inválido por instituição competente e desde que vise a subsistência sua e ou de sua família; e,

II - as entidades associativas e cooperativas bem como as operações com seus associados ou entre si.

Art. 11. Os Ingressos somente poderão ser confeccionados mediante Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – **AIDF** emitida pela Municipalidade, de acordo com o disposto no Código Tributário do Município, após a concessão do Alvará Municipal.

Parágrafo Único. Quando da fiscalização dos Agentes Municipais, para se apurar o valor do tributo devido, o responsável pelo Evento deverá apresentar os canhotos dos ingressos vendidos, sendo que a não apresentação dos referidos canhotos, ou parte deles, será considerado pela fiscalização como ingressos vendidos, incidindo sobre os mesmos, o respectivo tributo municipal.

Art. 12. Fica assegurado aos estudantes o pagamento de meia-entrada, quer seja **50% (cinqüenta pontos percentuais)** do valor efetivamente cobrado para o ingresso em casas de diversões, de espetáculos teatrais e circenses, em casas de exibição cinematográfica, apresentações musicais, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer, conforme preceitua a Lei Estadual n.º **7.621**, de **09** de **janeiro** de **2002**, do Estado de Mato Grosso.

Art. 13. O Alvará Municipal deverá ser devidamente fixado na portaria do acesso principal do local onde será realizado o Evento, para fins de fiscalização pelo Fisco Municipal e comprovação da legalidade da realização do Evento.

Art. 14. **Aplica-se a realização dos Eventos o disposto no Código Municipal de Meio Ambiente, no que diz respeito ao controle de poluição sonora.**

Art. 15. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina, Estado de Mato Grosso, em **07** de **maio** de **2009**.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 053/2009

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação dos membros que integrarão o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - **CMTER**, do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - **CMTER**, do Município de Juina, Estado de Mato Grosso:

I - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE TRABALHADORES:

a) Associação Juinense Organizada para Ajuda Mútua:

1. TITULAR: Liliane Fernada Gardim Xavier;

2. SUPLENTE: Weberkrey Ribeiro Botella.

b) Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Estado de Mato Grosso:

1. TITULAR: Neide Gobatti Calça;

2. SUPLENTE: Rosangela Aparecia Ribeiro de Souza.

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juína-MT:

1. TITULAR: Olinda Gonçalves Alves;

2. SUPLENTE: Nivaldo Ferreira Fonseca.

II - REPRESENTANTE DE ENTIDADES DE EMPREGADORES:

a) Associação Comercial e Industrial de Juína-MT:

1. TITULAR: Ivani Dalmasso Pilger;

2. SUPLENTE: Pedro Francisco Soares.

b) Sindicato das Indústrias Madeireiras do Noroeste do Estado de Mato Grosso:

1. TITULAR: Jane Regina Olienik;

2. SUPLENTE: Sidnei Marcos de Oliveira.

c) Sindicato Rural de Juína-MT:

1. TITULAR: Jane Regina Olienik;

2. SUPLENTE: Sidnei Marcos de Oliveira.

III - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Agricultura Mineração e Meio Ambiente:

1. TITULAR: Vicente Peruzzo Lulu;

2. SUPLENTE: Ildamir Teixeira de Faria.

b) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. TITULAR: Vânia Elizabeth Costa Stecanela;

2. SUPLENTE: Joselina Auxiliadora Almeida Moraes Sousa.

Art. 2.º A função de integrante do Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - **CMTER**, do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina, Estado de Mato Grosso, em **15** de **maio** de **2009**.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 070/2009

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar autorizado pela Lei n.º 1.050/2008 de 18/12/2008 e dá outras providências.
O Senhor Altir Antônio Peruzzo, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica aberto no Orçamento Municipal do Exercício de 2009 um Credito Suplementar no Valor de R$ 1.261.000,00 (Hum Milhão Duzentos e Sessenta e Um Mil Reais) autorizado pela Lei 1.050/2008 de 18/12/2008, destinados ao reforço das seguintes dotações Orçamentárias:

000072/2009 5-SUPLEM.	001 03/08/2009 0250-07.001.12.361.0042.2012.339014000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	002 03/08/2009 0573-06.001.08.244.0081.2017.449052000000	REFORCO ORCAMENTARIO	37.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	003 03/08/2009 0283-05.001.10.302.0075.2013.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIO	800.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	004 03/08/2009 0129-08.001.20.606.0018.2034.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	50.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	005 03/08/2009 0295-06.003.08.243.0081.2015.339030000000	REFORCO ORCAMENTRIO	10.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	006 03/08/2009 0285-05.001.10.301.0075.2067.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIO	120.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	007 03/08/2009 0281-05.001.10.301.0075.1061.339030000000	REFORCAO ORCAMENTARIO	10.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	008 03/08/2009 0416-02.001.06.182.0028.2003.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	009 03/08/2009 0253-07.002.13.392.0048.2030.339014000000	REFORCO ORCAMENTARIO	1.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	010 03/08/2009 0112-07.004.12.367.0049.2071.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	011 03/08/2009 0470-02.006.04.124.0008.2082.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	12.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	012 03/08/2009 0425-03.004.04.124.0008.2009.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	12.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	013 03/08/2009 0603-03.004.28.843.0085.3003.469077000000	REFORCO ORCAMENTARIO	60.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	014 03/08/2009 0545-02.002.04.122.0007.2005.449052000000	REFORCO ORCAMENTARIA	32.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	015 03/08/2009 0585-07.001.12.361.0042.2012.449052000000	REFORCO ORCAMENTARIO	50.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	016 03/08/2009 0597-09.001.15.452.0058.1037.449052000000	REFORCO ORCAMENTARIO	25.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	017 03/08/2009 0419-03.001.04.123.0008.1004.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	001 03/08/2009 0003-03.008.09.272.0082.2072.339001000000	REFORCO ORCAMENTARIO	20.000,00
000072/2009 5-SUPLEM.	002 03/08/2009 0018-03.008.09.846.0084.3004.339047000000	REFORCO ORCAMENTARIO	2.000,00

Artigo 2.º - Para dar cobertura aos Créditos abertos no artigo anterior no Valor de R$ 1.261.000,00 (Hum Milhão Duzentos e Sessenta e Um Mil Reais) serão utilizados recursos descritos no artigo 43, § 1.º III da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme descrito abaixo:

000072/2009 6-REDUCAO	001 03/08/2009 0504-06.001.08.241.0081.1081.449051000000	REDUCAO DE DOTACOES	290.000,00
000072/2009 6-REDUCAO	002 03/08/2009 0503-06.001.08.244.0081.1013.449051000000	REDUCAO DE DOTACOES	49.000,00
000072/2009 6-REDUCAO	003 03/08/2009 0507-07.001.12.361.0042.1016.449051000000	REDUCAO DE DOTACOES	400.000,00
000072/2009 6-REDUCAO	004 03/08/2009 0577-07.001.12.361.0042.1016.449052000000	REDUCAO DE DOTACOES	100.000,00
000072/2009 6-REDUCAO	005 03/08/2009 0512-07.001.12.361.0042.2012.449051000000	REDUCAO DE DOTACOES	200.000,00
000072/2009 6-REDUCAO	006 03/08/2009 0352-07.001.12.361.0042.2074.339033000000	REDUCAO DE DOTACOES	200.000,00
000072/2009 6-REDUCAO	001 03/08/2009 0002-03.008.09.272.0082.2072.319011000000	REDUCAO DE DOTACOES	9.000,00
000072/2009 6-REDUCAO	002 03/08/2009 0007-03.008.09.272.0082.2072.339010000000	REDUCAO DE DOTACOES	9.000,00
000072/2009 6-REDUCAO	003 03/08/2009 0006-03.008.09.272.0082.2072.339008000000	REDUCAO DE DOTACOES	4.000,00

Artigo 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, em 31 de Julho de 2009.

Altir Antônio Peruzzo
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 078/2009

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar autorizado pela Lei n.º 1.050/2008 de 18/12/2008 e dá outras providências.
O Senhor Altir Antônio Peruzzo, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica aberto no Orçamento Municipal do Exercício de 2009 um Credito Suplementar no Valor de R$ 2.707.500,00 (Dois Milhões Setecentos e Sete Mil e Quinhentos Reais) autorizado pela Lei 1.050/2008 de 18/12/2008, destinados ao reforço das seguintes dotações Orçamentárias:

000076/2009 5-SUPLEM.	001 01/09/2009 0447-06.001.08.244.0081.2017.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	50.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	002 01/09/2009 0411-11.001.27.813.0046.2031.339036000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	003 01/09/2009 0413-09.001.15.452.0058.2038.339036000000	REFORCO ORCAMENTARIO	20.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	004 01/09/2009 0354-09.002.26.782.0088.2039.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIO	650.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	005 01/09/2009 0296-07.004.12.361.0042.2024.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIO	200.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	006 01/09/2009 0440-05.001.10.302.0075.2013.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	200.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	007 01/09/2009 0308-07.002.13.392.0048.2030.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	008 01/09/2009 0374-03.002.04.122.0007.2007.339036000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	009 01/09/2009 0329-03.002.04.122.0007.2007.339033000000	REFORCO ORCAMENTARIO	2.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	010 01/09/2009 0348-07.001.12.361.0042.2012.339033000000	REFORCO ORCAMENTARIO	1.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	011 01/09/2009 0269-03.005.04.122.0007.2045.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	012 01/09/2009 0270-03.006.04.122.0007.2060.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	013 01/09/2009 0279-05.001.10.305.0075.1014.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIO	15.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	014 01/09/2009 0302-07.005.12.367.0049.2029.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIA	5.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	015 01/09/2009 0253-07.002.13.392.0048.2030.339014000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	016 01/09/2009 0054-04.001.04.122.0007.2048.319011000000	REFORCO ORCAMENTARIO	30.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	017 01/09/2009 0062-05.001.10.302.0075.2013.319011000000	REFORCO ORCAMENTARIO	500.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	018 01/09/2009 0059-05.001.10.301.0075.1028.319011000000	REFORCO ORCAMENTARIO	300.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	019 01/09/2009 0462-09.003.15.451.0091.2037.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	20.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	020 01/09/2009 0461-09.002.26.782.0088.2039.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	150.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	021 01/09/2009 0307-07.001.12.361.0042.2079.339030000000	REFORCO ORCAMENTARIO	15.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	022 01/09/2009 0495-03.002.04.122.0007.1003.449051000000	REFORCO ORCAMENTARIO	20.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	023 01/09/2009 0417-02.002.04.122.0007.2005.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	50.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	024 01/09/2009 0125-08.001.20.606.0018.2034.339014000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	025 01/09/2009 0451-07.004.12.361.0042.2024.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	180.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	026 01/09/2009 0591-07.002.13.392.0048.2030.449052000000	REFORCO ORCAMENTARIO	28.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	027 01/09/2009 0090-03.002.04.122.0007.2007.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	6.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	028 01/09/2009 0096-04.001.04.122.0007.2048.319013000000	REFORCO ORCAMENTAIO	9.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	029 01/09/2009 0110-07.004.12.365.0041.2070.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	40.000,00

000076/2009 5-SUPLEM.	030 01/09/2009 0101-05.001.10.301.0075.1028.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	60.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	031 01/09/2009 0119-09.002.26.782.0088.2039.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	15.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	032 01/09/2009 0142-03.005.04.122.0007.2045.319113000000 REFORCO ORCAMENTARIO	500,00
000076/2009 5-SUPLEM.	033 01/09/2009 0460-07.002.13.392.0048.2030.339039000000 REFORCO ORCAMENTARIO	10.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	034 01/09/2009 0176-08.001.20.845.0018.3006.337141000000 REFORCO ORCAMENTARIO	42.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	035 01/09/2009 0293-06.001.08.244.0081.2073.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	2.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	036 01/09/2009 0104-05.001.10.302.0075.2013.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	50.000,00
000076/2009 5-SUPLEM.	037 01/09/2009 0271-03.007.04.126.0029.2061.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	2.000,00
000076/2009 6-REDUCAO	001 01/09/2009 0519-11.001.27.813.0046.1025.449051000000 REDUCAO DE DOTACOES	300.000,00

Artigo 2.º - Para dar cobertura aos Créditos abertos no artigo anterior no Valor de R$ 2.707.500,00 (Dois Milhões Setecentos e Sete Mil e Quinhentos Reais) serão utilizados recursos descritos no artigo 43, § 1.º III da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme descrito abaixo:

000076/2009 6-REDUCAO	001 01/09/2009 0519-11.001.27.813.0046.1025.449051000000 REDUCAO DE DOTACOES	300.000,00
000076/2009 6-REDUCAO	002 01/09/2009 0520-11.001.27.812.0046.1044.449051000000 ANULACAO DE DOTACOES	290.000,00
000076/2009 6-REDUCAO	003 01/09/2009 0521-11.001.27.812.0046.1052.449051000000 ANULACAO DE DOTACOES	90.000,00
000076/2009 6-REDUCAO	004 01/09/2009 0622-09.002.26.782.0088.1133.449052000000 ANULACOES DE DOTACOES	450.000,00
000076/2009 6-REDUCAO	005 01/09/2009 0491-09.001.15.451.0058.1110.449030000000 ANULACAO DE DOTACOES	90.000,00
000076/2009 6-REDUCAO	006 01/09/2009 0492-09.001.15.451.0058.1110.449039000000 ANULACAO DE DOTACOES	90.000,00
000076/2009 6-REDUCAO	007 01/09/2009 0536-09.001.16.482.0057.1040.449051000000 ANULACAO DE DOTACOES	500.000,00
000076/2009 6-REDUCAO	008 01/09/2009 0526-09.001.17.512.0076.1047.449051000000 ANULACAO DE DOTACOES	500.000,00
000076/2009 6-REDUCAO	009 01/09/2009 0539-09.001.17.512.0076.1104.449051000000 ANULACAO DE DOTACOES	345.500,00
000076/2009 6-REDUCAO	010 01/09/2009 0360-03.002.04.122.0007.2007.339035000000 REDUCAO DE DOTACOES	52.000,00

Artigo 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, em 08 de Setembro de 2009.

Altir Antônio Peruzzo
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 093/2009

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional autorizado pela Lei n.º 1.050/2008 de 18/12/2008 e dá outras providências.

O Senhor Altir Antônio Peruzzo, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Municipal do Exercício de 2009 no Valor de R$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), destinados ao reforço das seguintes dotações Orçamentárias:

01	-	Câmara Municipal
01.001	-	Câmara Municipal
01	-	Legislativa
031	-	Ação Legislativa
2002		Coordenação das Atividades Legislativa

Códigos	Especificações	Valor
3190-13	Obrigações Patronais	35.000,00
	Total da Suplementação	**35.000,00**

Artigo 2.º - Para dar cobertura aos Créditos abertos no artigo anterior serão anulados total ou parcialmente e em igual importância as dotações abaixo discriminadas, de acordo com o Artigo 43, § 1.º III da Lei Federal n.º 4.320/64:

01	-	Câmara Municipal
01.001	-	Câmara Municipal
01	-	Legislativa
031	-	Ação Legislativa
2002		Coordenação das Atividades Legislativa

Códigos	Especificações	Valor
3390-93	Indenizações e Restituições	35.000,00
	Total da Redução	**35.000,00**

Artigo 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, em 27 de Outubro de 2009.

Altir Antônio Peruzzo
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 100/2009

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar autorizado pela Lei n.º 1.050/2008 de 18/12/2008 e dá outras providências.

O Senhor Altir Antônio Peruzzo, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica aberto no Orçamento Municipal do Exercício de 2009 um Credito Suplementar no Valor de R$ 1.006.200,00 (Hum Milhão e Seis Mil e Duzentos Reais) autorizado pela Lei 1.050/2008 de 18/12/2008, destinados ao reforço das seguintes dotações Orçamentárias:

000090/2009 5-SUPLEM.	001 01/10/2009 0305-07.001.12.306.0042.2042.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	20.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	002 01/10/2009 0071-07.004.12.365.0041.2070.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	400.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	003 01/10/2009 0058-05.001.10.305.0075.1014.319011000000 REFORCO ORCAMENTRIO	80.000,00

000090/2009 5-SUPLEM.	004 01/10/2009 0082-11.001.27.813.0046.2031.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	60.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	005 01/10/2009 0411-11.001.27.813.0046.2031.339036000000 REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	006 01/10/2009 0296-07.004.12.361.0042.2024.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	20.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	007 01/10/2009 0283-05.001.10.302.0075.2013.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	50.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	008 01/10/2009 0310-11.001.27.813.0046.2031.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	20.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	009 01/10/2009 0295-06.003.08.243.0081.2015.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	10.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	010 01/10/2009 0354-09.002.26.782.0088.2039.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	20.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	011 01/10/2009 0088-02.002.04.122.0007.2005.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	8.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	012 01/10/2009 0107-06.001.08.244.0081.2017.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	10.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	013 01/10/2009 0113-07.001.12.365.0041.2022.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	3.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	014 01/10/2009 0374-03.002.04.122.0007.2007.339036000000 REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	015 01/10/2009 0463-11.001.27.813.0046.2031.339039000000 REFORCO ORCAMENTARIO	60.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	016 01/10/2009 0469-09.001.15.452.0058.2038.339039000000 REFORCO ORCAMENTARIO	136.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	017 01/10/2009 0136-02.002.04.122.0007.2005.319113000000 REFORCO ORCAMENTARIO	1.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	018 01/10/2009 0147-04.003.04.122.0007.2047.319113000000 REFORCO ORCAMETNARIO	200,00
000090/2009 5-SUPLEM.	019 01/10/2009 0148-05.001.10.305.0075.1014.319113000000 REFORCO ORCAMENTARIO	1.200,00
000090/2009 5-SUPLEM.	020 01/10/2009 0164-07.002.13.392.0048.2030.319113000000 REFORCO ORCAMETNARIO	800,00
000090/2009 5-SUPLEM.	021 01/10/2009 0159-07.004.12.365.0041.2070.319113000000 REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	022 01/10/2009 0413-09.001.15.452.0058.2038.339036000000 REFORCO ORCAMENARIO	1.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	023 01/10/2009 0440-05.001.10.302.0075.2013.339039000000 REFORCO ORCAMENTARIO	50.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	001 01/10/2009 0004-03.008.09.272.0082.2072.339003000000 REFORCO ORCAMENTARIO	10.000,00
000090/2009 5-SUPLEM.	002 01/10/2009 0005-03.008.09.272.0082.2072.339005000000 REFORCO ORCAMENTARIO	30.000,00

Artigo 2.º - Para dar cobertura aos Créditos abertos no artigo anterior no Valor de R$ 1.006.200,00 (Hum Milhão e Seis Mil e Duzentos Reais) serão utilizados recursos descritos no artigo 43, § 1.º III da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme descrito abaixo:

000090/2009 6-REDUCAO	001 01/10/2009 0352-07.001.12.361.0042.2074.339033000000 REDUCAO DE DOTACOES	450.000,00
000090/2009 6-REDUCAO	002 01/10/2009 0507-07.001.12.361.0042.1016.449051000000 REDUCAO DE DOTACOES	90.000,00
000090/2009 6-REDUCAO	003 01/10/2009 0459-07.001.12.361.0042.2074.339039000000 REDUCAO DE DOTACOES	250.000,00
000090/2009 6-REDUCAO	004 01/10/2009 0579-07.001.12.361.0042.1020.449052000000 REDUCAO DE DOTACOES	90.000,00
000090/2009 6-REDUCAO	005 01/10/2009 0509-07.001.12.361.0042.1022.449051000000 REDUCAO DE DOTACOES	86.200,00
000090/2009 6-REDUCAO	001 01/10/2009 0010-03.008.09.272.0082.2072.339033000000 REDUCAO	4.999,00
000090/2009 6-REDUCAO	002 01/10/2009 0009-03.008.09.272.0082.2072.339030000000 REDUCAO	9.000,00
000090/2009 6-REDUCAO	003 01/10/2009 0001-03.008.09.272.0082.2072.319009000000 REDUCAO	999,00
000090/2009 6-REDUCAO	004 01/10/2009 0002-03.008.09.272.0082.2072.319011000000 REDUCAO	999,00
000090/2009 6-REDUCAO	005 01/10/2009 0006-03.008.09.272.0082.2072.339008000000 REDUCAO	999,00
000090/2009 6-REDUCAO	006 01/10/2009 0007-03.008.09.272.0082.2072.339010000000 REDUCAO	999,00
000090/2009 6-REDUCAO	007 01/10/2009 0008-03.008.09.272.0082.2072.339014000000 REDUCAO	1.999,00
000090/2009 6-REDUCAO	008 01/10/2009 0012-03.008.09.272.0082.2072.339036000000 REDUCAO	999,00
000090/2009 6-REDUCAO	009 01/10/2009 0014-03.008.09.272.0082.2072.339092000000 REDUCAO	999,00
000090/2009 6-REDUCAO	010 01/10/2009 0015-03.008.09.272.0082.2072.449051000000 REDUCAO	999,00
000090/2009 6-REDUCAO	011 01/10/2009 0016-03.008.09.272.0082.2072.449052000000 REDUCAO	999,00
000090/2009 6-REDUCAO	012 01/10/2009 0017-03.008.09.272.0082.2072.779999990000 REDUCAO	16.010,00

Artigo 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, em 06 de Novembro de 2009.

Altir Antônio Peruzzo
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 109/2009

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar autorizado pela Lei n.º 1.129/2009 de 30/11/2009 e dá outras providências.

O Senhor Altir Antônio Peruzzo, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica aberto no Orçamento Municipal do Exercício de 2009 um Credito Suplementar no Valor de R$ 2.435.083,79 (Dois Milhões Quatrocentos e Trinta e Cinco Mil Oitenta e Três Reais e Setenta e Nove Centavos) autorizado pela Lei 1.129/2009 de 30/11/2009, destinados ao reforço das seguintes dotações Orçamentárias:

000104/2009 5-SUPLEM.	001 01/12/2009 0054-04.001.04.122.0007.2048.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO,	22.400,00
000104/2009 5-SUPLEM.	002 01/12/2009 0062-05.001.10.302.0075.2013.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	566.100,00
000104/2009 5-SUPLEM.	003 01/12/2009 0063-05.001.10.301.0075.2019.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	56.700,00
000104/2009 5-SUPLEM.	004 01/12/2009 0059-05.001.10.301.0075.1028.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	254.500,00
000104/2009 5-SUPLEM.	005 01/12/2009 0058-05.001.10.305.0075.1014.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	37.800,00
000104/2009 5-SUPLEM.	006 01/12/2009 0066-06.001.08.244.0081.2017.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	110.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	007 01/12/2009 0079-07.002.13.392.0048.2030.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	19.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	008 01/12/2009 0071-07.004.12.365.0041.2070.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	355.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	009 01/12/2009 0107-06.001.08.244.0081.2017.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	12.500,00
000104/2009 5-SUPLEM.	010 01/12/2009 0088-02.002.04.122.0007.2005.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	15.200,00
000104/2009 5-SUPLEM.	011 01/12/2009 0090-03.002.04.122.0007.2007.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	2.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	012 01/12/2009 0092-03.004.04.124.0008.2009.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	2.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	013 01/12/2009 0093-03.005.04.122.0007.2045.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	2.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	014 01/12/2009 0104-05.001.10.302.0075.2013.319013000000 RFORCO ORCAMENTARIO	61.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	015 01/12/2009 0101-05.001.10.301.0075.1028.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	63.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	016 01/12/2009 0112-07.004.12.367.0049.2071.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	2.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	017 01/12/2009 0117-08.001.20.606.0018.2034.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	4.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	018 01/12/2009 0119-09.002.26.782.0088.2039.319013000000 REFORCO ORCAMENTARIO	5.800,00
000104/2009 5-SUPLEM.	019 01/12/2009 0396-06.001.08.244.0081.2017.339036000000 REFORCO ORCAMENTARIO	2.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	020 01/12/2009 0451-07.004.12.361.0042.2024.339039000000 REFORCO ORCAMENTARIO	100.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	021 01/12/2009 0463-11.001.27.813.0046.2031.339039000000 REFORCO ORCAMENTARIO	20.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	022 01/12/2009 0227-02.002.04.122.0007.2005.339014000000 REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	023 01/12/2009 0440-05.001.10.302.0075.2013.339039000000 REFORCO ORCAMENTARIO	150.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	024 01/12/2009 0296-07.004.12.361.0042.2024.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	110.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	025 01/12/2009 0315-09.001.15.452.0058.2038.339030000000 REFORCO DE DOTACOES	10.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	026 01/12/2009 0310-11.001.27.813.0046.2031.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	027 01/12/2009 0390-05.001.10.302.0075.2013.339036000000 REFORCO ORCAMENTARIO	14.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	028 01/12/2009 0419-03.001.04.123.0008.1004.339039000000 REFORCO ORCAMENTARIO	5.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	029 01/12/2009 0295-06.003.08.243.0081.2015.339030000000 REFORCO ORCAMENTARIO	10.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	030 01/12/2009 0044-02.002.04.122.0007.2005.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	3.200,00
000104/2009 5-SUPLEM.	031 01/12/2009 0047-03.002.04.122.0007.2007.319011000000 REFORCO ORCAMENTARIO	4.000,00

000104/2009 5-SUPLEM.	032 01/12/2009 0050-03.005.04.122.0007.2045.319011000000	REFORCO ORCAMENTARIO	8.500,00
000104/2009 5-SUPLEM.	033 01/12/2009 0072-07.001.12.361.0042.2012.319011000000	REFORCO ORCAMENTARIO	52.591,24
000104/2009 5-SUPLEM.	034 01/12/2009 0080-09.002.26.782.0088.2039.319011000000	REFORCO ORCAMENTARIO	26.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	035 01/12/2009 0082-11.001.27.813.0046.2031.319011000000	REFORCO ORCAMENTRIO	28.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	036 01/12/2009 0070-07.004.12.361.0042.2053.319011000000	REFORCO ORCAMENTARIO	160.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	037 01/12/2009 0073-07.004.12.367.0049.2071.319011000000	REORCO ORCAMENTARIO	15.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	038 01/12/2009 0096-04.001.04.122.0007.2048.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	1.050,00
000104/2009 5-SUPLEM.	039 01/12/2009 0105-05.001.10.301.0075.2019.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	7.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	040 01/12/2009 0102-05.001.10.301.0075.1061.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	3.803,56
000104/2009 5-SUPLEM.	041 01/12/2009 0100-05.001.10.305.0075.1014.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	900,00
000104/2009 5-SUPLEM.	042 01/12/2009 0113-07.001.12.365.0041.2022.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	800,00
000104/2009 5-SUPLEM.	043 01/12/2009 0109-07.004.12.361.0042.2053.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	6.600,00
000104/2009 5-SUPLEM.	044 01/12/2009 0110-07.004.12.365.0041.2070.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	14.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	045 01/12/2009 0121-11.001.27.813.0046.2031.319013000000	REFORCO ORCAMENTARIO	3.800,00
000104/2009 5-SUPLEM.	046 01/12/2009 0403-07.001.12.361.0042.2012.339036000000	REFORCO DE DOTACOES	3.550,00
000104/2009 5-SUPLEM.	047 01/12/2009 0573-06.001.08.244.0081.2017.449052000000	REFORCO ORCAMENTARIO	8.700,00
000104/2009 5-SUPLEM.	048 01/12/2009 0160-07.001.12.361.0042.2012.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	3.200,00
000104/2009 5-SUPLEM.	049 01/12/2009 0159-07.004.12.365.0041.2070.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	12.500,00
000104/2009 5-SUPLEM.	050 01/12/2009 0139-03.002.04.122.0007.2007.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	210,00
000104/2009 5-SUPLEM.	051 01/12/2009 0142-03.005.04.122.0007.2045.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	90,00
000104/2009 5-SUPLEM.	052 01/12/2009 0146-04.002.04.122.0007.2050.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	147,00
000104/2009 5-SUPLEM.	053 01/12/2009 0147-04.003.04.122.0007.2047.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	30,00
000104/2009 5-SUPLEM.	054 01/12/2009 0148-05.001.10.305.0075.1014.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	365,00
000104/2009 5-SUPLEM.	055 01/12/2009 0155-06.001.08.244.0081.2017.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	2.980,00
000104/2009 5-SUPLEM.	056 01/12/2009 0164-07.002.13.392.0048.2030.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	310,00
000104/2009 5-SUPLEM.	057 01/12/2009 0168-11.001.27.813.0046.2031.319113000000	REFORCO ORCAMENTARIO	880,00
000104/2009 5-SUPLEM.	058 01/12/2009 0572-06.001.08.241.0081.2016.449052000000	REFORCO ORCAMENTARIO	3.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	059 01/12/2009 0466-11.002.23.695.0065.2036.339039000000	REFORCO ORCAMENTARIO	29.000,00
000104/2009 5-SUPLEM.	060 01/12/2009 0472-03.002.28.846.0084.3001.339047000000	REFORCO ORCAMENTARIO	1.520,00
000104/2009 5-SUPLEM.	001 01/12/2009 0004-03.008.09.272.0082.2072.339003000000	REFORCO ORCAMENTARIO	866,48
000104/2009 5-SUPLEM.	002 01/12/2009 0003-03.008.09.272.0082.2072.339001000000	REFORCO ORCAMENTARIO	4.011,20
000104/2009 5-SUPLEM.	003 01/12/2009 0005-03.008.09.272.0082.2072.339005000000	REFORCO ORCAMENTARIO	5.744,91
000104/2009 5-SUPLEM.	004 01/12/2009 0018-03.008.09.846.0084.3004.339047000000	REFORCO ORCAMENTARIO	734,40

Artigo 2.º - Para dar cobertura aos Créditos abertos no artigo anterior no Valor de R$ 2.435.083,79 (Dois Milhões Quatrocentos e Trinta e Cinco Mil Oitenta e Três Reais e Setenta e Nove Centavos) serão utilizados recursos descritos no artigo 43, § 1.º III da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme descrito abaixo:

000104/2009 6-REDUCAO	001 01/12/2009 0609-05.001.10.301.0075.1121.449092000000	REDUCAO DE DOTACOES	500.000,00
000104/2009 6-REDUCAO	002 01/12/2009 0442-05.001.10.423.0075.2057.339039000000	REDUCAO DE DOTACOES	600.000,00
000104/2009 6-REDUCAO	003 01/12/2009 0456-07.001.12.364.0044.2027.339039000000	REDUCAO DE DOTACOES	370.000,00
000104/2009 6-REDUCAO	004 01/12/2009 0306-07.001.12.361.0042.2074.339030000000	REDUCAO DE DOTACOES	380.000,00
000104/2009 6-REDUCAO	005 01/12/2009 0527-09.001.17.512.0076.1071.449051000000	REDUCAO DE DOTACOES	530.000,00
000104/2009 6-REDUCAO	006 01/12/2009 0354-09.002.26.782.0088.2039.339030000000	REDUCAO DE DOTACOES	43.726,80
000104/2009 6-REDUCAO	002 01/12/2009 0002-03.008.09.272.0082.2072.319011000000	REDUCAO DE DOTACOES	1,00
000104/2009 6-REDUCAO	003 01/12/2009 0006-03.008.09.272.0082.2072.339008000000	REDUCAO DE DOTACOES	1,00
000104/2009 6-REDUCAO	004 01/12/2009 0007-03.008.09.272.0082.2072.339010000000	REDUCAO DE DOTACOES	1,00
000104/2009 6-REDUCAO	005 01/12/2009 0008-03.008.09.272.0082.2072.339014000000	REDUCAO DE DOTACOES	1,00
000104/2009 6-REDUCAO	006 01/12/2009 0010-03.008.09.272.0082.2072.339033000000	REDUCAO DE DOTACOES	1,00
000104/2009 6-REDUCAO	007 01/12/2009 0012-03.008.09.272.0082.2072.339036000000	REDUCAO DE DOTACOES	1,00
000104/2009 6-REDUCAO	008 01/12/2009 0014-03.008.09.272.0082.2072.339092000000	REDUCAO DE DOTACOES	1,00
000104/2009 6-REDUCAO	009 01/12/2009 0015-03.008.09.272.0082.2072.449051000000	REDUCAO DE DOTACOES	1,00
000104/2009 6-REDUCAO	010 01/12/2009 0016-03.008.09.272.0082.2072.449052000000	REDUCAO DE DOTACOES	1,00
000104/2009 6-REDUCAO	011 01/12/2009 0011-03.008.09.272.0082.2072.339035000000	REDUCAO DE DOTACOES	0,32
000104/2009 6-REDUCAO	012 01/12/2009 0009-03.008.09.272.0082.2072.339030000000	REDUCAO DE DOTACOES	855,00
000104/2009 6-REDUCAO	013 01/12/2009 0013-03.008.09.272.0082.2072.339039000000	REDUCAO DE DOTACOES	3.066,50
000104/2009 6-REDUCAO	014 01/12/2009 0017-03.008.09.272.0082.2072.779999990000	REDUCAO DE DOTACOES	7.425,17

Artigo 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, em 04 de Dezembro de 2009.

Altir Antônio Peruzzo
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Juruena

EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA
Extrato do Contrato Nº. 157/2010

Partes: **MUNICÍPIO DE JURUENA** e empresa **PEDREIRA JUINA LTDA**

Objeto: O presente contrato tem por objeto fornecer os produtos na planilha a seguir para aquisição de **MATERIAIS E INSUMOS** para uso em obra de Infra-Estrutura Turística no Parque das Araras sendo **Pavimentação Asfáltica e Drenagem Superficial** em Vias de Acesso, tais como, Av. 04 de Julho (lado esquerdo), no Municipio de Juruena – MT, no período da assinatura deste contrato até à 31 de dezembro de 2010.

Lote	Material/Insumo	Quant.	Unid.	Valor Unid.	Valor Total
	Brita nº. 1	308,49	M3	90,50	27.918,35
03	Brita nº. 0	109,39	M3	90,50	9.899,80
Total do Lote					**37.818,15**

Valor: R$ 37.818,15 (trinta e sete mil oitocentos e dezoito reais e quinze centavos).

Dotação Orçamentária: 229 – 08.01.1.035.4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações.

Duração: Até o dia 31 de dezembro de 2010.

Data da Assinatura: 01 de Junho de 2010.

Foro: Comarca de Cotriguaçu/MT.

Juruena – MT, em 01 de Junho de 2010.

BERNARDINHO CROZETTA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Matupá

MUNICÍPIO DE MATUPA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR/2010

LRF Cidadão 9.10 - 04/06/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.224.428,21
Pessoal Ativo	9.262.880,74
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	961.547,47
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	18.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	18.000,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	10.206.428,21
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	20.620.850,78
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	49,50
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.135.259,42
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	10.578.496,45

[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR/2010

LRF Cidadão 9.10 - 04/06/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	601.149,87
Pessoal Ativo	601.149,87
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	601.149,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	20.620.850,78
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	2,92
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.237.251,05
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	1.175.388,49

[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

FONTE:

Nota:

MUNICÍPIO DE MATUPA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a ABRIL/2010

LRF Cidadão 9.10 - 04/06/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	412.771,77	338.954,02	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	412.771,77	338.954,02	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	5.783.719,87	7.724.550,03	-	-
Ativo Disponível	5.783.719,87	7.736.443,36	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	11.893,33	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.832.172,58	20.620.850,78	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,08	1,64	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00

FONTE:

Nota:

MUNICÍPIO DE MATUPA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/06/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.832.172,58	20.620.850,78	13.999.222,06	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/06/10

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.999.222,06
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00

FONTE:

Nota:

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGAO PRESENCIAL Nº. 022/2010

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Equipe de Pregoeiro, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia **28 DE JUNHO DE 2010 as 08:00 horas** na sede da Prefeitura Municipal, o **PREGAO PRESENCIAL**, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DECORAÇÃO BAILE ESCOLHA MISS MATUPÁ/2010**, maiores informações através do Edital nº.052/2010 completo, junto a sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/1114 das 07:00 às 11:30 hs.

Matupá – MT, 16 de Junho de 2010.

CARLOS ABRAAO GAIA
Pregoeiro Oficial

AVISO DE RESULTADO
TOMADA DE PREÇO Nº. 007/2010

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos que se realizou no dia **02 DE JUNHO DE 2010** ás 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO, para Contratação de Empresas para Execução de Obra de Infra-Estrutura de Sanitário, Cerca e Projeto Elétrico no parque de Exposições do Município de MATUPÁ – MT, maiores Informações através do Edital nº.043, junto a sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/1114 das 07:00 às 11:30 hs.Onde se consagrou vencedores da Presente Licitação **PROSPER ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** Lote 01 R$ 45.323,62 Lote 02 R$ 48.561,96 e **LIDER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA** Lote 03 R$ 53.642,17

Matupá – MT, 16 de Junho de 2010.

ALESSANDRA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Nortelândia

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE TRABALHADORES

Convocamos os trabalhadores que mantiveram vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, nos períodos de: 01/1967 à 12/1968, 01/1969 á 10/1969, 01/1970 à 12/1971, 01/1972, 11/1973 a 12/1973, 01/1974 a 02/1974, para comparecerem no prazo de 15 (quinze dias), no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, sito à Avenida: Prefeito João Macaúba, 82, Centro, Nortelândia-MT, munidos das respectivas carteiras de trabalho e documentos pessoais, para que seja promovida a individualização dos valores do FGTS nas contas vinculadas.

Nortlândia-MT, Em 09 de Junho de 2010

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

LEI N.º 166/2010.

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito Suplementar na Lei Orçamentária vigente; e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia – Estado de Mato Grosso, Sr. **Neurilan Fraga**, faz saber que a Câmara Municipal **aprova** e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar, na Lei Orçamentária vigente nas seguintes dotações:

Órgão 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO.
Unidade Orçamentária 06 – **Departamento de Transporte.**
Função 26 – **Transporte**
Sub-função 782 – Transporte Rodoviário.
Programa 0028 – Melhoria no Transporte Rodoviário
Projeto 1.020 – Abertura, Melhoramento de Estradas, construção de Pontes e Bueiros.

40.00.00 – Despesas de Capital
44.90.00 – Investimentos
44.90.51 – Obras e Instalações R$: 370.098,00

Órgão 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO.
Unidade Orçamentária 08 – **Departamento de Engenharia e Urbanização.**
Função 15 – **Urbanismo**
Sub-função 451 – Infra-Estrutura Urbana.
Programa 0026 – Infra-Estrutura Municipal
Projeto 1.013 – Pavimentação Asfáltica, Construção de Calçamentos, Meios-Fios e Restauração das Vias Urbanas.

40.00.00 – Despesas de Capital
44.90.00 – Investimentos
44.90.51 – Obras e Instalações R$: 619.707,51

Projeto 1.014 – Construção, Reforma e Remodelação de Jardins, Praças Públicas e Avenidas.

40.00.00 – Despesas de Capital
44.90.00 – Investimentos
44.90.51 – Obras e Instalações R$: 760.215,87

Órgão 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO.
Unidade Orçamentária 08 – **Departamento de Engenharia e Urbanização.**
Função 18 – **Gestão Ambiental**
Sub-função 695 – Turismo.
Programa 0031 – Desenvolvimento do Turismo
Projeto 2.176 – Urbanização e Arborização da Praia Norteflay.

40.00.00 – Despesas de Capital
44.90.00 – Investimentos
44.90.51 – Obras e Instalações R$: 305.622,45

Órgão 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO.
Unidade Orçamentária 08 – **Departamento de Engenharia e Urbanização.**
Função 27 – **Desporto e Lazer**
Sub-função 812 – Desporto Comunitário.
Programa 0018 – Incentivo ao Esporte Amador
Projeto 1.071 – Construção, Reforma e Ampliação de Ginásio Poliesportivo, Campos, Quadras e Pistas.

40.00.00 – Despesas de Capital
44.90.00 – Investimentos
44.90.51 – Obras e Instalações R$: 299.970,26

Órgão 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
Unidade Orçamentária 01 – **Fundo Municipal de Saúde.**
Função 10 – **Saúde**
Sub-função 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.
Programa 0024 – Expansão e Melhoria da Rede Pública de Saúde.

Projeto 1.036 – Construção, Reforma e Melhoria das Unidades de Saúde.

40.00.00 – Despesas de Capital
44.90.00 – Investimentos
44.90.51 – Obras e Instalações R$: 149.980,67

Órgão 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.
Unidade Orçamentária 04 – **Departamento de Comércio, Indústria e Turismo.**
Função 20 – **Agricultura**
Sub-função 606 – Extensão Rural.
Programa 0030 – Promoção e Extensão Rural.
Projeto 1.075 – Construção e Aparelhagens de Agroindústrias.

40.00.00 – Despesas de Capital
44.90.00 – Investimentos
44.90.51 – Obras e Instalações R$: 693.412,98
44.90.52 – Equipamento e Material Permanente R$: 154.500,00

Órgão 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.
Unidade Orçamentária 04 – **Departamento de Comércio, Indústria e Turismo.**
Função 23 – **Comércio e Serviços.**
Sub-função 695 – Turismo.
Programa 0031 – Desenvolvimento do Turismo.
Projeto 1.076 – Manutenção e Encargos com a Realização de Eventos Turísticos

30.00.00 – Despesas Correntes
33.90.00 – Despesas de Custeio
33.90.39 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica R$: 150.000,00

Art. 2° - Para cobertura do presente Crédito Suplementar objetos do artigo anterior, fica assegurado o valor do convênio celebrado entre esta Prefeitura e os Diversos Órgãos do Governo Federal e Estadual.

Art. 3° - Esta Lei entra em Vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE JUNHO DE 2010.

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

LEI N.º 167/2010.

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito Especial no PPA, LDO e na Lei Orçamentária vigente; e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia – Estado de Mato Grosso, Sr. **Neurilan Fraga**, faz saber que a Câmara Municipal **aprova** e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo abrir um Crédito Especial, no PPA, LDO e na Lei Orçamentária vigente nas seguintes dotações:

Órgão 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.
Unidade Orçamentária 01 – **Secretaria Municipal de Educação.**
Função 12 – **Educação**
Sub-função 361 – Ensino Fundamental.
Programa 0014 – Expansão e Melhoramento do Ensino Fundamental
Projeto 1.080 – Construção, Reforma e Ampliação da Escola Estadual Olegário Moreira de Barros.

40.00.00 – Despesas de Capital
44.90.00 – Investimentos
44.90.51 – Obras e Instalações R$: 150.000,00

Órgão 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.
Unidade Orçamentária 03 – **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente.**
Função 20 – **Agricultura**
Sub-função 606 – Extensão Rural.
Programa 0030 – Promoção e Extensão Rural.
Projeto 1.081 – Construção, Reforma e Ampliação da Sede do EMPAER.

40.00.00 – Despesas de Capital
44.90.00 – Investimentos
44.90.51 – Obras e Instalações R$: 80.000,00

Art. 2° - Para cobertura do presente Crédito Suplementar objetos do artigo anterior, fica assegurado o valor do convênio celebrado entre esta Prefeitura e os Diversos Órgãos do Governo Federal e Estadual.

Art. 3° - Esta Lei entra em Vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE JUNHO DE 2010.

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helana

Lei 398/2.010
Originou-se do Projeto de Lei N.º 383/2010

SÚMULA: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL URBANO NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, **Sr. DORIVAL LORCA** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar a locação de uma sala com 86 m² do imóvel, situado na Avenida Brasil S/Nº, no Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, objetivando o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer - SMECDL.

Artigo 2º - Os recursos orçamentários para atender a presente Lei serão aqueles constantes no orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena - MT, em 08 de junho de 2010.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

Cumpra-se

Publicado afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 08/06/2. 010 à 08/07/2. 010.

Lei 399/2.010
Originou-se do Projeto de Lei N.º 384/2009

SÚMULA: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL URBANO NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, **Sr. DORIVAL LORCA** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar a locação de uma sala com 65 m² do imóvel, situado na Avenida Brasil Nº 45, no Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, objetivando o funcionamento do Telecentro Comunitário.

Parágrafo Único – Poderá o Poder Executivo Municipal contratar utilizando recursos financeiros, necessários a contratação do imóvel urbano de que trata o "caput" deste artigo.

Artigo 2º - Os recursos orçamentários para atender a presente Lei serão aqueles constantes no orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena - MT, em 08 de junho de 2010.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

Cumpra-se

Publicado afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 08/06/2. 010 à 08/07/2. 010.

Lei 400/2010
Originou-se do Projeto de Lei Nº385/2010

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA ESTRUTURA DA LEI 361/2009, LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Santa Helena aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 547.279,76 (quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos) destinado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, para atender ao projeto 1.009 – Construção, Ampliação e Reforma de Escola Infantil.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2010 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer		
Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria		
Função: 12 – Educação		
Sub-Função: 365 – Educação Infantil		
Programa: 0023 – Construção, ampliação e Reforma de Escolas Públicas.		
Projeto: 1.009 – Construção, Ampliação e Reforma de Escola Infantil.		
Natureza da Despesa:		
4490.51.00.00 – Obras e Instalações	R$	547.279,76
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**547.279,76**

Artigo 3º - O presente credito adicional, ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1º do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação, nos termos e em conformidade com o Acórdão nº 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 4º - Os recursos utilizados para atender o presente credito configurando o excesso de arrecadação serão aqueles originários de repasse do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, mediante celebração do convenio nº 700113/2010, no valor de R$ 547.279,76 (quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos).

Artigo 5º - O Orçamento Geral do Município fica elevado em virtude da aprovação da presente Lei em mais R$ 541.806,96 (quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e seis reais e noventa e seis centavos).

Artigo 6º - Fica igualmente autorizado a Inclusão e ou atualização na Lei Municipal nº 352/2009 - LDO 2010 e Lei Municipal nº 341/2009 - PPA 2010/2013, a dotação orçamentária descrita no artigo 2º desta lei.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, em 11 de Junho de 2010.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
Publicado afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/06/2. 010 à 11/07/2. 010.

Prefeitura Municipal de Nobres

MUNICÍPIO DE NOBRES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2010/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.10 - 14/06/10

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Abr 2010 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	18.800.800,00	18.800.800,00	2.978.873,98	6.018.847,50	32,01
Receitas de Impostos	1.308.800,00	1.308.800,00	155.762,78	603.253,89	46,09
Impostos	1.177.000,00	1.177.000,00	138.538,52	311.603,42	26,47
Dívida Ativa dos Impostos	28.900,00	28.900,00	13.217,30	276.369,74	956,3
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	102.900,00	102.900,00	4.006,96	15.280,73	14,85
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	17.492.000,00	17.492.000,00	2.823.111,20	5.415.593,61	30,96
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.956.800,00	5.956.800,00	725.942,10	1.534.636,35	25,76
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ICMS	7.582.400,00	7.582.400,00	1.445.924,27	2.638.485,68	34,8
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ITR	44.000,00	44.000,00	630,30	10.769,06	24,48
Cota-Parte IPVA	410.400,00	410.400,00	85.981,71	148.573,45	36,2
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	3.498.400,00	3.498.400,00	564.632,82	1.083.129,07	30,96
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	3.545.000,00	3.710.000,00	651.537,26	1.212.382,79	32,68
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	3.500.000,00	3.500.000,00	598.509,68	1.122.713,72	32,08
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	3.500.000,00	3.500.000,00	598.509,68	1.122.713,72	32,08
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	45.000,00	210.000,00	53.027,58	89.669,07	42,7
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	**18.847.400,00**	**19.012.400,00**	**3.065.778,42**	**6.148.101,22**	**32,34**

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Abr 2010 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	6.940.000,00	6.918.000,00	989.540,50	1.648.765,16	23,83
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	4.660.000,00	4.683.000,00	842.740,59	1.367.294,83	29,2
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas(VIII)	1.050.000,00	1.000.000,00	8.959,39	11.282,46	1,13
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	1.230.000,00	1.235.000,00	137.840,52	270.187,87	21,88
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Despesas no Ensino Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	**6.940.000,00**	**6.918.000,00**	**989.540,50**	**1.648.765,16**	**23,83**
[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)					-
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					39.584,65

DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	39.584,65
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	**39.584,65**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	**1.569.595,86**

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25%> DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	26,08
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	0,00

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2009	Jan a Abr 2010
	0.00	0.00

MUNICÍPIO DE NOBRES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2010/BIMESTRE MARÇO-ABRIL.

LRF-Cidadão - 9.10 - 14/06/10

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		% (f/e)
			No Bimestre	Jan a Abr 2010 (f)	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.230.000,00	1.235.000,00	137.840,52	270.187,87	21,88
ENSINO FUNDAMENTAL	4.660.000,00	4.683.000,00	842.740,59	1.367.294,83	29,2
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.050.000,00	1.000.000,00	8.959,39	11.282,46	1,13
TOTAL DAS DESPESAS	**6.940.000,00**	**6.918.000,00**	**989.540,50**	**1.648.765,16**	**23,83**

FONTE:

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 044/2010

Na edição do Diário Oficial dos Municípios - AMM, de 10/06/2010, pg. 71, onde se lê **21/06/2010**, leia-se **30/06/2010**.

Evandro Dias Godoi
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda

Aviso de licitação.
Tomada de preço 024/2010.

A Prefeitura de Nova Lacerda- MT torna publico que fará realizar Tomada de Preço cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios para serem consumidos na merenda escolar das Escolas e Centro de Educação Infantil deste município.

Data da abertura dos envelopes: 02/07/2010, ás 08:00hs, no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- sala de licitações, sito à Rua 16 de julho, 815- Centro- Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 das 13:00 ás 17:00hs.

Nova Lacerda- MT 17 de junho de 2010.

Alex Rômulo Faustino de Oliveira- Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

Aviso de licitação.
Tomada de preço 025/2010.

A Prefeitura de Nova Lacerda- MT torna publico que fará realizar Tomada de Preço cujo objeto é a contratação de empresa especializada para construção de Quadra Poliesportiva Descoberta, com 798,00 m² de área construída na gleba São José, município de Nova Lacerda- MT..

Data da abertura dos envelopes: 02/07/2010, ás 09:00hs, no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- sala de licitações, sito à Rua 16 de julho, 815- Centro- Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 das 13:00 ás 17:00hs.

Nova Lacerda- MT 17 de junho de 2010.

Alex Rômulo Faustino de Oliveira- Presidente da CPL.

RESCISÃO DO CONTRATO 050/2007.

Pelo presente instrumento de **DISTRATO** de prestação de serviços, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.614.519/0001-22, com sede à Rua 16 de Julho, nº 815, centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor **VALMIR LUIZ MORETTO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 819.750 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 536.127.601-49, residente e domiciliado à Avenida Uirapuru, S/n, na cidade de Nova Lacerda – MT, doravante denominado simplesmente **PRIMEIRO DISTRATANTE** e de outro lado o a Empresa **MODERNA CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 07.178.849/0001-07**, sediada à Rua Comandante Costa, 2337, Centro Sul, Cuiabá-MT, neste ato representada pelo Senhor **ADEMIR FRANCISCO ROZA**, brasileiro, divorciado, administrador, inscrito sob nº CRA/PR 6243, portador da cédula de Identidade nº 17R/1590.901-SSP/SC e CPF nº 456.112.039-49, doravante denominado de **SEGUNDO DISTRATANTE**, que tem justos e acordados a rescisão do contrato abaixo discriminado mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os DISTRATANTES em data de 03 de setembro de 2007, firmaram o contrato de construção do Centro de Eventos no município de Nova Lacerda – MT, em conformidade com o Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Tomada de Preços nº003/2007.

CLÁUSULA SEGUNDA – De comum acordo, ou seja, amigável, as partes resolvem rescindir o presente contrato, conforme a Cláusula nona, letra a) do referido contrato nº 050/2007.

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes distratantes declaram expressamente não haver quaisquer obrigações a serem cumpridas, dando geral e irrevogável quitação e cumprimento de todas as cláusulas ora revogadas.

CLÁUSULA QUARTA – Elege as partes o foro da Comarca de Comodoro – MT, para nele serem dirimidas quaisquer questões, dúvidas ou pendência oriunda do presente **DISTRATO**, com a renúncia expressa de qualquer outro que tenham ou venham a ter as partes por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados firmam o presente em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo que a tudo presenciaram.

15 de junho de 2010, Nova Lacerda – MT,.

Município de Nova Lacerda
Primeira Distratante

Moderna Construções LTDA
Segundo Distratante

Edgar Pereira Ferraz
Visto Assessoria Jurídica

Test: _____ Test:
CPF: _____ CPF:

Prefeitura Municipal de Nova Maringá

RESUMO DOS CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO MÊS 06/2010

Contrato 94/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Maringá – Contratado: Nelson Rodrigo Dockhorn – Objeto: exercer o cargo de Medico Veterinario, conforme Processo Seletivo Simplificado 03/2010 – Vigência: 16/06/2010 à 16/12/2010 – Valor: 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) a serem pagos em folha de pagamento.

RESUMO DOS TERMOS DISTRATOS DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Distrato de Contrato 25/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Maringá – Contratado: Oridias de Oliveira – Objeto: Resolvem Pactuar o presente Termo de Distrato nos Moldes da Clausula 10.0 do contrato – Fica o Contrato supracitado, rescindido amigavelmente, em sua integridade no dia 21/05/2010.

Distrato de Contrato 27/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Maringá – Contratado: Geyse Anne Bergmann – Objeto: Resolvem Pactuar o presente Termo de Distrato nos Moldes da Clausula 10.0 do contrato – Fica o Contrato supracitado, rescindido amigavelmente, em sua integridade no dia 21/05/2010.

Distrato de Contrato 53/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Maringá – Contratado: Denise Roberta Tebaldi Rodrigues – Objeto: Resolvem Pactuar o presente Termo de Distrato nos Moldes da Clausula 10.0 do contrato – Fica o Contrato supracitado, rescindido amigavelmente, em sua integridade no dia 19/05/2010.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2010
RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Nova Maringá-MT, Sr. Oscar José de Carvalho torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Sra. Sônia Mara Zardo Magalhães- Secretária Municipal de Administração, no processo de contratação direta de locação de imóvel para o funcionamento do correio, conforme lei 542/2009 e lei 585/2010, junto ao senhor Adalberto Foss RG 5.259.043-4 SSP PR e CPF 764.025.419-15, no valor estimado de R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais) pelo período de 06 meses e quinze dias, a serem pagos conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde se formulou expediente de dispensa de licitação, fulcrada no caput do art. 24, IV da lei 8666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

Nova Maringá-MT, 16 de Junho de 2.010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
PREFEITO MUNCIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2010 - PROCESSO Nº. 945/2010
2ª ATA – ATA PARA RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Ao(s) dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e dez na Sala da Comissão Permanente de Licitação, reuniram-se os servidores : Karla Beatriz Bernatzky- Pregoeira, Alessandra Marta do Nascimento e Wildson Rodrigues Baracho, - Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº. 01/2010, de 05 de janeiro de 2010, com a finalidade de proceder a verificação da documentação apresentada pela empresa CLÍNICA MÉDICA MINAS PARANÁ LTDA, após o uso das prerrogativas da Lei Complementar 123/2006 para apresentação da documentação fiscal faltante na data da sessão. Fazendo-se a verificação da certidão apresentada, constatou-se que estava em plena validade, ficando a empresa portanto habilitada, fazendo-se então a adjudicação dos itens vencidos por ela. Feito isso, encaminha-se o processo à Prefeita Municipal para análise e competente homologação e contratação da empresa adjudicatária do presente processo licitatório. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata a respeito dos atos praticados na sessão a qual vai assinada pela Pregoeira.

Karla Beatriz Bernatzky
Pregoeira oficial

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Tomada de Preços nº. 02/2010**, cujo objeto trata-se de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE 10,83 KM E RECUPERAÇÃO DE 31,98 KM DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORAS NO P.A MONTE VERDE, acatando sem ressalvas a Conclusão final da Comissão de Licitação que declarou vencedora do certame licitatório a empresa **OK CONSTRUÇÃO E SERVIÇO LTDA,** CNPJ 04.853.451/0001-22, no valor total de R$ 820.035,10 (oitocentos e vinte mil e trinta e cinco reais e dez centavos) e determino que se tome as devidas providências para assinatura do respectivo contrato.

Nova Monte Verde-MT, 17 de junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Tomada de Preços nº. 03/2010**, cujo objeto trata-se de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIRO TUBULAR DE CONCRETO ARMADO NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, acatando sem ressalvas a Conclusão final da Comissão de Licitação que declarou vencedora do certame licitatório a empresa **OK CONSTRUÇÃO E SERVIÇO LTDA,** CNPJ 04.853.451/0001-22, no valor total de R$ 307.603,09 (trezentos e sete mil seiscentos e três reais e nove centavos) e determino que se tome as devidas providências para assinatura do respectivo contrato.

Nova Monte Verde-MT, 17 de junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Pregão**

Presencial nº. 23/2010, cujo objeto trata-se de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASONOGRAFIA E ELETROCARDIOGRAMA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, conforme negociações feitas na sessão pública pela equipe de pregão do município e acatando sem ressalvas a Conclusão final da Pregoeira que adjudicou vencedora do certame licitatório a empresa **CLÍNICA MÉDICA MINAS PARANÁ LTDA**, CNPJ 07.892.991/0001-03, no valor total de R$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais)e determino que se tome as devidas providências para assinatura do respectivo contrato.

Nova Monte Verde-MT, 17 de junho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
PREFEITA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO N.º 031/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar TOMADA DE PREÇO - **objeto**: Construção de uma Escola de Educação Infantil, de acordo com o Projeto Básico, que é parte integrante do edital; data de abertura dos envelopes 02/07/2010, às 9 horas (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em adquirir cópia do Edital, deverão recolher a importância de R$ 100,00 (Cem Reais)**,** e entrar em contato com Comissão de Licitações no endereço supracitado e/ou através do telefone (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 14 de maio de 2010.

WALMIR ARRUDA COSTA
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

LEI Nº. 789, DE 08 DE JUNHO DE 2010

Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 115/2010

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA ESTRUTURA DA LEI 735/2009, LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2010 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. Antonio Luiz César de Castro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), destinado a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer objetivando atender o Projeto Orçamentário 1.041 Construção, ampliação, Reforma e Readequação de Locais de Pratica de Esportes, tendo essa finalidade especifica de Construção de Quadra Poli-Esportiva Descoberta, no Distrito Colorado do Norte, no Município de Nova Canaã do Norte.

Artigo 2° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2010 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07 – Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Unidade:004 – Departamento de Cultura, Desporto e Lazer.
Função 27 – Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 0038 – Estádios, Ginásios e Praças Esportivas.
Projeto:1.041 – Construção, ampliação, Reforma e Readequação de Locais de Pratica de Esportes
Natureza da Despesa:
4490.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 50.000,00
TOTAL DA AÇÃOR$ 50.000,00

Artigo 3° - O presente crédito adicional, ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei n° 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1° do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação, nos termos e em conformidade com o Acórdão n° 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 4° - Os recursos utilizados para atender o presente crédito configurando o excesso de arrecadação serão aqueles originários do termo de convenio n° 043/2010, firmado com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura SINFRA, no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais).

Artigo 5° - O Orçamento Geral do Município fica elevado em virtude da aprovação da presente Lei em mais R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais).

Artigo 6° - Fica igualmente autorizado a inclusão e ou atualização na Lei Municipal n° 726/2009 – LDO 2010 e Lei Municipal n° 718/2009 – PPA 2010/2013, as atualizações orçamentárias descritas nos artigos 2° e 4° desta lei.

Artigo 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 08 de Junho de 2010.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº. 790, DE 08 DE JUNHO DE 2010

Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 116/2010

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NA ESTRUTURA DA LEI 735/2009, LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2010 DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. Antonio Luiz César de Castro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 115.737,73 (cento e quinze mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), destinado a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer objetivando atender o Projeto Orçamentário 1.053 Construção de Uma Piscina na Sede da APAE, no município de NOVA CANAÃ DO NORTE - MT.

Artigo 2° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar em seu Orçamento Programa 2010 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07 – Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Unidade:001 – Gabinete do Secretario e Departamento de Educação.
Função 12 – Educação
Sub-Função: 367 – Educação Especial
Programa: 0023 – Gerenciamento Global da Educação.
Projeto:1.053 – Construção de Uma Piscina na Sede da APAE.
Natureza da Despesa:
4490.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 115.737,73
TOTAL DA AÇÃOR$ 115.737,73

Artigo 3° - O presente crédito adicional, ampara-se no artigo 40 e 43 da Lei n° 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1° do Artigo 43 da lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação, nos termos e em conformidade com o Acórdão n° 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 4° - Os recursos utilizados para atender o presente crédito configurando o excesso de arrecadação serão aqueles originários do termo de convenio n° 042/2010, firmado com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura SINFRA, no valor de R$ 115.737,73 (cento e quinze mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos).

Artigo 5° - O Orçamento Geral do Município fica elevado em virtude da aprovação da presente Lei em mais R$ 115.737,73 (cento e quinze mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos).

Artigo 6° - Fica igualmente autorizado a inclusão e ou atualização na Lei Municipal n° 726/2009 – LDO 2010 e Lei Municipal n° 718/2009 – PPA 2010/2013, as atualizações orçamentárias descritas nos artigos 2° e 4° desta lei.

Artigo 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 08 de Junho de 2010.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL
NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT
CARGO : MOTORISTA I

NOME	LP	MAT	CG	CE	RED	TIT	TP	SITUAÇÃO
GLEIDSON LINO DE FREITAS	17.50	20.00	15.00	15.00			67.50 1°	CLASSIFICADO
JOSE LUIZ DE SOUZA SANTOS	10.00	15.00	17.50	17.50			60.00 3°	CLASSIFICADO
JULIANO ROQUE SENA	15.00	15.00	10.00	10.00			50.00 4°	CLASSIFICADO
MANUEL FRANCILINO DA SILVA NETO	20.00	15.00	17.50	20.00			72.50	APROVADO
REINALDO SIMOES BRONNER	17.50	15.00	12.50	17.50			62.50 2°	CLASSIFICADO
VALDEIR AVELINO DOS SANTOS	7.50	17.50	10.00	5.00			40.00	ELIMINADO

LEGENDA: LP = Lingua Portuguesa MAT =Matemática
CG=Conhecimentos Gerais CE = Conhecim.Específicos
CE = Conhecimentos Pedagógicos TIT = Títulos

CRITÉRIO DE DESEMPATE:
CE=Conhecim. Específicos LP=Lingua Port.
MAT=Matemática CG = Conhecimentos Gerais
TIT = Títulos DN = Data Nascimento

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL
NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT
CARGO : MOTORISTA II

NOME	LP	MAT	CG	CE	RED	TIT	TP	SITUAÇÃO
ABELINO CARDOSO SANTOS	15.00	12.50	15.00	12.50			55.00 2°	CLASSIFICADO
ADELSON DE ARAUJO	15.00	10.00	17.50	15.00			57.50 1°	CLASSIFICADO
ADIR ALMEIDA DE PAULA	15.00	12.50	15.00	17.50			60.00	APROVADO
DOMICIO DE GOES	12.50	12.50	15.00	10.00			50.00 4°	CLASSIFICADO
PAULO RICARDO DIAS	12.50	22.50	12.50	7.50			55.00 3°	CLASSIFICADO

LEGENDA: LP = Lingua Portuguesa MAT =Matemática
CG=Conhecimentos Gerais CE = Conhecim.Específicos
CE = Conhecimentos Pedagógicos TIT = Títulos

CRITÉRIO DE DESEMPATE:
CE=Conhecim. Específicos LP=Lingua Port.
MAT=Matemática CG = Conhecimentos Gerais
TIT = Títulos DN = Data Nascimento

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL
NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT
CARGO : OPERADOR DE SANEAMENTO

NOME	LP	MAT	CG	CE	RED	TIT	TP	SITUAÇÃO
ACACIO GORGES	25.00	17.50	17.50				60.00 4°	CLASSIFICADO
CLAUDIONOR BRAZ DA SILVA	25.00	15.00	17.50				57.50 5°	CLASSIFICADO
FRANCISCO VITOR SANTOS	25.00	20.00	20.00				65.00 3°	CLASSIFICADO
JHONNY MARCELO FERREIRA	20.00	17.50	5.00				42.50	ELIMINADO
JOÃO PAULO MEDEIROS	22.50	22.50	25.00				70.00	APROVADO
JORGE BUCHELT MOTA	27.50	15.00	25.00				67.50 1°	CLASSIFICADO
JULIANO DA SILVA BRITO	25.00	15.00	27.50				67.50 2°	CLASSIFICADO
LEANDRO PEREIRA DE SOUZA	22.50	20.00	15.00				57.50 6°	CLASSIFICADO
MARCOS DOS SANTOS FARIAS	22.50	12.50	15.00				50.00 7°	CLASSIFICADO
ROLDINEI ALBERICO	12.50	12.50	15.00				40.00	ELIMINADO
SIDNEI ALVES DOS SANTOS	17.50	10.00	10.00				37.50	ELIMINADO

LEGENDA: LP = Lingua Portuguesa MAT =Matemática
CG=Conhecimentos Gerais CE = Conhecim.Específicos
CE = Conhecimentos Pedagogicos TIT = Títulos

CRITÉRIO DE DESEMPATE:
CE=Conhecim. Específicos LP=Lingua Port.
MAT=Matemática CG = Conhecimentos Gerais
TIT = Títulos DN = Data Nascimento

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL								
NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT								
CARGO : PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA								
NOME	LP	MAT	CG	CE	RED	TIT	TP	SITUAÇÃO
LUCIANO RODRIGUES LOBO	8.00	12.00	10.00	10.00	20.00		60.00	APROVADO

LEGENDA: LP = Lingua Portuguesa MAT =Matemática
CG=Conhecimentos Gerais CE = Conhecim.Específicos
CE = Conhecimentos Pedagógicos TIT = Títulos

CRITÉRIO DE DESEMPATE:
CE=Conhecim. Específicos LP=Lingua Port.
MAT=Matemática CG = Conhecimentos Gerais
TIT = Títulos DN = Data Nascimento

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL								
NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT								
CARGO : PROFESSOR PEDAGOGIA								
NOME	LP	MAT	CG	CE	RED	TIT	TP	
ALICE DE MIRANDA MORENO	10.00	6.00	4.00	14.00			34.00	ELIMINADO
CLAUDIA DANTAS ZANELA	6.00	10.00	6.00	12.00			34.00	ELIMINADO
CLAUDIO MARCOS ZANOL	**14.00**	**8.00**	**8.00**	**10.00**	**10.00**		**50.00 3°**	**APROVADO**
EDNA CATARINA JARDIM RAMOS	6.00	4.00	8.00	12.00			30.00	ELIMINADO
ELANIA MARIA DOS SANTOS	10.00	6.00	4.00	6.00			26.00	ELIMINADO
GRACI APARECIDA IGNACIO SOARES	4.00	2.00	10.00	6.00			22.00	ELIMINADO
JOAQUIM RIBEIRO DA SILVA	**12.00**	**8.00**	**14.00**	**10.00**	**12.00**		**56.00 2°**	**APROVADO**
MARIA TEREZINHA SILVA FRANCA	4.00	10.00	10.00	10.00			34.00	ELIMINADO
RANTER FERREIRA BARROS	**16.00**	**12.00**	**10.00**	**10.00**	**20.00**		**68.00 1°**	**APROVADO**
SILVIA CRISTINA OUTRAMARIO	6.00	6.00	8.00	12.00			32.00	ELIMINADO

LEGENDA: LP = Lingua Portuguesa MAT =Matemática
CG=Conhecimentos Gerais CE = Conhecim.Específicos
CE = Conhecimentos Pedagógicos TIT = Títulos

CRITÉRIO DE DESEMPATE:
CE=Conhecim. Específicos LP=Lingua Port.
MAT=Matemática CG = Conhecimentos Gerais
TIT = Títulos DN = Data Nascimento

Prefeitura Municipal de Paranatinga

RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA/REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 034/2010

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 27/2010, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2010**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°481/2009, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: é Aquisição de Pães para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social. Não compareceram interessados para a Presente Licitação, sendo declarada licitação deserta. Fica a mesma republicada com abertura: 05/07/2010 – segunda - feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329 e e-mail: licitacoesptga@bol.com.br.

Paranatinga-MT, 17 de junho de 2010.

TERMO DE DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2010

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Paranatinga – PARANATINGA-PREV torna pública a inexigibilidade de Licitação, para firmar o Contrato de abertura de Conta Custódia/CETIP com o Banco do Brasil S/A, estando em concordância com a Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993. O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Paranatinga - Paranatinga-Prev, torna pública a inexigibilidade de Licitação, para firmar um contrato para a prestação de serviços de custódia de

controladoria com o Banco do Brasil – S.A., nos termos e condições oferecidos aos clientes da Conexão Consultores de Valores Mobiliários, estando em concordância com a Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993.

Paranatinga – MT, 15 de junho de 2010.

RICARDO DA SILVA LIMA
Diretor Executivo
Paranatinga-Prev

Prefeitura Municipal de Paranaíta

PREVPAR- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PARANAITA - MT

EXTRATO DO CONTRATO 004/2010
OBJETO: Contratação para a prestação de serviços Médico Pericial a segurados e dependentes do PREVPAR.
CONTRATADO: DR. JULIANO AFONSO MOREIRA
VIGENCIA: 09/06/2010 A 31/12/2010
VALOR: R$65,00 (sessenta e cinco reais) por perícia realizada

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

AVISO DE PREGÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal. n.º 013, de 13 de janeiro de 2010, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2010**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço por item**, para: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA ADMINISTRAÇÃO**.",que será realizado ás 13:00 horas do dia 29 de Junho de 2010, na sala de Licitações, no Paço Municipal de Peixoto de Azevedo. O edital completo poderá ser adquirido e maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta – feira, no horário das 12h a 18h, ou pelo fone (66) 3575-1029. Peixoto de Azevedo 11 de Junho de 2010.

Vanilza Ribeiro Chagas
Pregoeira

AVISO DE PREGÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal. n.º 013, de 13 de janeiro de 2010, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria

de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2010**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço por item**, para: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO COMERCIAL E MARMITEX**",que será realizado ás 8:00 horas do dia 01 de Julho de 2010, na sala de Licitações, no Paço Municipal de Peixoto de Azevedo. O edital completo poderá ser adquirido e maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta – feira, no horário das 12h a 18h, ou pelo fone (66) 3575-1029. Peixoto de Azevedo 16 de Junho de 2010.

Vanilza Ribeiro Chagas
Pregoeira

AVISO DE PREGÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal. n.º 013, de 13 de janeiro de 2010, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2010**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço por item**, para: "**AQUISIÇÃO DE UM TRATOR CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 0298667-45/2009 MAPA/CAIXA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA ADMINISTRAÇÃO**",que será realizado ás 8:00 horas do dia 02 de Julho de 2010, na sala de Licitações, no Paço Municipal de Peixoto de Azevedo. O edital completo poderá ser adquirido e maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta – feira, no horário das 12h a 18h, ou pelo fone (66) 3575-1029. Peixoto de Azevedo 17 de Junho de 2010.

Vanilza Ribeiro Chagas
Pregoeira

EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 035 /2006

Contratante: **O Município de Peixoto de Azevedo - MT**

Contratado: **EBC – EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÔES LTDA**, CNPJ nº 05.483.882/0001

II – DA ALTERAÇÃO.

Fica alterada a Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA, do contrato nº 035/2006, passando a sua vigência a vigorar até a data de **10/09/2010,** tendo em vista a superveniência de fatos imprevistos estranho à vontade das partes, isto é, em virtude no atraso dos repasses dos recursos financeiros anteriormente programados e paralisação das obras que ocasionaram a interrupção temporária dos serviços e consequentemente o atraso no cronograma.

Peixoto de Azevedo, 14 de Maio de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 038/2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **Conceição de Maria Belo Silva**
Pelo presente contrato a contratada se compromete a prestar serviços relacionados a prestação de contas e analise de Convênios conforme relacionado abaixo, com carga horária 40 horas/semanal, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração.

1. Elaboração de minutas de convênios a nível municipal;
2. Análise e acompanhamento das prestações de contas dos Convênios municipais;
3. Prestação de contas referente aos Convênios nas esferas estaduais e federais;
4. Controle diário da validação das certidões do Município;
5. Acompanhamento das vigências dos Contratos e Convênios;
6. Arquivamento da documentação dos referidos processos após encerramento dos mesmos

Parágrafo único – A Contratada prestará os serviços de acordo com o plano de trabalho a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Peixoto de Azevedo.
O valor global para a execução dos serviços, objeto do presente contrato é de R$ **7.950,00 (sete mil novecentos e cinqüenta reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato, terá início em 03/05/2010 e término em 30/09/2010.

Órgão 04	Sec. Mun. de Administração	
Unidade	001	Gabinete da Secretaria de Administração
Função 04	Administração	
Subfunção	122	Aministração Geral
Programa	0002	Administração e Planejamento
Proj./Ativ.	2008	Manut. Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação	74	3390.36 Outros Serv. Terc. P. Física

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de Maio de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 039 /2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **JEAN JACKES DE OLIVEIRA**

Em regime de locação o **CONTRATADO/LOCADOR** cede à **CONTRATANTE/LOCATÁRIA Locação de 01 Veículos tipo ESP/ Camioneta Marca GM/S10 de LUXE 2.8 D 4X4, ano 2000/2000, de Cor Prata, Placa JAF8888, Pot: 5P/132CV, chassis 9BG138DC0Y424579, Renavam 737544180 Categoria Particular, para atender as necessidades das Unidades de Saúde das Famílias do Distrito União do Norte deste Município de Peixoto de Azevedo-MT.**

Do Valor *de* R$ 5.000,00 **(cinco mil reais)**.

O prazo de vigência do presente Contrato será de **03/05/2010 á 03/06/ 2010.**

Órgão 07	Sec. Mun. de Saúde	
Unidade	001	Fundo Municipal de Saúde
Função 10	Saúde	
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	0010	Educação Básica a Saúde
Proj./Ativ.	2036	Manutenção e Encargos Saúde da Família - PSF
Dotação	203	3390.36 Outros Serv. Terc. P. Física

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de Maio de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 040 /2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **LIDIA JABLONSKI**

O objeto do presente contrato se compromete a prestar serviços Instrutora de cursos de artesanatos,com carga horária 228,2 horas, em

atendimento a Secretaria Municipal de Assistência social, conforme descriminação e detalhes do cursos, em anexo:

Valor de R$ 7.987,00 (sete mil novecentos e oitenta e sete reais)
O prazo de vigência do presente Contrato será de 03/05/2010 á 30/06/2010.

Órgão 08	Sec. Mun. de Assist. Social Trab. Cidadania	
Unidade	003	Fundo Mun. Crianças e Adolescentes
Função08	Assistência Social	
Subfunção	243	Assistência a Crianças e ao Adolescente
Programa	0015	Assistência
Proj./Ativ.	2083	Manut. de Progr. CRAS PAIF PROJOVEM ASEF
Dotação	396	3390.36 Outros Serv. Terc. P. Física

Peixoto de Azevedo-MT, 03 de Maio de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 041/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: *empresa* ***V. FERRI- PRODUÇÕES ARTISTICAS***
Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para atender as necessidades dessa Administração**.**
Do Valor ***R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)****.*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 07/05/2010 á 31/05/2010.

Órgão 06	Sec. Mun. de Educação e Cultura	
Unidade	003	Depto de Cultura
Função13	Cultura	
Subfunção	392	Difusão Cultural
Programa	0009	Desenvolvimento Cultural
Proj./Ativ.	2033	Apoio das Ativ. Cult. Pop. Tradic
Dotação	282	3390.39 Outros Serv. Terc. P. Jurídica

Peixoto de Azevedo-MT, 07 de Maio de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 042/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **JULIANA REIS FUÃO**
Pelo presente contrato o (a) contratado (a)

O objetivo deste Contrato e a contratação de uma Arquiteta para elaboração de projetos de Engenharia para atender as necessidades da Secretária Municipal de Obras,com carga horária 40 horas/semanal.
Valor de R$ 7.900,00 (sete mil novecentos reais)
A vigência do presente CONTRATO, será de 10/05/2010 a 10/09/2010 .

Órgão 11	Sec. Mun. de Obras	
Unidade	001	Gabinete do Secretario
Função04	Administração	
Subfunção	122	Administração Geral
Proj./Ativ.	2008	Manut. Encargos com Secretaria
Dotação	580	3390.36 Outros Serv. Terc. P. Física

PEIXOTO DE AZEVEDO – -MT, 10 de Maio de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 043 /2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***SUPERMERCADO BOERI LTDA***
O presente Contrato objetiva o fornecimento, pela ***CONTRATADA****, para* **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA ADMINISTRAÇÃO CONFORME ORDEM DE FORNECIMENTO ANEXO***:*

Valor de **R$ 543.373,64** ***(quinhentos e quarenta e três mil seiscentos).***
A vigência do presente CONTRATO, será de 21/05/2010 a 21/11/2010.

Órgão 04	Sec. Mun. de Administração	
Unidade	001	Gabinete da Secretaria de Administração
Função04	Administração	
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	0002	Administração e Planejamento
Proj./Ativ.	2008	Manut. Encargos com Atividades da Secretaira
Dotação	72	3390.30 Material de Consumo

Órgão 07	Sec. Mun. de Saúde	
Unidade	001	Fundo Mun. de Saúde
Função10	Saúde	
Subfunção	304	Vigilância Sanitária
Programa	0013	Vigilância em Saúde
Proj./Ativ.	2047	Manutenção da Vigilância Sanitária
Dotação	180	3390.30 Material de Consumo

Órgão 07	Sec. Mun. de Saúde	
Unidade	001	Fundo Mun. de Saúde
Função10	Saúde	
Subfunção	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	0011	Atendimento de Media e Alta Complexidade
Proj./Ativ.	2043	Manutenção do CAPS
Dotação	214	3390.30 Material de Consumo

Órgão 07	Sec. Mun. de Saúde	
Unidade	001	Fundo Mun. de Saúde
Função10	Saúde	
Subfunção	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	0011	Atendimento de Media e Alta Complexidade
Proj./Ativ.	2041	Manutenção do Hospital Municipal
Dotação	227	3390.30 Material de Consumo

Órgão 06	Sec. Mun. de Educação e Cultura	
Unidade	001	Gabinete do Secretario
Função04	Administração	
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	0004	Gestão da Política Educacional
Proj./Ativ.	2061	Manut. Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação	236	3390.30 Material de Consumo

Órgão 06	Sec. Mun. de Educação e Cultura	
Unidade	006	FUNDEB FUNDO Educ. Básica 40
Função12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	0005	Educação Básica
Proj./Ativ.	2021	Manut. Encargos Ensino Fundamental 40
Dotação	303	3390.30 Material de Consumo

Órgão 08	Sec. Mun. Assist. Social Trab. Cidadania	
Unidade	002	Fundo Mun. Assist. Social
Função08	Assistência Social	
Subfunção	241	Assistência ao Idoso
Programa	0015	Assistência
Proj./Ativ.	2054	Manut. e Encargos Progr. Melhor Idade API
Dotação	342	3390.30 Material de Consumo

Órgão 08	Sec. Mun. Assistência Social Trab. Cidadania	
Unidade	003	Fundo Mun. Crianças e Adolescentes
Função08	Assistência Social	
Subfunção	243	Assistência a Criança e ao Adolescente
Programa	0015	Assistência
Proj./Ativ.	2056	Manut. Progr. CREAS / PETI
Dotação	390	3390.36 Material de Consumo

Órgão 08	Sec. Mun. Assistência Social Trab. Cidadania	
Unidade	003	Fundo Mun. Crianças e Adolescentes
Função08	Assistência Social	
Subfunção	243	Assistência a Criança e ao Adolescente
Programa	0015	Assistência
Proj./Ativ.	2083	Manutenção de Progr. CRAS PAIF PROJOVEM ASEF

Dotação 395 3390.36 Material de Consumo

Órgão 08 Sec. Mun. Assistência Social Trab. Cidadania
Unidade 003 Fundo Mun. Crianças e Adolescentes
Função08 Assistência Social
Subfunção 243 Assistência a Criança e ao Adolescente
Programa 0015 Assistência
Proj./Ativ. 2084 Manutenção da Casa Retaguarda e CECRIA
Dotação 402 3390.36 Material de Consumo

Órgão 08 Sec. Mun. Assistência Social Trab. Cidadania
Unidade 001 Gabinete do Secretario
Função08 Assistência Social
Subfunção 122 Administração Geral
Programa 0015 Assistência
Proj./Ativ. 2051 Manut. Encarg. Ativ. Sec. Assist. Social
Dotação 419 3390.30 Material de Consumo

Órgão 09 Sec. Mun. Agricultura Ind. e Comercio
Unidade 001 Gabinete do Secretario
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Programa 0002 Administração e Planejamento
Proj./Ativ. 2008 Manut. Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação 425 3390.36 Material de Consumo

Órgão 10 Sec. Mun. Meio Aambiente Min. e Turismo
Unidade 001 Gabinete do Secretario
Função18 Gestão Ambinetal
Subfunção 541 Preservação e Conservação Ambiental
Programa 0018 Meio Ambiente Sustentável
Proj./Ativ. 2089 Escritorio METAMAT Res. Garimpeira PXTO
Dotação 528 3390.36 Material de Consumo

Órgão 11 Sec. Mun. Obras e Serviços Urbanos
Unidade 001 Gabinete do Secretario
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Programa 0002 Administração e Planejamento
Proj./Ativ. 2008 Manut. Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação 579 3390.36 Material de Consumo

Órgão 12 Sec. Mun. Transporte Rodoviário
Unidade 001 Gabinete da Secretaria de Transporte
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Programa 0002 Administração e Planejamento
Proj./Ativ. 2008 Manut. Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação 592 3390.36 Material de Consumo

Órgão 13 Sec. Mun. Esportes e Lazer
Unidade 001 Gabinete do Secretario
Função27 Desporto e Lazer
Subfunção 812 Desporto Comunitário
Programa 0023 Desporto e Lazer
Proj./Ativ. 2094 Implantação Manut. Sec. de Esportes e Lazer
Dotação 614 3390.36 Material de Consumo

Órgão 07 Sec. Mun. de Saúde
Unidade 001 Fundo Mun. de Saúde
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Programa 0014 Gestão do SUS
Proj./Ativ. 2082 Manut. Encargos Atividades Gabinete
Dotação 149 4490.52 Equipamentos e Material Permanente

Órgão 07 Sec. Mun. de Saúde
Unidade 001 Fundo Mun. de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 301 Atenção Básica
Programa 0010 Atenção Básica a Saúde
Proj./Ativ. 2036 Manutenção e Encargos Saúde da Família - PSF
Dotação 202 3390.30 Material de Consumo

Órgão 13 Sec. Mun. Esportes e Lazer
Unidade 001 Gabinete do Secretario
Função27 Desporto e Lazer
Subfunção 812 Desporto Comunitário
Programa 0023 Desporto e Lazer
Proj./Ativ. 2094 Implantação Manut. Sec. de Esportes e Lazer
Dotação 617 4490.52 Equipamentos e Material Permanente

Órgão 06 Sec. Mun. de Educação e Cultura
Unidade 006 FUNDEB Fundo Educ. Básica 40
Função12 Educação
Subfunção 361 Ensino Fundamental
Programa 0005 Educação Básica
Proj./Ativ. 2021 Manut. Encargos Ensino Fundamental 40
Dotação 308 4490.52 Equipamentos e Material Permante

Peixoto de Azevedo MT, 21 de Maio de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 044/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA***

OBJETO, *O presente Contrato objetiva o fornecimento, pela* ***CONTRATADA****, é de* **Aquisição de Medicamentos e Materiais de uso Hospitalar em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde Conforme Ordem de Fornecimento em anexo.**

Valor R$ 111.222,02 *(cento e onze mil duzentos e vinte e dois reais e dois centavos)*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 27/05/2010 *á 27/11/2010*

Órgão 07 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 301 Atenção Básica
Programa 0010 Atenção Básica a Saúde
Proj./Ativ. 2.036 **Manutenção e Encargos Saúde da Família - PSF**
Dotação 202 3390.30 Material de Consumo

Órgão 07 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 0011 Atendimento de Média e Alta Complexidade
Proj./Ativ. 2.041 **Manutenção do Hospital Municipal**
Dotação 227 3390.30 Material de Consumo

Órgão 07 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 303 Suporte Profilático e Terapêutico
Programa 0012 Assistência Farmacêutica
Proj./Ativ. 2.045 **Farmácia Básica**
Dotação 206 3390.30 Material de Consumo

Peixoto de Azevedo – MT., 27 de Maio de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 045/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***FISTAROL & FISTAROL LTDA***

O objetivo é o fornecimento, pela ***CONTRATADA****, é de* **Aquisição de Medicamentos e Materiais de uso Hospitalar em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde Conforme Ordem de Fornecimento em anexo.**

R$ 251.604,03 *(duzentos e cinqüenta e um mil seiscentos e quatro reais e três centavos).*

O prazo de vigência do presente Contrato será de 27/05/2010 a 27/11/2010

Órgão 07 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 301 Atenção Básica
Programa 0010 Atenção Básica a Saúde
Proj./Ativ. 2.036 **Manutenção e Encargos Saúde da Família - PSF**
Dotação 202 3390.30 Material de Consumo

Órgão 07 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 0011 Atendimento de Média e Alta Complexidade
Proj./Ativ. 2.041 **Manutenção do Hospital Municipal**
Dotação 227 3390.30 Material de Consumo

Órgão 07 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 303 Suporte Profilático e Terapeutico
Programa 0012 Assistência Farmaceutica
Proj./Ativ. 2.045 **Farmácia Básica**
Dotação 206 3390.30 Material de Consumo
Peixoto de Azevedo-MT, 27 de Maio de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 046/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **DIST. DE MED. BEVILAQUA LTDA**
O objetivando o fornecimento, pela ***CONTRATADA****, é de* **Aquisição de Medicamentos e Materiais de uso Hospitalar em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde Conforme Ordem de Fornecimento em anexo.**

Valor de R$ 162.140,53 *(cento e sessenta e dois mil cento e quarenta reais e cinqüenta centavos).*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 27/05/2010 a 27/11/2010

Órgão 07 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 301 Atenção Básica
Programa 0010 Atenção Básica a Saúde
Proj./Ativ. 2.036 **Manutenção e Encargos Saúde da Família - PSF**
Dotação 202 3390.30 Material de Consumo

Órgão 07 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 0011 Atendimento de Média e Alta Complexidade
Proj./Ativ. 2.041 **Manutenção do Hospital Municipal**
Dotação 227 3390.30 Material de Consumo

Órgão 07 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 303 Suporte Profilático e Terapeutico
Programa 0012 Assistência Farmaceutica
Proj./Ativ. 2.045 **Farmácia Básica**
Dotação 206 3390.30 Material de Consumo

Peixoto de Azevedo-MT, 27 de Maio de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 047/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***A. N REGIONAL PASSAGENS LTDA-ME***

O objetivo é o fornecimento, pela ***CONTRATADA****,* CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA ADMINISTRAÇÃO CONFORME ORDEM DE FORNECIMENTO EM ANEXOX.

O valor **de R$ 158.104,32 (cento e cinqüenta e oito mil e cento e quatro reais e trinta e dois centavos**.
O prazo de vigência do presente contrato de **28/05/2010 á 28/11/2010.**.
Órgão 04 Secretaria Mun. de Administração
Unidade 001 Gabinete da Secretaria de Administração
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2008 Manut. Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação **080** 339033 Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 04 Secretaria Mun. de Administração
Unidade 001 Gabinete da Secretaria de Administração
Função04 Administração
Subfunção 128 Formação de Recursos Humanos
Proj./Ativ. 2013 Capacitação de Recursos Humanos
Dotação 099 339033 Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 05 Secretaria Mun. de Planejamento e Fazenda
Unidade 001 Gabinete da Secretaria de Administração
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2008 Manutenção Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação 063 339033 Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 06 Secretaria Mun. de Educação e Cultura
Unidade 001 Gabinete do Secretário
Função12 Educação
Subfunção 128 Formação de Recursos Humanos
Proj./Ativ. 2015 Capacitação de Recursos Humanos da Educação
Dotação 119 339033 Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 06 Secretaria Mun. de Educação e Cultura
Unidade 001 Gabinete do Secretário
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2061 Manutenção e Encargos com Gab. Séc. Educação
Dotação 241 339033 Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 06 Secretaria Mun. de Educação e Cultura
Unidade 003 Depto de Cultura

Função13 Cultura
Subfunção 392 Difusão Cultural
Proj./Ativ. 2034 Manutenção e Encargos com Depto de Cultura
Dotação 637 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 06 Secretaria Mun. de Educação e Cultura
Unidade 006 FUNDEB, Fundo Mun. Educ. Básica – 40
Função12 Educação
Subfunção 365 Ensino Infantil
Proj./Ativ. 2023 Manut. Encargos Fundeb 40 – Educ. Infantil
Dotação 326 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 07 Secretaria Mun. de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 304 Vigilância Sanitária
Proj./Ativ. 2047 Manut. da Vigilância Sanitária
Dotação 186 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 07 Secretaria Mun. de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 301 Atenção Básica
Proj./Ativ. 2036 Manut. e Encargos Saúde da Família - PSF
Dotação 201 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 07 Secretaria Mun. de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Proj./Ativ. 2043 Manutenção do CAPS
Dotação 213 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 07 Secretaria Mun. de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Proj./Ativ. 2041 Manutenção do Hospital Municipal
Dotação 226 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 08 Séc. Mun. Assist. Social, Trab. e Cidadania
Unidade 002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função08 Assistência Social
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2052 Manut. Fundo Assistência Social – FMAS
Dotação 353 339033Passagens e Despesas com Locomoção
Saldo Orçamentário: R$ 2.000,00

Órgão 08 Séc. Mun. Assist. Social, Trab. e Cidadania
Unidade 003 Fundo Municipal Crianças e Adolescentes
Função08 Assistência Social
Subfunção 243 Assistência a Criança e ao Adolescente
Proj./Ativ. 2053 Manut. Encargos com o Conselho Tutelar
Dotação 649 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 09 Secretaria Municipal Agricultura Ind. e Comércio
Unidade 001 Gabinete do Secretário
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2008 Manut. Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação 430 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 10 Secretaria Mun. Meio Ambiente, Mineração e Turismo
Unidade 002 Fundo Municipal de Meio Ambiente

Função18 Gestão Ambiental
Subfunção 541 Preservação e Conservação Ambiental
Proj./Ativ. 2088 Programa Agenda 21
Dotação 665 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 11 Secretaria Mun. De Obras e Serviços Urbanos
Unidade 001 Gabinete do Secretário
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2008 Manut. Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação 584 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 13 Secretaria Mun. de Esportes e Lazer
Unidade 001 Gabinete do Secretário
Função27 Desporto e Lazer
Subfunção 812 Desporto Comunitário
Proj./Ativ. 2094 Implantação, Manut. Séc. Mun. Esports e Lazer
Dotação 619 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 10 Secretaria Mun. de Meio Ambiente Mineração Turismo
Unidade 001 Gabinete do Secretário
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2.008 Manut. Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação 482 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Peixoto de Azevedo-MT, 28 de Maio de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 048/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***REINALDO FERREIRA PINHEIRO-ME***

O objetivo é o fornecimento, pela ***CONTRATADA****,* CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA ADMINISTRAÇÃO CONFORME ORDEM DE FORNECIMENTO EM ANEXO X.

Do Valor **R$ 49.404,00(quarenta e nove mil quatrocentos e quatro reais***)*

A vigência do presente contrato terá como termo inicial em 28/05/2010 até 28 /11/ 2010

Órgão 04 Secretaria Mun. de Administração
Unidade 001 Gabinete da Secretaria de Administração
Função04 Administração
Subfunção 128 Formação de Recursos Humanos
Proj./Ativ. 2013 Capacitação de Recursos Humanos
Dotação 099 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 05 Secretaria Mun. de Planejamento e Fazenda
Unidade 001 Gabinete da Secretaria de Administração
Função04 Administração
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2008 Manutenção Encargos com Atividades da Secretaria
Dotação 063 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 06 Secretaria Mun. de Educação e Cultura
Unidade 006 FUNDEB, Fundo Mun. Educ. Básica – 40
Função12 Educação
Subfunção 361 Ensino Fundamental
Proj./Ativ. 2021 Manut. Encargos Ensino Fundamental
Dotação 314 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 07 Secretaria Mun. de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde

Função10 Saúde
Subfunção 304 Vigilância Sanitária
Proj./Ativ. 2047 Manut. da Vigilância Sanitária
Dotação 186 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 07 Secretaria Mun. de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 301 Atenção Básica
Proj./Ativ. 2036 Manut. e Encargos Saúde da Família - PSF
Dotação 201 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 07 Secretaria Mun. de Saúde
Unidade 001 Fundo Municipal de Saúde
Função10 Saúde
Subfunção 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Proj./Ativ. 2041 Manutenção do Hospital Municipal
Dotação 226 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 08 Séc. Mun. Assist. Social, Trab. e Cidadania
Unidade 002 Fundo Municipal de Assistência Social
Função08 Assistência Social
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2052 Manut. Fundo Assistência Social – FMAS
Dotação 353 339033Passagens e Despesas com Locomoção
Saldo Orçamentário: R$ 2.000,00

Órgão 08 Séc. Mun. Assist. Social, Trab. e Cidadania
Unidade 001 Gabinete do Secretário
Função08 Assistência Social
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 2051 Manut. Encargos Ativ. Sec. Assist. Social
Dotação 413 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Órgão 13 Secretaria Mun. de Esportes e Lazer
Unidade 001 Gabinete do Secretário
Função27 Desporto e Lazer
Subfunção 812 Desporto Comunitário
Proj./Ativ. 2094 Implantação, Manut. Séc. Mun. Esports e Lazer
Dotação 619 339033Passagens e Despesas com Locomoção

Peixoto de Azevedo-/MT, 28 de Maio de 2010.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

PORTARIA Nº. 272/2010
De 15 de junho de 2010

"Exonera a pedido, **Cicera da Silva** e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, CARMEN LIMA DUARTE, usando de suas prerrogativas legais, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido **Cicera da Silva** a partir de 15 de junho de 2010, do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 15 de junho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONHECIMENTO AO PUBLICO
AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2010

A Comissão de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o anexo II – Cronograma do Processo Seletivo Simplificado 001/2010, torna público que NÃO HOUVE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PUBLICADO NO DIA 14/06/2010.

Porto dos Gaúchos/MT, 17 de junho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO DE EDITAL
LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PEÇOS Nº 011/2010

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos – MT, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, 19, Porto dos Gaúchos – MT, CEP – 78.560-000, inscrita no CNPJ sob nº 03.204.187/0001-33, fone/fax (066) 3526-1219, por meio da sua CML – Comissão Municipal de Licitação, torna público para os interessados do ramo, que fará realizar, no dia 30 de junho de 2010 às 14:00 horas, em sua sede, conforme as disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço global.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de um veículo tipo pickup para uso na assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares deste município de acordo com o convenio de nº 0310095-98/2009/MDA – Programa PRONATER.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, através da Comissão Municipal de Licitação, fornecerá mediante pagamento da taxa de R$ 110,00 (cento e dez reais), cópia do Edital, especificações do objeto e demais elementos necessários, as empresas do ramo, interessadas em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento deste órgão licitante.

Porto dos Gaúchos, 16 de junho de 2010.

ILÁRIO REZER
Presidente da CPL

EDITAL DE CONHECIMENTO AO PUBLICO
AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2010

A Comissão de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o anexo II – Cronograma do Processo Seletivo Simplificado 001/2010, torna público que NÃO HOUVE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PUBLICADO NO DIA 14/06/2010.

Porto dos Gaúchos/MT, 17 de junho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MUNICIPAL Nº. 001/2010

A Comissão de Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o anexo II – Cronograma do Processo Seletivo Simplificado 001/2010, **TORNA PÚBLICO** as inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado 001/2010 uma vez que NÃO HOUVE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES publicado no dia 14/06/2010 conforme a seguir:

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO B – CRECHE MUNICIPAL PEQUENO PRÍNCIPE

Inscrição	Candidato	Situação
007	Ruth Amélia do Nascimento	Deferida
011	Maria Auxiliadora de Lima	Deferida
018	Eliane Magalhães	Deferida
019	Ana Cristina de Oliveira	Deferida
020	Rosângela Pereira do Nascimento	Deferida
038	Vanilde Aparecida Ninow	Deferida
044	Maria Izabel Barbosa Alves	Deferida
046	Patricia de Souza	Deferida
052	Eliana João de Macedo	Deferida
056	Rose Tineu Nunes	Deferida
058	Neusa Nunes da Silva	Deferida
062	Thaíse Pinheiro Santos	Deferida
063	Josiane de Souza Stainer	Deferida
066	Paula Fernanda da Cruz Campinas	Deferida
067	Madaleni Rezer	Deferida
069	Rosilene Sousa Moraes	Deferida
070	Sueli Souza Campos	Deferida
101	Enir do Amaral	Deferida
108	Silene Lopes de Souza	Deferida
111	Sueli Lima do Nascimento	Deferida

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO A – CRECHE MUNIC. PEQUENO PRÍNCIPE

Inscrição	Candidato	Situação
085	Nilva Divina de Jesus	Deferida
099	Solange Kelli do Amaral Pereira	Deferida

CARGO: PROFESSOR – CRECHE MUNIC. PEQUENO PRÍNCIPE

Inscrição	Candidato	Situação
005	Mariluce dos Santos	Deferida

CARGO: PROFESSOR – ESCOLA MUNICIPAL VALSIR ANDRÉ FERRARINI

Inscrição	Candidato	Situação
031	Marinéia da Silva	Deferida

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO B – ESCOLA MUNIC. VALSIR ANDRÉ FERRARINI

Inscrição	Candidato	Situação
032	Claudete do Nascimento Brito	Deferida
121	Márcia Moreira Paulino	Deferida

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO E – ESCOLA MUNIC. VALSIR ANDRÉ FERRARINI

Inscrição	Candidato	Situação
033	Geneide Aparecida Monteiro	Deferida

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO E - ESCOLA MUNICIPAL CORGÃO

Inscrição	Candidato	Situação
010	Gleice Juliana Bobbi	Deferida
014	Alenir Miranda Fray	Deferida
060	Denise de Almerida Ribeiro	Deferida
065	Geane Ferreira da Silva	Deferida
100	Maria Silvana Gonçalves	Deferida

CARGO: MOTORISTA – ESCOLA MUNICIPAL CORGÃO

Inscrição	Candidato	Situação
008	Ademir Teixeira de Miranda	Deferida
054	Vanderlei Marcos Ferreira	Deferida
082	Adir Almeida de Paula	Indeferida
098	Claudinei Bobbo	Deferida

CARGO: PROFESSOR - PRESÍDIO

Inscrição	Candidato	Situação
078	Márcia dos Santos	Deferida

CARGO: PROFESSOR – ESCOLA MUNIC. GUSTAVO ADOLFO WILKE

Inscrição	Candidato	Situação
025	Marinez Rezer da Rosa	Deferida
030	Reginaldo César Garcia Martins	Deferida
036	Lilian Meire Leite Vieira	Deferida
039	Diva Cordeiro Pereira	Deferida
040	Claudia Seraphim Mano Bogo	Deferida
041	Katt Lucy Carvalho Cunha	Deferida
042	Leandro Medeiros Carlos	Deferida
055	Marcilene de Melo Sousa	Deferida
081	Aécio da Cruz Silva	Deferida
084	Juliana Tineu Nunes	Deferida
090	Rosângela Camargo Lopes	Deferida
104	Lenir dos Santos	Deferida
107	Fátima Zelinda Boasek	Deferida
116	Cristiane de Jesus Melo	Deferida

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO – ESCOLA MUNIC. GUSTAVO ADOLFO WILKE

Inscrição	Candidato	Situação
048	Adrieli Gonçalves de Oliveira	Deferida
057	Eduardo Erharter Gabriel	Deferida

087	Robson Prieve	Deferida
093	Veridiana Bonfim Boasek	Deferida
094	Christian Nogueira dos Santos	Deferida
097	Alessandra Gonçalves da Silva	Deferida
109	Ester dos Santos Bernardes	Deferida
112	Ricardo Kozerski	Deferida

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO – ESCOLA MUNIC. GUSTAVO ADOLFO WILKE

Inscrição	Candidato	Situação
002	Maria Eduarda Ferreira da Silva	Deferida
016	Vânia Aparecida Cupaioli	Deferida
015	Half Bronner Rodrigues	Deferida
017	Elidiane Karine Trevisan	Deferida
043	Maristela Walter Isernhagen	Deferida
047	Matilde Silveira	Deferida
071	Franciele do Nascimento	Deferida
075	Lucilene Rodrigues de Carvalho	Deferida
086	Alexandra Silvério de Almeida	Deferida
115	Kellin Renant Ribeiro Santoni	Deferida

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO B – ESCOLA MUNIC. GUSTAVO ADOLFO WILKE

Inscrição	Candidato	Situação
013	Leonardo de Medeiros Carlos	Deferida
027	Aparecida de Lourdes da Rocha	Deferida
037	Eunice Ramires do Nascimento Oliveira	Deferida
059	Vanderleia Bianchezzi dos Santos	Deferida
080	Vilma da Conceição Ribeiro	Deferida
095	Erenita Gomes de Morais	Deferida
118	Cleide Rodrigues Ribeiro	Deferida

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO B – BIBLIOTECA MUNICIPAL

Inscrição	Candidato	Situação
006	Roselaine Novais	Deferida
021	Silvia Ferreira dos Santos	Deferida
022	Lourdes Gonçalves da Costa	Deferida
028	Rosana Barbosa da Silva	Deferida
050	Silvane Pereira de Oliveira	Deferida
064	Luzinete Aparecida Rodrigues	Deferida
074	Marinalva Gomes Martins	Deferida
077	Jacqueliny Chaves de Souza	Deferida
089	Alessandra Cristina da Silva Oliveira	Deferida
092	Márcia Gomes Martins	Deferida
110	Sandra Lima do Nascimento	Deferida

CARGO: MONITOR ESPORTIVO

Inscrição	Candidato	Situação
026	Luciano dos Santos	Deferida
029	Laércio Batista da Silva	Deferida
034	Juliana Gutierres Acosta	Deferida
035	Ariane Bruna dos Santos	Deferida

053	Vanderlino de Jesus Ferreira	Deferida
083	Osvaldo Felipe dos Santos	Deferida
091	Jean Erlich da Silva	Deferida
102	Marques Rogério Ferreira Amorim	Deferida
103	Marcelo Giovani Leite Vieira	Deferida
105	Fernando da Silva	Deferida

CARGO: DENTISTA – PSF RURAL – SÃO JOÃO E NOVO PARANÁ

Inscrição	Candidato	Situação
113	Robson Basso Colabelo	Deferida

CARGO: ZELADOR – NOVO PARANA

Inscrição	Candidato	Situação
009	Sônia Maria Nunes de Almeida	Deferida
023	Célia Silva Gomes	Deferida
049	Rosilene Raimondi Biachezzi	Deferida
068	Raquel de Oliveira Santos	Deferida
073	Inocência Rodrigues dos Santos	Deferida
076	Luzia da Silva Rodrigues Carvalho	Deferida
117	Alexia Poliana Rezer	Deferida
119	Otávio Soares Barrozo	Deferida

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM – RIO ENGANO

Inscrição	Candidato	Situação
001	Carlito Januário da Silva	Deferida
004	Divanildo de Arruda Grossklaus	Deferida

CARGO: FARMACÊUTICO – BIOQUÍMICO – NASF - SAÚDE

Inscrição	Candidato	Situação
012	Elton Juliano Bündchen	Deferida
024	Paula Taynara Albertini Silva	Deferida
072	Rodolfo Barros Ortegoza	Deferida
088	Michelli Bárbara Vieira Zanol	Deferida

CARGO: ENFERMEIRO – GLEBA SÃO JOÃO

Inscrição	Candidato	Situação
003	Rivania Pinto Maia Grossklaus	Deferida
051	Hellen Florentina Bonfim dos Santos	Deferida
106	Juliana Marra Sepúlveda	Deferida
114	Lincoln Diogo da Silva	Deferida

CARGO: SERVIÇOS GERAIS – GLEBA SÃO JOÃO

Inscrição	Candidato	Situação
045	Selma Mussolin Pereira	Deferida
079	Luiz Inocêncio Sales	Deferida
096	Marcos Carlos Dolla	Deferida
120	Rosani Ferreira de Souza	Deferida

I – Os candidatos que tiveram inscrição homologada estão aptos à realização da **Prova Objetiva de Múltipla Escolha**, que será realizada no dia **20 de Junho de 2010, às 08:00 horas** na Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, situada na Praça Leopoldina Wilke.

II – Os candidatos deverão comparecer ao local determinado para a realização da prova, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o início das mesmas, munido do comprovante de inscrição, documento de identidade com foto (original) e caneta esferográfica azul ou preta.

III – Mais informações poderão ser obtidas no painel de Publicações da Prefeitura Municipal e pelo site www.amm.org.br em caráter meramente informativo.

IV – Revogadas as disposições em contrário, este Edital entra em vigor na data de sua Publicação.

Porto dos Gaúchos/MT, 17 de Junho de 2010

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

ELIZABETE MARTA KREBS LOPES
Presidente da Comissão

Prefeitura Municipal de Poxoréu

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 168/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT
CONTRATADA: B. H. C. PESSO & CIA. LTDA – ME (GRÁFICA DO PEZÃO)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS
VALOR: R$ 24.930,00 (VINTE E QUATRO MIL NOVECENTOS E TRINTA REAIS)
VIGÊNCIA: 31/12/2010
DATA: 17/05/2010

CONTRATO Nº 169/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT
CONTRATADA: ESPAÇO GRÁFICA E PUBLICIDADE LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS
VALOR: R$ 26.350,10 (VINTE E SEIS MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS E DEZ CENTAVOS)
VIGÊNCIA: 31/12/2010
DATA: 17/05/2010

ILDEBRANDE ALVES BARCELOS
PRESIDENTE DA CPL

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

Lei nº. 408/10 **Em, 16 de junho de 2010.**

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, Senhor **APARECIDO MARQUES MOREIRA**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal de Ribeirãozinho/MT, autorizado a transportar alunos do município para a cidade de Barra do Garças/MT, matriculados no curso de Pós Graduação de "Gestão em Saúde Pública" ministrado pela Instituição Mato-Grossense de Pós Graduação (IMP) uma vez por mês, sempre no final de semana.

Art. 2º - Em contra partida, os alunos deverão participar de todas as campanhas de vacinação desenvolvidas pela Secretaria Adjunta de Saúde do município.

Art. 3º - As despesas com combustíveis e manutenção do veículo correrão por conta da municipalidade, sendo que as despesas de hospedagem e alimentação do motorista ficarão a cargo dos alunos.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária constantes do orçamento vigente e posteriores.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e dez.

Aparecido Marques Moreira
PREFEITO MUNICIPAL

LEI N.º 409 DE 16 DE JUNHO DE 2010.

Cria a Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do município de Ribeirãozinho e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL aprova e eu, o Prefeito do Município de Ribeirãozinho sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC do Município de Ribeirãozinho diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais.

III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada.

IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art 3º - A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art 4º - A Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil, obedecendo a Escala Nacional e Estadual.

Art 5º - A COMDEC compor-se-á de:

Presidente;
Secretaria Executiva;
Coordenadoria de Transportes e Combustível;
Coordenadoria de Assistência Social;
Coordenadoria de Saúde;
Coordenadoria de Obras Especiais e Levantamento de Danos e Recuperação;
Coordenadoria de Entidades não Governamentais e Voluntariado;

Art 6º - O Secretário Executivo da COMDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo as atividades de defesa civil no município.

Art 7º - Constarão, obrigatoriamente, dos currículos escolares nos estabelecimentos de ensino da Prefeitura, noções gerais sobre procedimentos de defesa civil.

Art 8º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único: A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art 9º - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e dez.

Aparecido Marques Moreira
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2010

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições conforme Portaria 035/2010 de 02/06/2010, Torna pública a retificação da relação de candidatos inscritos para o referido processo a realizar-se no dia 18 de junho de 2010, conforme o Edital nº 002/2010.

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

N° ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS
01	004	MARTA CELESTINO SANTOS

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

N° ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS
01	002	GRACIELE DOS SANTOS RESENDE
02	007	KATIA CRISTINA DE CARVALHO MATSUMUTO

CARGO: ENFERMEIRA PADRÃO

N° ORDEM	N° INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS
1	001	KEILA LARISSA FAVARO
2	003	NORMA CRISTIAN DUTRA LIMA
3	005	ALICE MARIA DA CUNHA GONÇALVES
4	006	ALZIRA NOGUEIRA NETA

Ribeirãozinho, 17 de junho de 2010.

Comissão processo seletivo 002/2010
janilde oliveira soares
presidente

Prefeitura Municipal de Rondolândia

PORTARIA Nº. 01.247/GP/PMR/09 DE 31 DE JULHO DE 2009

Exonera ADENALDO ALECRIM DOURADO no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

GILCIMAR BUSS, Secretario Municipal de Administração no uso de suas atribuições legais que trata o Decreto n° 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009;

RESOLVE:

Art. 1° -Exonerar a pedido **ADENALDO ALECRIM DOURADO** do cargo efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** com fundamento no artigo 45, inciso I combinado com artigo 46 da LCM n° 3, de 17/10/2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01.250/GP/PMR/09 DE 01 DE AGOSTO DE 2009

Exonera a pedido JEANE MACHADO OLIVEIRA CASTRO do cargo efetivo de MEDÍCO..

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1° - Exonera a pedido *JEANE MACHADO OLIVEIRA CASTRO* no cargo efetivo de **MEDÍCO**, junto a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Decisão Administrativa nº.005/2009 de 20 de julho de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01.251/GP/PMR/09 DE 01 DE AGOSTO DE 2009

Exonera a pedido ELIS ANGELA DE OLIVEIRA BARROSO do cargo efetivo de PROFESSOR..

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1° - Exonera a pedido *ELIS ANGELA DE OLIVEIRA BARROSO* no cargo efetivo de **PROFESSOR DE 1ª A 4ª SERIE**, junto Ao Fundo Municipal de Educação-FUNDEB, conforme Decisão Administrativa nº.003/2009 de 15 de julho de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01.252/GP/PMR/09 DE 01 DE AGOSTO DE 2009

Exonera a pedido CLEUSA JUSTINO DA SILVA do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1° - Exonera a pedido *CLEUSA JUSTINO DA SILVA* no cargo efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**, junto Ao Fundo Municipal de Saúde, conforme Decisão Administrativa nº.004/2009 de 17 de julho de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01.253/GP/PMR/09 DE 28 DE AGOSTO DE 2009

Exonera a pedido JANAINA ALESSANDRA DE OLIVEIRA BARROSO do cargo efetivo de Professor Magistério classe A- nível I

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido *JANAINA ALESSANDRA DE OLIVEIRA BARROSO*, do cargo efetivo de **Professor magistério clase A- nível I,** junto Ao Fundo Municipal de Educação, conforme Decisão Administrativa nº.012/2009 de 28 de agosto de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/08/2009.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01.254/GP/PMR/09 DE 28 DE AGOSTO DE 2009

Exonera a pedido CRISTIANE RODRIGUES DE LIMA do cargo efetivo de Inspetor de Alunos.

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido *CRISTIANE RODRIGUES DE LIMA, do Cargo Efetivo de Inspetor de Alunos*, junto Ao Fundo Municipal de Educação, conforme Decisão Administrativa nº.011/2009 de 28 de agosto de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/08/2009.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01.256/GP/PMR/09 DE 01 DE SETEMBRO DE 2009

Exonera MANOEL ANTONIO DA COSTA no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

GILCIMAR BUSS, Secretario Municipal de Administração no uso de suas atribuições legais que trata o Decreto n° 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º -Exonerar a pedido **MANONEL ANTONIO DA COSTA** do cargo efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** com fundamento no artigo 45, inciso I combinado com artigo 46 da LCM n° 3, de 17/10/2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01.270/GP/PMR/09 DE 30 DE SETEMBRO DE 2009

Revoga a Portaria 01.250/GP/PMR/09 de 01 de Agosto de 2009, e Exonera a pedido JEANE MACHADO OLIVEIRA CASTRO do cargo efetivo de MEDÍCO

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - *Revoga a Portaria 01.250/GP/PMR/09 de 01 de Agosto de 2009, e Exonera a pedido JEANE MACHADO OLIVEIRA CASTRO do cargo efetivo de MEDÍCO* , junto da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31/03/2009.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01.271/GP/PMR/09 DE 30 DE SETEMBRO DE 2009

Revoga a Portaria 01.256/GP/PMR/09 de 01 de setembro de 2009, e Exonera a pedido MANOEL ANTONIO DA COSTA do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - *Revoga a Portaria 01.256/GP/PMR/09 de 01 de Setembro de 2009, e Exonera a pedido MANOEL ANTONIO DA COSTA do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM.*, junto da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14/04/2009.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01.288/GP/PMR/09 DE 29 DE JANEIRO DE 2010.

Exonera a pedido ANTONIO RIBEIRO DE ALMEIDA do cargo efetivo de PROFESSOR..

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido *ANTONIO RIBEIRO DE ALMEIDA* no cargo efetivo de PROFESSOR, junto a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme Decisão Administrativa nº.06/2010 de 29 de Janeiro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BERTILHO BUSS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 01260/GP/PMR/09 DE 11 DE SETEMBRO DE 2009

Exonera a pedido SIMONE APARECIDA GUIMARÃES no cargo EFETIVO de Apoio administrativo educacional classe-B Nível I.

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera SIMONE APARECIDA GUIMARÃES, do cargo efetivo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL CLASSE-B, NIVEL** junto ao **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FUNDEB).**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2009.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01273/GP/PMR/09 DE 28 DE OUTUBRO DE 2009

Exonera a pedido ALENIR DE PINHO ROMUALDO do cargo efetivo de agente administrativo.

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido *ALENIR DE PINHO ROMUALDO*, do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** junto da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 05 de outubro de 2009.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01274/GP/PMR/09 DE 28 DE OUTUBRO DE 2009

Exonera a pedido WELINGTON DE ARAUJO OLIVEIRA do cargo efetivo de auxiliar de serviços odontológicos.

GILCIMAR BUSS, Secretário Municipal de Administração de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 412/GAB/PMR de 06 de Julho de 2009 e Art. 71 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **WELINGTON DE ARAUJO OLIVEIRA,** do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS** junto da SECRETARIA DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 08 de Setembro de 2009.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

GILCIMAR BUSS
Secretario de Administração

PORTARIA Nº. 01297/GP/PMR/09 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009

Exonera a pedido VALDEMIR DE CARLI JUNIOR do cargo efetivo de AUX. DE MECÂNICA.

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido *VALDEMAR DE CARLI JUNIOR*, do cargo efetivo de **AUXILIAR DE MEÂNICA** junto da SECRETARIA DE OBRAS, conforme Decisão Administrativa nº..08./2010 de 17 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BERTILHO BUSS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 01310/GP/PMR/10 DE 18 DE MARÇO DE 2010

Exonera a pedido ELIZABETE ALMEIDA DA SILVA do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE.

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido *ELIZABETE ALMEIDA SILVA*, do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE** de junto da SECRETARIA DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 2010.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BERTILHO BUSS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 01311/GP/PMR/10 DE 18 DE MARÇO DE 2010

Exonera a pedido NATAL TURCI do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS.

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido *NATAL TURCI*, do cargo efetivo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS** de junto da SECRETARIA DE OBRAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BERTILHO BUSS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 01312GP/PMR/10 DE 18 DE MARÇO DE 2010

Exonera a pedido VALTAIR ALVES PACHECO do cargo efetivo de ZELADOR

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido *VALTAIR ALVES PACHECO*, do cargo efetivo de **ZELADOR** junto da SECRETARIA DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 2010.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BERTILHO BUSS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 01313GP/PMR/10 DE 18 DE MARÇO DE 2010

Exonera a pedido BIANCA MARIA DE SOUZA VIRGOLINO do cargo efetivo de MÉDICO.

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido *BIANCA MARIA DE SOUZA VIRGOLINO*, do cargo efetivo de **MÉDICO** junto da SECRETARIA DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 2010.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BERTILHO BUSS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 01314GP/PMR/10 DE 18 DE MARÇO DE 2010

Exonera a pedido WHALISSON OLIVEIRA LIMA do cargo efetivo de AUDITOR PUBLICO INTERNO.

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido *WHALISSON OLIVEIRA LIMA*, do cargo efetivo de **AUDITOR PUBLICO INTERNO** junto da SECRETARIA DE FINANÇAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 2010.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BERTILHO BUSS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 01332GP/PMR/10 DE 17 DE MAIO DE 2010

Exonera a pedido CLAUDIA GUEDES DE OLIVEIRA do cargo efetivo de Assistente Técnico do Auditor Publico Interno.

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido *CLAUDIA GUEDES DE OLIVEIRA*, do cargo efetivo de **ASSISTENTE TÉCNICO DO AUDITOR PUBLICO INTERNO,** de junto da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 10/05/2010.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BERTILHO BUSS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 01340/GP/PMR/10 DE 08 DE JUNHO DE 2010

Exonera a pedido ADRIANO BENEDITO GONÇALVES do cargo efetivo de PROFESSOR II CLASSE B LICEN. PLENA 40 h.

BERTILHO BUSS, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **ADRIANO BENEDITO GOLÇALVES** do Cargo efetivo de **PROFESSOR II CLASSE B LICEN. PLENA 40 h,** de junto do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FUNDEB.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seu efeito ao dia 02/06/2010.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

BERTILHO BUSS
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

A PREFEITURA MUNICPAL DE RONDOLÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.221.486/0001-49, neste ato representado pelo **Sr. Antoninho Batista de Oliveira**, Diretor do Departamento de Recursos Humanos, certifica Para fins de comprovação a quem possa interessar , que a **Sr. CLAUDINEI G.DA SILVA,** Não compareceu no **ATO DA POSSE** na data prevista de acordo com o **edital de Convocação de processo seletivo** nº....018/2010..../DRH/SEMAD do dia..11../..06.../.2010..., publicado no J.O.M/AMM do dia .12./..06.../...2010..e mural de publicações do átrio poder e Câmara municipal na forma da LOM – entre os dias 11/06/2010 a 14/06/2010 para assumir vaga oferecida no processo seletivo **Concurso Publico nº 001/2007.** Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Rondolandia-MT, em 17 de JUNHO de 2010.

ANTONINHO BATISTA DE OLIVEIRA
DIRETOR D.R.H
PORT. Nº. 01.192/GAB/PMR/09

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2010

Objeto Aquisição de Telhas, Portas e Tintas, conforme especificações contidas no Anexo I e Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços, complementando o Pregão Presencial nº 006/2010. Data de abertura: 06/07/2010 às 08:00 horas. Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato/MT. O Edital Completo pode ser solicitado pelos interessados pelo fone: (65)3529-6161 e pelo Email:licitacao@santaritadotrivelato.mt.gov.br. Santa Rita do Trivelato/ MT, 16 de junho de 2010. LUIZ CARLOS FIDALSKI - Secretário de Administração.

LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2010
DE 16 DE JUNHO DE 2010

SÚMULA: ***"Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras, Vagas e Vencimentos, dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato, Mato Grosso e dá outras providências."***

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal Complementar

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica reformulado o Plano de Cargos, Carreiras, Vagas e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, integrado por cargos de provimento efetivo e em comissão.

Art. 2º. O presente Plano aplica-se aos servidores da Câmara regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato.

Art. 3º. Para efeitos deste Projeto de Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

I- Carreira: o conjunto de níveis de um cargo organizados em seqüência e dispostos hierarquicamente, de acordo com a complexidade e responsabilidade que apresentem, observados os requisitos mínimos de escolaridade, qualificação e experiência profissional no serviço público;

II- Servidor Público: pessoa legalmente investida em cargo, sob o regime do Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

III- Progressão: a passagem de um nível para outro dentro do mesmo cargo, decorrente de cumprimento de interstício de tempo de serviço e de avaliação de desempenho funcional nos termos desta Lei;

IV- Servidor: a pessoa legalmente investida em cargo público sob o regime estatutário do Estatuto dos Servidores Públicos Civil do Município.

V- Cargo: o conjunto de atribuições e responsabilidades cabíveis ao servidor, criado por lei, com denominação própria e número certo, pago pelos cofres públicos;

VI-Vencimento: a retribuição pecuniária devida ao servidor pela efetiva execução das atribuições do cargo no qual está enquadrado;

VII- Quadro de pessoal: o conjunto de cargos e funções pertencentes à estrutura funcional da Câmara Municipal;

VIII- Remuneração: a retribuição a que faz jus o servidor público compreendida pelo vencimento acrescido de complemento constitucional e outras vantagens permanentes ou temporárias.

IX- Grupo Ocupacional – agrupamento de cargos da mesma natureza, requisitos e responsabilidades semelhantes, que justifiquem tratamento de vencimentos similar, segundo a natureza do trabalho ou grau de conhecimento exigido para o seu desempenho;

X- Nível de Vencimento – designação da posição hierárquica do cargo na tabela de vencimentos;

XI- Classe Salarial – conjunto de cargos da mesma natureza funcional, representada por letras, com progressão horizontal de índices, segundo o nível de vencimento;

XII- Enquadramento Inicial - define o nível de vencimento e a classe salarial inicial do cargo;
XIII- Referência – símbolo indicativo do valor do vencimento fixado em resolução;
XIV- Proventos: retribuição paga mensalmente ao servidor aposentado;
XV- Enquadramento Final - estabelece o nível de vencimento e a classe salarial final do cargo.

CAPITULO II
DO FUNCIONAMENTO PÚBLICO
SEÇÃO I
DOS CONCURSOS PÚBLICOS

Art. 4º. O provimento dos cargos efetivos será precedido de concurso público de provas ou provas e títulos.

Art. 5º. O prazo de validade do concurso público será de dois anos, a contar da homologação de seu resultado, permitida a prorrogação por uma só vez e por igual período.
Art. 6º. Os concursos públicos reger-se-ão por editais que estabelecerão, em função da natureza da categoria funcional, a sua modalidade, as condições e requisitos para o provimento, o tipo de conteúdo e as categorias dos títulos, os critérios de julgamento, habilitação e classificação.
Art. 7º. A nomeação obedecerá à ordem de classificação no concurso público.

DO PROVIMENTO DE CARGOS

Art. 8º. Os cargos serão providos:
I - em caráter efetivo;
II - em comissão.

CAPITULO III
DO QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 9º. O Quadro de provimento efetivo e em comissão é integrado pelas seguintes categorias funcionais, com os respectivos números de vagas e padrão de vencimento e classe referencial:

QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CARGO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	Nº VAGAS	PADRÃO	COEFICIENTE INICIAL
CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO EM COMISSÃO				
CARGO	**FORMAÇÃO**	**VAGA**	**PADRÃO**	**COEFICIENTE**
Assessor Jurídico	Advogado Inscrito OAB	01	CC-06	13,06 Inicial R$ 2.499,81
Assessor Contábil	Nível Superior com registro CRC	01	CC-01	8,25 Inicial R$ 1.579,19
Assessor do Presidente	Nível Médio	01	CC-01	8,25 Inicial R$ 1.579,19
Coordenador de Finanças/Controle	Nível Médio Completo	01	CC-02	8,34 Inicial R$ 1.596,35
Secretário de Comunic. Social	Nível Médio Incompleto	01	CC-02	8,34 Inicial R$ 1.596,35
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO				
Serviços Gerais de Limpeza	Ensino Fundamental Incompleto	01	01	A até F Inicial R$ 520,63
Guarda de Patrimônio	Ensino Fundamental completo	02	01	A até F Inicial R$ 520,63
Recepcionista	Ensino Fundamental completo	01	02	A até F Inicial R$ 574,23
Auxiliar Administrativo I	Ensino Médio	02	03	A até F Inicial R$ 765,64

PREFEITURA
MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Gabinete do Prefeito

Motorista	Ensino Fundamental completo	01	04	A até F Inicial R$ 861,34
Diretor Administrativo	Ensino Médio completo.	01	05	A até F Inicial R$ 1.339,87
Controlador Legislativo	Nível Superior	01	06	A Até F Inicial R$ 2.105,51

Parágrafo Único: O Padrão Referencial é o da classe "A", atualmente fixado em R$ 191,41 (cento e noventa e um reais e quarenta e um centavos), para calcular a remuneração:

Modo de Cálculo: **Padrão Referencial X Coeficiente = Remuneração.**

PADRÃO, CLASSE E COEFICENTE – Cargos Efetivos

PADRÃO	A	B	C	D	E	F
01	2,72	2,85	2,99	3,13	3,28	3,44
02	3,00	3,15	3,30	3,46	3,63	3,81
03	4,00	4,20	4,41	4,61	4,84	8,08
04	4,50	4,72	4,95	5,19	5,44	5,71
05	7,00	7,42	7,87	8,34	8,84	9,37
06	11,00	11,55	12,12	12,72	13,35	13,96

PADRÃO, CLASSE E COEFICENTE – Cargos em Comissão

PADRÃO	A	B	C	D	E	F
CC-01	8,25	8,66	9,09	9,55	10,02	10,53
CC-02	8,34	8,75	9,19	9,65	10,13	10,64
CC-03	9,50	9,97	10,47	10,99	11,54	12,12
CC-04	10,50	11,02	11,57	12,15	12,76	13,40
CC-05	11,50	12,07	12,67	13,31	13,97	14,67
CC-06	13,06	13,71	14,39	15,11	15,87	16,66

CAPÍTULO IV
DOS GRUPOS OCUPACIONAIS, CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, VENCIMENTOS E REQUISITOS:

Art. 10º. O Quadro de Pessoal é estruturado em grupos ocupacionais classificados conforme sua natureza, a saber:

I- Grupo Ocupacional – Serviços Gerais e Administrativos
II- Grupo Ocupacional – Técnico/Operacional
III- Grupo Ocupacional – Profissional

§ 1º. O Grupo Ocupacional – Serviços Gerais e Administrativos é composto por cargos cujas atribuições requerem maior grau de destreza manual e relacionam-se à atividades operacionais e administrativas, de orientação aos usuários, manutenção, conservação, limpeza e reparos, segundo o nível de conhecimento e requisitos e atribuições definidas no Anexo II.

§ 2º. O Grupo Ocupacional – Técnico/Operacional, é composto por cargos cujo requisito de instrução é o nível de segundo grau e relaciona-se a atividades técnicas, burocráticas e auxiliares, que exigem iniciativa e decisão observadas a formação, requisitos e atribuições definidas no Anexo II.

§ 3º. O Grupo Ocupacional – Profissional, é composto por cargos cujo requisito de instrução é o nível de terceiro grau e relaciona-se com os aspectos teóricos e práticos atinentes à respectiva área de conhecimento, exigido registro no órgão fiscalizador da categoria, observados os requisitos e atribuições definidas no Anexo II.

Art. 11º. A denominação dos cargos, enquadramento inicial e final, número de vagas e jornada de trabalho semanal estão definidos nos Anexos III e IV.

Art. 12º. Os níveis de vencimentos, classes salariais e valores estão definidos no Anexo V.

Art. 13º. As funções e atribuições de cada cargo estão definidas no Anexo II.

Art. 14º. A criação de novos cargos será precedida de descrição formal, requisitos que o ocupante deve possuir forma de provimento, grupo ocupacional, fixação do vencimento, número de vagas e de lei específica.

Art. 15º. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável será re-enquadrado em cargo e vencimento similares no mesmo grupo ocupacional que pertence.

Parágrafo Único – Nos casos em que não haja possibilidade de re-enquadramento, o cargo ocupado pelo servidor será declarado em extinção.

CAPÍTULO V
DO INGRESSO

Art. 16. O ingresso de pessoas no quadro permanente ocorrerá mediante aprovação em concurso público de provas e ou de provas e títulos, nos termos definidos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, requisitos estabelecidos nesta lei e demais normas que disciplinam a matéria.

CAPÍTULO VI
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 17. O servidor nomeado para ocupar cargo público fica sujeito a estágio probatório, nos termos definidos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, observadas as normas estabelecidas no Anexo VII.

SEÇÃO I
DA PROMOÇÃO

Art. 18. A promoção será realizada dentro da mesma categoria funcional mediante passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior.

Art. 19. Cada categoria funcional terá seis classes designadas pelas letras A, B, C, D, E, F,

§1º. Cada cargo efetivo se situa dentro da categoria funcional, inicialmente na classe "A" sendo nomeado por portaria após aprovação em concurso.

§ 2º. Cada cargo em comissão será estabelecido de acordo com a tabela dos cargos e comissão (CC) iniciando pela classe "A" sendo nomeados por portaria do presidente da Câmara.

Art. 20. As promoções obedecerão ao critério de tempo de exercício em cada classe e merecimento.

Art. 21. O tempo de exercício na classe para fins de promoção será de:

I – Com até dez anos Classe "A"
II – Com mais de 10 anos até 16 Classe "B"
III – Com mais de 16 anos até 21 Classe "C"
IV – Com mais de 21 anos até 27 Classe "D"
V – Com mais de 27 anos até 35 Classe "E"
VI – Com mais de 35 anos Classe "F"

CAPÍTULO VII
DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 22. – A carreira do servidor municipal decorre do exercício de suas funções, o qual será submetido a avaliação de desempenho para fins da concessão de progressão funcional e salarial, nos termos definidos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, observadas as normas estabelecidas no Anexo VII, da presente Lei Complementar.

§ 1º: Progressão é a elevação do servidor à posição imediatamente superior àquela a que pertence, dentro da mesma classe.

§ 2º: A progressão se dará por meio de evolução dos níveis de carreira, condicionada a apuração do seu desempenho funcional por meio de avaliação e do efetivo exercício do cargo, a cada interstício de três anos.

§ 3º. O tempo de serviço do servidor de carreira em exercício de cargo em comissão no Poder Legislativo Municipal será contado para os efeitos do disposto no caput, excluindo-se o tempo de serviço em disponibilidade para órgão de outra esfera de governo e de outro poder.

Art. 23. Não terá direito à evolução nos níveis da carreira o servidor que, em cada interstício de três anos:

I- Afastar-se do serviço por motivo de licença para tratar de assuntos particulares;
II- Cometer falta passível de advertência e suspensão disciplinar;
III- Faltar ao serviço injustificadamente por mais de quinze dias, consecutivos ou não.

SEÇÃO I
DA PROGRESSÃO

Art. 24. Progressão é a elevação do cargo ocupado por funcionário à classe imediatamente superior àquela em que se encontrar, dentro da respectiva categoria funcional, mediante desempenho eficaz do funcionário.

Parágrafo Único. As exigências, os interstícios e demais procedimentos aplicáveis ao acesso, bem como os critérios da avaliação, para fins de progressão, serão estabelecidos mediante ato da Mesa.

SEÇÃO II
DA VACÂNCIA DE CARGOS

Art. 25. A vacância de cargo decorrerá de:
I – exoneração;
II – demissão;
III – aposentadoria;
IV – falecimento;
V – posse em outro cargo de igual aproveitamento.

Art. 26. A estrutura do plano de cargos e vencimentos composta de grupos, categorias funcionais, classes e respectivas referências, ficam estabelecidas na conformidade com esta Lei Complementar, atribuições típicas, requisitos mínimos para provimento e perspectivas de promoção e acesso.

SEÇÃO III
DO ENQUADRAMENTO NA NOMEAÇÃO

Art. 27. O funcionário ao ingressar no serviço público, mediante nomeação, será enquadrado na referência de sua categoria funcional.

SEÇÃO IV
DA REINTEGRAÇÃO, REVERSÃO E APROVEITAMENTO

Art. 28. O enquadramento do funcionário revertido ou aproveitado será na mesma classe de referência da categoria funcional anteriormente ocupada.

Parágrafo Único. O enquadramento do funcionário reintegrado dar-se-á na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município.

SEÇÃO V
DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 29. A jornada de trabalho será instituída por Resolução da Câmara Municipal, observando sempre a funcionabilidade do Poder Legislativo.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica aos funcionários ocupantes de cargos cujo dispositivo legal de regulamentação da profissão tenha fixado jornada diferente da que trata o "caput".

Art. 30. Aos funcionários abrangidos pelo artigo anterior será devido acréscimo percentual, vantagem pecuniária ou gratificação de qualquer natureza, pela prestação de serviços em jornada integral de trabalho.

SEÇÃO VI
DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 31. Haverá substituição no impedimento legal e temporário, acima de trinta dias de ocupantes de cargos de Direção e Chefia assim considerada os que legalmente exercerem atribuições de supervisão de unidade efetivamente criada e constante das estruturas dos órgãos da Câmara Municipal.

Parágrafo Único: Durante o período de substituição, o substituto fará jus à diferença entre o vencimento do seu cargo e do substituído.

SEÇÃO VII
DA ADMISSÃO

Art. 32. Independerá de concurso a admissão para funções de caráter transitório, que se dará por tempo determinado, justificada sempre, as razões que só podem ser fundamentadas no excepcional interesse público e no caráter temporário, obedecendo a lei específica, sem vínculo empregatício, devendo o contratado ter providência como autônomo.

SEÇÃO VIII
DA EXTINÇÃO DE CARGOS

Art. 33. Ficam extintos os cargos e funções não relacionados na presente Lei Complementar.

SEÇÃO IX
POLÍTICA SALARIAL

Art. 34. A despesa como pagamento de vencimentos, salários, proventos, pensões e outras vantagens atribuídas aos servidores obedecerão as disposições da Previdência Municipal e Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 35. A revisão salarial dos servidores da Câmara Municipal será feito anualmente com base no índice inflacionário estabelecido pelo governo federal, com base na média inflacionária do IGP-M (FGV), INPC e IPCA.

CAPÍTULO VIII
DAAVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 36. Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional é o conjunto de procedimentos administrativos direcionados para o acompanhamento, desenvolvimento e avaliação do desempenho funcional do servidor.

Art. 37. O servidor estável será submetido a avaliações de desempenho para fins de acompanhamento do desenvolvimento funcional e profissional e com vistas a progressão funcional e salarial, obedecidas as normas estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato e critérios definidos no Anexo VII, do presente Projeto de Lei Complementar.

Art. 38. A avaliação de desempenho deve considerar os seguintes critérios:

I- Aptidão para o desempenho do cargo;
II- Capacidade de iniciativa, responsabilidade e dedicação ao serviço;
III- Eficiência e eficácia na busca de resultados;
IV- Qualidade e produtividade no trabalho;
V- Assiduidade e pontualidade.

§ 1º. Para conceituação do servidor, será constituída Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional, composta por 03 (três) membros, designados pelo Presidente da Câmara, que apresentará laudo final sobre cada um dos servidores avaliados.

§ 2º. Após a Comissão ter exarado parecer final sobre a concessão ou não da progressão, a Secretaria Administrativa, encaminhará os referidos pareceres ao setor de recursos humanos, devidamente ratificados pelo Chefe do Legislativo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a fim de que se promova o enquadramento dos servidores nas respectivas classes.

CAPÍTULO IX
DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 39. Os cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Presidente da Mesa Diretora, destinam-se a atender, cargos de Chefia, Assessoria e Diretoria, observadas as normas estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Santa Rita do Trivelato, na Constituição Federal e na presente Lei Complementar.

Parágrafo Único – Os cargos estão definidos no Anexo IV e a tabela de valores no Anexo VI.

CAPÍTULO X
DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 40. A função gratificada é uma vantagem acessória atribuída pelo exercício de encargos de chefia, de livre nomeação e exoneração do Presidente da Mesa da Câmara Municipal, observadas as normas estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, na Constituição Federal e na presente Lei Complementar.

Parágrafo único – A função gratificada de que trata o "caput", deverá ser fixada através de ato próprio, podendo variar de 1% (um por cento) a 100% (cem por cento), sobre o vencimento básico do servidor, a critério do Presidente da Mesa da Câmara, levando-se em conta a necessidade e o grau de importância do cargo.

CAPÍTULO XI
DO LOTACIONOGRAMA

Art. 41. Constitui o lotacionograma da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato a tabela constante do Anexo I.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se exclusivamente aos servidores regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato, com exceção dos cargos de provimento em comissão, não passíveis de carreira.

Art. 43. Por força da reformulação constante da presente Lei Complementar, ficam cancelados todos os concursos que possam estar em vigência até a sua promulgação, devendo os cargos em provimento

efetivo ora vagos serem preenchidos através de novo concurso a ser elaborado de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 44. Os valores constantes dos Anexos V e VI, da presente Lei Complementar, poderão ser atualizados anualmente mediante Lei de iniciativa do Poder Legislativo, observados o disposto do art. 35 desta.

Art. 45. Aplica-se aos servidores da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato, toda a legislação inerente à pessoal do Município de Santa Rita do Trivelato, sobretudo no que diz respeito a equiparação remuneratória, categoria funcional, desenvolvimento e progressão de carreira, hierarquia e ascensão funcional, disciplina aposentatória, forma de cálculo de proventos, disposições estabelecidas no Regime Jurídico Único e tudo mais que lhes couber, obedecidos os limites e normas legais e constitucionais vigentes.

Art. 46. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 47. Revoga-se a Emenda 005/2009 de 17 de agosto de 2009 e as demais disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato, 16 de junho de 2010.

ROBERTO JOSÉ MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

ANEXO – I
LOTACIONOGRAMA GERAL

CARGO	EFETIVO	COMISSÃO	TOTAL
Recepcionista	01	-	01
Guarda de Patrimônio	02		02
Diretor Administrativo	01	-	01
Serviços Gerais de Limpeza	01	-	01
Controlador Legislativo	01		01
Motorista	01		01
Auxiliar Administrativo I	02		02
Assistente Parlamentar Legislativo	-	01	01
Assessor Jurídico	-	01	01
Assessor Contábil	-	01	01
Coordenador Finanças/Controle		01	01
Secretário Comunic. Social		01	01
TOTAL	**09**	**05**	**14**

ANEXO - II
DESCRIÇÕES DE CARGOS

1 – GRUPO OCUPACIONAL - SERVIÇOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS - GOS

CARGO: SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA
Provimento: EFETIVO
Referência Salarial: CE PADRÃO 01

ATRIBUIÇÕES:

- Executar serviços de zeladoria no prédio da Câmara Municipal, promovendo a limpeza e conservação, vigiando o cumprimento do regulamento interno para assegurar o asseio, ordem e segurança do prédio e o bem estar de seus ocupantes.
- Inspecionar as dependências da Câmara, efetuando os trabalhos de limpeza, remoção ou incineração de resíduos para assegurar o bem estar dos ocupantes.
- Preparar e servir café, chá, sucos, água e lanches rápidos, para atender aos Vereadores, os funcionários e visitantes da Câmara Municipal.
- Lavar e guardar os utensílios, para assegurar sua posterior utilização.
- Efetuar limpeza e higienização da copa, lavando pisos, peças, azulejos e outros, para manter um bom aspecto de higiene e limpeza.

· Receber, armazenar e controlar o estoque dos produtos alimentícios e material de limpeza, requisitando a sua reposição sempre que necessário, a fim de atender ao expediente da Câmara.

· Executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo superior imediato.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA RECRUTAMENTO:

a) Escolaridade: Ensino fundamental incompleto;

b) Habilitação funcional: concurso público com estágio probatório prova de estar regularmente habilitado para o exercício da profissão.

FORMA DE RECRUTAMENTO*:* Concurso público com estágio probatório.

CARGO: RECEPCIONISTA
Provimento: EFETIVO
Referência Salarial: CE- PADRÃO 02

ATRIBUIÇÕES:

· Operar mesa e aparelhos telefônicos (pabx) e outros sistemas semelhantes.

· Estabelecer comunicações internas, locais ou interurbanas.

· Vigiar e manipular permanentemente painéis telefônicos.

· Prestar informação relacionadas com a repartição.

· Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do equipamento utilizado.

· Prestar informações e localizar pessoas, consultando listas telefônicas e de funcionários e rol de números úteis para o órgão.

· Realizar controle das ligações telefônicas recebidas e transmitidas, anotando dados em formulários apropriados.

· Recepcionar e encaminhar todas as pessoas que visitem o recinto da Câmara Municipal.

· Executar outras tarefas correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA RECRUTAMENTO:

a) Escolaridade: Ensino fundamental completo;

b) Habilitação funcional: concurso público com estágio probatório prova de estar regularmente habilitado para o exercício da profissão.

FORMA DE RECRUTAMENTO*:* Concurso público com estágio probatório.

3 – GRUPO OCUPACIONAL – PROFISSIONAL – GOP

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO
Provimento: EM COMISSÃO
Referência Salarial: CC –PADRÃO 06

ATRIBUIÇÕES

· Representar a Câmara Municipal nas causas e recursos processados em qualquer instância, bem como prestar Assessoria Jurídica aos diversos setores do Legislativo.

· Responsável por todas as atividades jurídicas da Câmara Municipal.

· Compete auxiliar o Presidente e demais Vereadores nos assuntos de natureza jurídica, submetidos a sua apreciação.

· Opinar sobre projetos de lei e demais proposições a serem apreciadas pelo Legislativo Municipal.

· Elaborar minutas de contratos, atender consultas de ordem jurídica relativas ao Poder Legislativo encaminhadas pelo Presidente ou demais Vereadores, emitindo parecer a respeito.

· Representar o Legislativo em Juízo, quando este for autor, réu ou parte interessada.

· Desempenhar outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Chefe do Legislativo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Horário: 20horas semanais;
b) Deverá o servidor participar integralmente das Sessões da Câmara, independente de dia, horário e local;

REQUISITOS PARA O RECRUTAMENTO:

a) Escolaridade: curso superior completo; e.
b) Habilitação funcional: diploma de curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais; inscrição no órgão de classe; prova de estar regularmente habilitado para o exercício da profissão.
FORMA DE RECRUTAMENTO: Livre escolha da Presidência da Câmara, dentre pessoas que preencham os requisitos para o recrutamento

CARGO: ASSESSOR CONTÁBIL
Provimento: EM COMISSÃO
Referência Salarial: CC-PADRÃO - 01
ATRIBUIÇÕES:
· Organizar e dirigir os serviços de contabilidade da instituição, planejando, supervisionando, orientando sua execução e participando dos mesmos, de acordo com as exigências legais e administrativas.
· Proceder à análise de contas.
· Assessorar sobre problemas contábeis especializados da instituição, dando pareceres sobre a ciência às práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação dos setores.
· Realizar trabalhos de auditoria contábil.
· Elaborar balancetes e balanços, aplicando normas contábeis e organizado demonstrativos e relatórios de comportamento das dotações orçamentárias.
· Participar de projetos multidisciplinares que visem o aperfeiçoamento da gestão econômico-financeiro da Instituição.
· Sugerir mudanças com base em seus conhecimentos profissionais.
· Ordenar demonstrativos e relatórios de comportamento das dotações orçamentárias, preparando a documentação comprobatória, obtendo aprovações e enviá-las aos órgãos competentes para apreciação.
· Emitir Parecer Técnico Contábil sobre matérias encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo e que estejam relacionadas com as Leis Orçamentárias (PPA, LDO e LOA).
· Assinar em conjunto com o Presidente, balancetes mensais e balanço geral anual do Poder Legislativo, devendo para tanto, estar cadastrado devidamente junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Horário: 20 horas semanais

REQUISITOS PARA O RECRUTAMENTO:

a) Escolaridade: Nível Superior com habilitação no Conselho Regional de Contabilidade
b) inscrição no órgão de classe; prova de estar regularmente habilitado para o exercício da profissão.
FORMA DE RECRUTAMENTO: livre escolha da Presidência da Câmara, dentre pessoas que preencham os requisitos para o recrutamento

CARGO: CONTROLADOR LEGISLATIVO
Provimento: EFETIVO
Referência Salarial: CE PADRÃO - 06

ATRIBUIÇÕES:

· Despachar com o Presidente da Câmara Municipal e assessorá-lo nos assuntos que venha a ser incumbido;
· Propor ao Presidente da Câmara Municipal a adoção de medidas que aprimorem os mecanismos de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal;
· Requisitar procedimentos e processos administrativos já arquivados por autoridade da Câmara Municipal;
· Efetivar, ou promover diligências com vista para a declaração da nulidade de procedimento ou processo administrativo da Câmara Municipal, bem como, se for o caso, a imediata e regular apuração dos fatos envolvidos, e decorrentes da nulidade declarada;
· Avocar ou realizar inspeções, fiscalizações e auditorias sobre fatos denunciados ou sobre os quais haja iminente risco de agressão presente ou previsível ao patrimônio público da Câmara Municipal;
· Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
· Requisitar, a órgão ou entidade da Câmara Municipal, ou ainda a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, para que se manifestem ou apresentem documentos ou informações necessárias à elucidações de fato em exame no âmbito da Controladoria Legislativa;
· Propor ao Presidente da Câmara Municipal, medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias a evitar a repetição de irregularidades e ilegalidades que afetem o patrimônio público da Câmara Municipal;
· Divulgar as ações da Controladoria Legislativa;
· Disciplinar as ações de correição interna e externa, ouvidoria, auditoria e fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial no âmbito da Câmara Municipal;
· Exercer a desenvolver outras atividades correlatas destinadas a consecução de seus objetivos;
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Horário: 40 horas semanais;
REQUISITOS PARA O RECRUTAMENTO:
Escolaridade: curso superior completo em qualquer área
Efetivo
FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público, com estágio probatório.

5 - CLASSE: DIRETOR ADMINISTRATIVO
Provimento - EFETIVO
Padrão Referencial - CE - Padrão 05.
-DESCRIÇÃO SINTÉTICA:
- Compreende as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata os serviços de datilografia de certa complexidade e trabalhos administrativos de pequena complexidade.
- ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
- Redigir ofícios, a cartas, despachos, portarias, decretos, editais e demais expedientes e atos administrativos de natureza simples;
- Estudar e informar processos de pequena complexidade e conferir, anotar e informar expediente que exigia algum discernimento e capacidade crítica e analítica;
- Registrar a tramitação de papéis e fiscalizar o cumprimento das normas referentes a protocolo;
- Datilografar mapas, tabelas, quadros, estatísticos, exposições de motivos, projetos de lei, apostilas, correspondências e documentos diversos, manuscritos ou não;

- Datilografar material em estêncil e matrizes para impressão (plastiplate);

- Alcear e grampear os trabalhos datilografados, preparando-os para entrega, bem como conferir a datilografia de documentos redigidos e aprovados, ou datilografá-los, encaminhando-os para assinatura, se for o caso;

- Marcar entrevista e reuniões, assisti-las, quando solicitado elaborando as respectivas atas;

- Transitar e encaminhar ordens e avisos;

- Ler, selecionar, registrar e arquivar documentos e publicações de interesse da unidade administrativa onde exerce suas funções, bem como colecionar lei, decretos e outros atos normativos;

- Receber, classificar, registrar, guardar e conservar processos, livros e demais documentos;

- Verificar as necessidades de material e preencher, ou solicitar o preenchimento, da requisição de material;

Receber o material dos fornecedores e conferir as especificações dos materiais não complexos, bem como sua quantidade e qualidade com os documentos de entrega e guardá-los em perfeita ordem de armazenamento;

-

Fazer a escrituração dos controles de material e manter atualizados os controles de estoque, bem como emitir a relação de estoque para inventário e levantar dados sobre o consumo de material.

- Anotar ou conferir anotação de ocorrências funcionais nas fichas e controles próprios zelando por sua atualização;

- executar, quando autorizado, trabalhos relativos a cursos e programas de treinamento;

- Extrair empenhos de despesas e fazer cálculos e operações de caráter financeiro;

- Emitir notificações de lançamento de impostos e registrar pagamentos, preencher mapas de arrecadação de impostos e fazer levantamentos de débitos de contribuinte, bem como atendê-los e informá-los, consultando cadastros de documentos;

- Escriturar créditos, sob supervisão, fazer cálculos relativos a contas correntes e fichas financeiras;

- Fazer cálculos não muito complexos, sobre juros, impostos e correção monetária;

- Auxiliar no levantamento de dados para elaboração orçamentária e nas tarefas relativas ao controle orçamentário, tais como Fazer empenhos, Liquidação de Empenhos, Ordem de Pagamentos, conciliações bancárias e outros documentos correlatos

- Ter conhecimentos geral da área de informática;

- Zelar pelo equipamento de escritório;

- Executar outras tarefas afins.

- REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

- Instrução:

-Ensino Médio Completo

- Conhecimento Especializados

- redação própria;

- ótima datilografia;

- noções da legislação referente aos serviços municipais;

- matemática elementar;

- Experiência:

- Efetivo exercício na classe.

- Forma de Recrutamento:

- mediante concurso público.

HORÁRIO : 40 Horas Semanais.

Idade Mínima 18 anos

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público, com estágio probatório.

2 – CLASSE: GUARDA DE PATRIMÔNIO

Provimento - Efetivo

Padrão Referencial : CE - Padrão:01

-DISCRIÇÃO SINTÉTICA:

- Compreende as atividades que se destinam a executar a vigilância na Sede da Câmara Municipal

- ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

- Realizar ronda e inspeção na Sede da Câmara Municipal;

- Evitar roubos e danificação ao Patrimônio da Câmara Municipal, como: Edifícios, praça, veículo e outros materiais correlatos;

- Vedar a entrada de pessoas não autorizadas;

- Investigar quaisquer condições anormais nas proximidades da Sede da Câmara Municipal;

-Exercer vigilância em setores móveis e imóveis, realizar rondas de inspeção em intervalos fixados e adotados, tomar providência tendentes a evitar roubos, incêndio e danificações na área da Câmara Municipal, fiscalizar a entrada e saídas de pessoas pelos acessos sobre a vigilância, vedar a entrada de pessoas não autorizadas e verificar qualquer condições anormais que tenha observado, levar ao conhecimento imediato das autoridades no caso de verificar anormalidades, exercer tarefas afins e de interesse público.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais.

Outros: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

Especial: atendimento ao público, uso de uniforme, serviços externos, cursos e treinamentos.

- REQUISITOS MÍNIMO PARA PROVIMENTO

- Instrução

- Ensino Fundamental Completo

- Conhecimento na área

- Forma de Recrutamento

- Concurso público

- Idade Mínima 18 anos

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público, com estágio probatório.

CARGO: ASSESSOR DO PRESIDENTE

Provimento: EM COMISSÃO

Referência Salarial: CC – 01

ATRIBUIÇÕES:

· Assessorar a administração da Câmara Municipal, as Comissões e Vereadores no planejamento, coordenação, orientação e direção das atividades relacionadas ao processo legislativo e do protocolo da Câmara.

· Assessorar as Comissões na elaboração de Pareceres.

· Auxiliar nos serviços de plenário, anotando as deliberações e fornecendo material de apoio como Leis, Doutrina, Jurisprudência e outros que se fizerem necessários para atender as solicitações dos Vereadores ou da Mesa da Câmara.

· Auxiliar na elaboração dos Projetos de Lei, de Decreto Legislativo, de Resoluções, Moções, Requerimentos e Indicações propostas pelos Vereadores

· Executar serviços de redação e técnica legislativa.

· Fazer pesquisas de Leis juntamente com o Assessor Jurídico, armazenando em pastas, para fornecer subsídios na elaboração de Pareceres e Atas de Reuniões.

· Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA RECRUTAMENTO:

a) Escolaridade: Nível Médio Completo

b) Habilitação funcional: livre nomeação

FORMA DE RECRUTAMENTO*:* Livre escolha da Presidência da Câmara, dentre pessoas que preencham os requisitos para o recrutamento.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO I

REFERENCIA SALARIAL: Padrão: CE 03

SERVIÇO: Auxiliar Administrativo Geral na Câmara

SINTESE DOS DEVERES: Executar os serviços rotineiros de escritório, orientar partes em guichê ou balcão, preencher formulários, auxiliar nos serviços de arquivos; controlar fichário; protocolar correspondência, prestar informações a quem de direito; realizar trabalhos de datilografia; elaborar e manusear fichários; codificar documentos e extrair relações; auxiliar na organização das sessões, pautas das sessões, ajudar na elaboração de atas leitura de atas executar tarefas afins de interesse da Câmara de Vereadores

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Jornada Semanal: 40 horas.

Especial: Atendimento ao público, uso de uniforme, sujeito a trabalho externo, realização de cursos, treinamentos e reciclagem.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

Instrução: Ensino Médio.

Idade Mínima: 18 anos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO: Horário: 40 horas semanais

LOTAÇÃO: Câmara de Vereadores

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público, com estágio probatório.

CARGO: COORDENADOR DE FINANÇAS E CONTROLE

Referência: Padrão: CC-02

Requisitos para o Provimento:

a) Instrução: Segundo Grau Completo (nível médio)

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

Condições de Trabalho:

a) Jornada: 40 horas semanais

b) Especial: sujeito a trabalho externo, atendimento ao público e ao uso de uniforme.

Atribuições:

a) Descrição Sumária: Supervisionar, coordenar e controlar serviços inerentes à contabilidade geral da Câmara Municipal.

b) Descrição Detalhada

ü Escriturar analiticamente os atos administrativos, efetuando os correspondentes lançamentos contábeis, para possibilitar o controle contábil e orçamentário.

ü Promover a prestação, acertos e conciliação de contas em geral, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis.

ü Examinar empenhos da despesa, verificando a classificação e a existência de recursos nas dotações orçamentárias, para o pagamento dos compromissos assumidos.

ü Elaborar demonstrativos contábeis mensais, trimestrais, semestrais e anuais, relativos à execução orçamentária e financeira, em consonância com leis, regulamentos e normas vigentes, para apresentar resultados da situação patrimonial, econômica e financeira.

ü Executar trabalhos relativos a orçamento, materiais, protocolo, arquivo, contabilidade, patrimônio, almoxarifado, finanças, e outros.

ü Elaborar controles, quadros, gráficos, demonstrativos e relatórios diversos.

ü Verificar serviços realizados.

ü Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

Acesso ao Cargo; Livre Nomeação e Exoneração do Presidente.

CARGO: SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Referência: 05-D

Requisitos para o Provimento:

a) Instrução: Segundo Grau Incompleto (ensino médio incompleto)

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

Condições de Trabalho:

a) Jornada: 40 horas semanais.

b) Especial: O exercício do cargo e/ou função poderá determinar a prestação de serviços externos, à noite, sábados, domingos e feriados, e atendimento ao público e ao uso de uniforme.

Atribuições:

a) Descrição Sumária: Assessorar na comunicação social do Poder Legislativo; cobrir com reportagens jornalísticas as sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato.

b) Descrição Detalhada

ü Realizar cobertura foto-cinematográfica dos eventos, cerimoniais, reuniões, congressos, seminários e outros em que houver participação de Vereadores, bem como das Sessões Solenes, Ordinárias e Extraordinárias.

ü Realizar a manutenção e os cuidados necessários com equipamentos foto-cinematográfico e com equipamentos de som.

ü Auxiliar na divulgação das notícias do Legislativo Municipal.

ü Auxiliar na redação e pronunciamentos a serem proferidos pelos Vereadores.

ü Executar serviços de locução em solenidade e apresentações da Câmara Municipal.

ü Redigir, interpretar e divulgar os resultados dos trabalhos e atos da Câmara.

ü Redigir, interpretar e organizar notícias a serem divulgadas na imprensa em geral.

ü Manter arquivo de todo o trabalho jornalístico e das matérias relacionadas aos vereadores e à Câmara Municipal.

ü Coletar dados, entrevistar, participar de reuniões, conferências, congressos, inaugurações e outros eventos de interesse do Legislativo.

ü Participar dos serviços de plenários, efetuando as devidas anotações das deliberações, auxiliando os meios de comunicação que

ü

ü

ü realizem a cobertura das Sessões Solenes, Ordinárias ou Extraordinárias.

ü Fazer apresentações públicas formais e informais de interesse da administração da Câmara Municipal.

ü Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

a) Descrição Sumária: Desenvolver as ações de planejamento, coordenação e controle da comunicação social de interesse do Poder Legislativo.

b) Descrição Detalhada

ü Elaborar sinopses, resenhas e noticiário geral do Poder Legislativo, destinado à publicação interna e divulgação pela imprensa.

ü Elaborar coletânea de sinopses e resenhas de matérias do noticiário veiculado pela mídia.

ANEXO - III

QUADRO DOS CARGOS EFETIVOS

VAGAS	FUNÇÕES	HORAS	REQUISITOS	PADÃO REFERÊNCIAL
01	Serviços Gerais de Limpeza	40	Ensino Fundamental Incompleto	CE –
01	Diretor Administrativo	40	Ensino Médio completo	CE –
01	Recepcionista	40	Ensino Fundamental	CE –
02	Guarda de Patrimônio	40	Ensino Fundamental	CE -
01	Controlador Interno	40	Ensino Superior	CE -
01	Motorista	40	Ensino Fundamental	CE-
01	Auxiliar Administrativo I	40	Ensino Médio	CE-

ANEXO – IV

QUADRO DOS CARGOS DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO (CARGOS COMISSIONADOS)

VAGAS	*FUNÇÕES*	HS/SEM	*Requisitos*	Referencia
01	Assessor Contábil	20	Livre Nomeação Nível Superior	CC –
01	Assessor Jurídico	20	Livre Nomeação Nível Superior	CC –
01	Assessor Presidente	40	Livre Nomeação Nível Médio	CC-
01	Coordenador de Finanças/Controle	40	Livre Nomeação Nível Médio Completo	CC
01	Secretário Comunic.Social	40	Livre Nomeação Nível Médio Incompleto	CC

ANEXO – V
QUADRO DE SALÁRIOS
CARGOS EFETIVOS - CE
CARGOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS, AUXILIARES, OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO

PADRÃO,CLASSE E COEFICENTE

PADRÃO	A	B	C	D	E	F
01	2,72	2,85	2,99	3,13	3,28	3,44
02	3,00	3,15	3,30	3,46	3,63	3,81
03	4,50	4,72	4,95	5,19	5,44	5,71
04	7,00	7,42	7,87	8,34	8,84	9,37
05	8,25	8,66	9,09	9,54	10,01	10,51
06	11,00	11,55	12,12	12,72	13,35	13,96

ANEXO – VI

QUADRO DE SALÁRIOS
CARGOS EM COMISSÃO - CC
CARGO DE DIREÇÃO CHEFIA E ASSESSORAMENTO

PADRÃO, CLASSE E COEFICENTE – Cargos em Comissão

PADRÃO	A	B	C	D	E	F
CC-01	8,25	8,66	9,09	9,55	10,02	10,53
CC-02	8,34	8,75	9,19	9,65	10,13	10,64
CC-03	9,50	9,97	10,47	10,99	11,54	12,12
CC-04	10,50	11,02	11,57	12,15	12,76	13,40
CC-05	11,50	12,07	12,67	13,31	13,97	14,67
CC-06	13,06	13,71	14,39	15,11	15,87	16,66

ANEXO VII
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
NORMAS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EFETIVOS

I- CONCEITUAÇÃO

A avaliação de desempenho é um instrumento de apreciação do desempenho demonstrado pelo servidor no cargo ou função, bem como seu potencial de desenvolvimento.

Sua dinâmica compreende, necessariamente, o acompanhamento sistemático e criterioso das atividades desenvolvidas pelo servidor, no decorrer de todo o período a que se refere a avaliação.

II- CLIENTELA

Servidores efetivos e em estágio probatório regidos por Estatuto e lotados na Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

III- DOS OBJETIVOS

Verificar o comportamento, o grau de desempenho e potenciais profissionais de desenvolvimento, identificar necessidades de acompanhamento, treinamento, readaptação e relocação, oferecer oportunidades para a melhoria do relacionamento, integração e capacitação profissional e fornecer dados para os processos de promoção funcional e salarial.

IV- DO PROCESSO

Av. Flávio Luiz, 2.201 – Fone: (065) 3529-6161/6172/6150/6237 – CEP 78453-000 – Santa Rita do Trivelato – MT

1. O processo de avaliação consiste na verificação sistemática do desempenho dos servidores efetivos e em estágio probatório, segundo o cargo, natureza das funções, atribuições e comportamento no trabalho;

2. Avaliação de desempenho será conduzida por uma comissão composta por 03 (três) membros, especialmente designada para este fim;

3. O processo de avaliação deve ocorrer a cada 12 meses.

4. Com o objetivo de melhor instruir os trabalhos, a comissão registrará em ata todas as fases e ocorrências no decorrer do processo;

5. A comissão deliberará sobre o período que servirá de base para a realização do processo de avaliação de desempenho;

6. O processo de avaliação de desempenho será efetuado pela chefia direta imediata em conjunto com os membros da comissão de avaliação e tomará por base os fatores e critérios definidos na ficha de avaliação;

7. Nos casos em que o servidor tenha mudado de setor, o chefe imediato anterior também participará do processo de avaliação;

8. O desempenho do servidor será efetuado por meio do preenchimento da Ficha de Avaliação de Desempenho constante do Anexo VIII, em que, numa escala entre 0 (zero) a 10 (dez), serão atribuídos pontos segundo o grau de desempenho em cada fator de avaliação; (ver).

9. O resultado final da avaliação será obtido por meio da soma dos pontos obtidos em cada fator, divido pela quantidade de fatores avaliados;

10.A comissão de avaliação, em entrevista específica para este fim, dará conhecimento dos critérios adotados na avaliação e do desempenho obtido pelo servidor;

11. Caso o avaliado não concorde com o resultado de sua avaliação, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para recorrer formalmente à comissão de avaliação, cabendo a esta dar solução à questão;

12.A comissão de avaliação, com base nos pontos obtidos, emitirá parecer e encaminhará os resultados e sugestões ao Presidente da Câmara, para que este, ouvida a assessoria jurídica, tome as medidas necessárias.

I- DOS AVALIADORES

1. Os avaliadores devem estar devidamente familiarizados com as funções, atribuições e responsabilidades de cada cargo, instrumentos de trabalho e com as normas gerais da avaliação de desempenho.

2. Constituem princípios do avaliador:

a) ser um observador sutil, engenhoso, a fim de distinguir se as deficiências constatadas foram originadas por má vontade, incapacidade técnica, falta de treinamento ou por condições alheias à vontade do avaliado;

b) ter boa memória e não se deixar impressionar por acontecimentos recentes e levar em conta todos os fatos ocorridos no decorrer do período;

c) ser imparcial, ter em mente que a avaliação de desempenho não é um "ajuste de contas", mas sim um relatório sobre a atividade profissional de alguém;

d) conhecer as funções e atribuições do cargo e o trabalho desenvolvido pelo servidor avaliado.

II- DOS AVALIADOS

O servidor municipal constitui parte integrante do processo de avaliação, cuja participação deve ser pacífica, imparcial e facilitadora dos trabalhos desenvolvidos pela comissão de avaliação.

III- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Compete ao setor de recursos humanos:

a) Apoiar a comissão de avaliação e fornecer os elementos necessários ao desenvolvimento do processo de avaliação;

b) Prestar assistência técnica as chefias dos demais setores durante o período de realização do processo de avaliação;

2. Os casos omissos serão analisados e apreciados pela comissão permanente de avaliação, a qual caberá o parecer final.

Santa Rita do Trivelato – Mato Grosso, aos 16 de junho de 2010.

ROBERTO JOSÉ MORANDINI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 353/2010
DE 11 DE JUNHO DE 2010

"DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º Fica Reestruturado o **Conselho de Alimentação Escolar** com a finalidade de deliberar, fiscalizar e assessorar a execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos competindo-lhe especificamente:

I – Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

II – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto nos Arts. 2º e 3º da Resolução/CD/FNDE 38, de 16 de julho de 2009;

III - Zelar pela qualidade dos alimentos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando em especial quanto às boas práticas higiênicas e sanitárias, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV – Receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE (Anexo IX), conforme Art. 34 da Resolução/CD/FNDE N.º.38, de 16 de julho de 2009 e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa;

V – Acompanhar a elaboração e o cumprimento dos cardápios do Programa de Alimentação Escolar.

VI – Acompanhar a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para o Programa de Alimentação Escolar, respeitando os hábitos alimentares e sua vocação agrícola dando prioridade aos produtos do Município;

VII – Articular ações junto ao Poder Executivo e Legislativo do Município, participando da elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentária, visando:

a) – alcançar as metas do Programa Municipal de Alimentação Escolar;

b) – a aplicação dos recursos previstos na Legislação nacional;

c) – o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para a execução do Programa Municipal de Alimentação Escolar;

VIII – Articular-se em regime de colaboração entre as esferas de governos, a fim de melhorar a alimentação escolar servida nas escolas municipais;

IX – Articular-se com as escolas municipais, motivando-as na criação e manutenção de hortas, para fins de práticas pedagógicas e enriquecimento da alimentação escolar;

X – Realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação escolar;

XI – Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do Programa, sempre que solicitado.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE

Art. 3º O Município instituirá conforme previsto no Art. 26 da Resolução/CD/FNDE N.º. 38 de 16 de julho de 2009, no âmbito de sua respectiva jurisdição administrativa, o CAE, órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, que deverá ser composto da seguinte forma:

I – 01 (um) representante indicado pelo Poder Executivo;

II – 02 (dois) representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá

ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III – 02 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV – 02 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º Na EE com mais de 100 (cem) escolas da educação básica, a composição do CAE poderá ser de até 03 (três) vezes o número de membros estipulado no caput deste Artigo, obedecida à proporcionalidade definida nos Incisos I a IV deste Artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do Inciso II deste Artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

§ 3º Os membros terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, deverão os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§ 5º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

§ 6º Recomenda-se que o CAE dos Estados e dos Municípios que possuem alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos tenha, em sua composição, pelo menos um membro representante desses povos ou comunidades tradicionais, dentre os segmentos estabelecidos nos Incisos I a IV deste Artigo.

§ 7º O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§ 8º A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por decreto ou portaria, de acordo com a Constituição dos Estados e as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as disposições previstas neste artigo, obrigando-se a Entidade Executora a acatar todas as indicações dos segmentos representados.

§ 9º Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela Entidade Executora por meio do cadastro disponível no sítio do FNDE www.fnde.gov.br e, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do ato de nomeação, deverão ser encaminhados ao FNDE o ofício de indicação do representante do Poder Executivo, as atas relativas aos Incisos II, III e IV deste Artigo e o Decreto ou Portaria de nomeação do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente e do Vice- Presidente do Conselho.

§ 10º Para eleição do Presidente e Vice-Presidente do CAE, deverão ser observados os seguintes critérios:

I - o CAE terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;

II - o Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá (ão) ser destituído(s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato;

III - a escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV, deste Artigo.

§ 11º Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - por deliberação do segmento representado;

III - pelo não comparecimento às sessões do CAE, observada a presença mínima estabelecida no Regimento Interno;

IV - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§ 12º Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pelas Entidades Executoras.

§ 13º Nas situações previstas no § 11, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo, mantida a exigência de nomeação por Decreto ou Portaria emanado do poder competente, conforme Incisos I, II, III e IV deste Artigo.

§ 14º No caso de substituição de conselheiro do CAE, na forma do § 12, o período do seu mandato será para completar o tempo restante daquele que foi substituído.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO CAE

Art. 4º São Atribuições do CAE conforme previsto no Art. 27 da Resolução/CD/FNDE N.º .38 de 16 de julho de 2009:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto nos Arts. 2º e 3º da Resolução/CD/FNDE N.º. 38 de 16 de julho de 2009;;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos; e

IV - receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE, e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa.

§ 1º O CAE poderá desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

§ 2º Compete, ainda, ao Conselho de Alimentação Escolar:

I – comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em

relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

II – fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

III - realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

IV - elaborar o Regimento Interno, observando o disposto nos Arts. 26, 27 e 28 da Resolução/CD/FNDE N.º. 38 de 16 de julho de 2009.

Parágrafo Único A aprovação ou as modificações no Regimento Interno do CAE somente

poderão ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares.

CAPÍTULO IV
DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE EXECUTORA – EE

Art. 5º É dever do município, conforme previsto no Art. 28 da Resolução/CD/FNDE Nº38 de 16 de julho de 2009:

I - garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infra-estrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;

b) disponibilidade de equipamento de informática;

c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive, para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE; e

d) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a desenvolver as atividades com competência e efetividade;

II - fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal n.º. 237/2007, de 06 de Março de 2007.

Santa Rita do Trivelato, 11 de junho de 2010.

ROBERTO JOSÉ MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

LEI MUNICPAL Nº 354/2010
DE 14 DE JUNHO DE 2010

INCLUI PROJETO NO PLANO PLURIANUAL, VIGÊNCIA 2010-2013, NA LDO/2010 E LOA/2010".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei Municipal:

Art. 1º – Fica autorizada a abertura de crédito especial no orçamento vigente no valor de **R$ 410.041,21** (**Quatrocentos e dez mil e quarenta e um reais e vinte e um centavos**) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: Secretaria de Saúde - SMS
Unidade: Secretaria de saúde - SMS
Função: Saúde
Sub-Função: Atenção Básica
Programa: Saúde Básica Trabalhada a nível Municipal
Projeto: Construção e Ampliação de Unidade de Saúde
Natureza de Despesa - Obras
4490.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 410.041,21
Total da Ação R$ 410.041,21

Art. 2º – O crédito aberto no artigo anterior terá como fonte A Proposta de Unidade Básica de Saúde nº 0420559600-1090-04.

Art. 3º - Fica incluído o projeto criado no artigo 1º desta lei na lei nº. 338/2009 e suas alterações – PPA, na lei 337/2009-LDO e lei n.345/2009-LOA, com a finalidade de adequar as necessidades deste Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato, 14 de junho de 2010.

ROBERTO JOSÉ MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT.
CONTRATADO: CONSTRUTORA JURUENA LTDA
OBJETO: Construção de 80 m de ponte em estrutura mista e recuperação de 13,160 km

De estradas vicinais no PA de assentamento Reunidas localizado neste município.
PRAZO: 240 dias corridos.
VALOR GLOBAL: 890.951,76 (oitocentos e noventa mil novecentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos).
Santa Terezinha-MT, 07 de junho de 2010.

Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº.142, CONTRATANTE: PMSJQM/MT, CONTRATADA: **INFOMAX COMPUTADORES LTDA – ME,** OBJETO: Prestação de serviços na atualização e manutenção dos Computadores, hardware, software e redes, no TELECENTRO DE AÇÃO DIGITAL E INCLUSÃO DIGITAL com Sistemas desktops Linux. Valor: **R$ 2.100,00**. Inicio do Contrato 01/06/2010; Término 31/12/2010.
EXTRATO DE CONTRATO Nº.143, CONTRATANTE: PMSJQM/MT, CONTRATADA: **IMPERTEC – IMPERMEABILIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA**, OBJETO: **PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA.** Valor: **R$ 1.034.530,00**. Inicio do Contrato 09/06/2010; Término 08/10/2010.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR/2010

LRF Cidadão 9.10 - 09/06/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	887.988,60
Pessoal Ativo	887.988,60
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	887.988,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	20.989.575,41
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	4,23
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.259.374,52
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	1.196.405,80

[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

FONTE:

Nota:

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 09/06/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.787.326,80	20.989.575,41	14.022.934,59	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
Nota:

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 09/06/10

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.022.934,59
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00

FONTE:

Nota:

TESTE SELETIVO 001/2010

EDITAL 001/2010

A Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O

O Presente Edital que estabelece as instruções especiais destinadas à realização de Processo de Seleção, através de **TESTE SELETIVO**, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como segue:

Nº de Vagas Estimadas	Cargo Público	Vencimento	C. H. Semanal	Escolaridade
24	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Pedagogia**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
03	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Letras**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Ciências**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Matemática**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
02	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Artes**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
03	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Educação Física**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **História**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Geografia**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Inglês**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena

Nº de Vagas Estimadas	Cargo Público	Vencimento	C. H. Semanal	Escolaridade
03	Monitor	755,21	44	Ensino Médio
03	Auxiliar Administrativo	719,49	44	Ensino Médio
03	Zeladora	621,05	44	Alfabetizada
01	Zeladora para **Escola do Campo**	621,05	44	Alfabetizada
01	Vigia	755,21	44	Alfabetizada
02	Merendeira	621,05	44	Alfabetizada
02	Ajudante de Serviços Gerais	621,05	44	Alfabetizada
01	Secretária Escolar	1.115,74	44	Ensino Médio
01	Professor de Informática	1.358,15	44	Curso Técnico em Informática

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão aceitas a partir de 26.01.2010 até o dia 29.01.2010, das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, situada na Rua do Cascudo, s/nº - centro, no Município de Sapezal - MT.

Só poderão inscrever-se os interessados que preencham os seguintes requisitos:

a) Ter idade igual ou superior a 18 anos;

b) Ter a escolaridade compatível com o cargo pretendido, sendo que os candidatos ao cargo de professor deverão apresentar comprovante de escolaridade no ato da inscrição.

DAS PROVAS

As provas realizar-se-ão no dia 30.01.2010 **(sábado)**, às 8:00 hs (horário local), nas dependências da Escola Municipal Antonio Clarismundo Scheffer – Bloco 1, situada na Rua do

Cascudo, S/Nº, Centro (em frente a Praça Dona Lúcia Borges Maggi).

O presente Teste Seletivo compreenderá apenas uma etapa, composta por prova escrita e/ou objetiva de conhecimentos, que será avaliada de "0" a "10" e serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a "5.0" *(cinco)* pontos.

A duração das provas será de "3" *(três)* horas.

DA CLASSIFICAÇÃO

Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de notas.

O resultado final do Teste Seletivo será afixado nos locais de publicação da Prefeitura Municipal.

Havendo igualdade na contagem geral dos pontos, terá preferência sucessivamente, o candidato que for mais idoso.

DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

O provimento das vagas ocorrerá **no ano letivo de 2010**, no nível para o qual se habilitou, podendo haver elevação de nível, nos cargos de professor, caso seja necessário.

Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, à medida que as vagas surgirem.

A contratação de que trata o presente Teste Seletivo será de caráter temporário, não ultrapassando o dia **10.12.2010**, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes e, **para provimento na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, podendo ser inclusive em Escola do Campo.**

A aprovação do candidato **não** gera a contratação no cargo para o qual se habilitou, estando a mesma condicionada à necessidade da Secretaria.

Os candidatos aprovados e convocados terão 03 *(três)* dias úteis contados da publicação da relação dos aprovados, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da seguinte documentação exigida para sua contratação:

* 01 foto 3x4 recente.

* Cópias CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;
Certidão de Casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou
Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos

* Declaração contendo: Endereço residencial;
Telefone;
Nº de **conta corrente** no Banco do Brasil;
Nº do PIS/PASEP.

* Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

Os candidatos somente poderão fazer as provas nos locais, datas e horários previamente determinados.

Após o horário determinado, não será permitido, sob hipótese alguma, o ingresso nas salas, de candidatos retardatários.

O presente teste seletivo terá validade **até** 10/12/2010.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal.

Sapezal, 26 de Janeiro de 2010.

TELMA BOGUCHESKI RIBEIRO
Secretária de Educação, Cultura e Esporte
Port. Nº 130/2007

TESTE SELETIVO 003/2010

EDITAL 001/2010

A Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O

O Presente Edital que estabelece as instruções especiais destinadas à realização de Processo de Seleção, através de **TESTE SELETIVO**, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como segue:

Nº de Vagas Estimadas	Cargo Público	Vencimento	C. H. Semanal	Escolaridade
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Pedagogia**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Letras**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Matemática**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Artes**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Educação Física**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Inglês**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão aceitas a partir de 17.06.2010 até o dia 24.06.2010, das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, situada na Rua do Cará, 990 - centro, no Município de Sapezal - MT.

Só poderão inscrever-se os interessados que preencham os seguintes requisitos:

a) Ter idade igual ou superior a 18 anos;
b) Ter a escolaridade compatível com o cargo pretendido.

DAS PROVAS

As provas realizar-se-ão no dia 25.06.2010 **(sexta-feira)**, às 13:30 hs (horário local), nas dependências da Escola Estadual Luiz Frutuoso da Silva, situada na Avenida do Jaú, esquina com Lions Internacional, Sapezal, Mato Grosso.

O presente Teste Seletivo compreenderá apenas uma etapa, composta por prova escrita e/ou objetiva de conhecimentos, que será avaliada de "0" a "10" e serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a "5.0" *(cinco)* pontos.

A duração das provas será de "3" *(três)* horas.

DA CLASSIFICAÇÃO

Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de notas.

O resultado final do Teste Seletivo será afixado nos locais de publicação da Prefeitura Municipal.

Havendo igualdade na contagem geral dos pontos, terá preferência sucessivamente, o candidato que for mais idoso.

DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

O provimento das vagas ocorrerá **no ano letivo de 2010**, no nível para o qual se habilitou, podendo haver elevação de nível, nos cargos de professor, caso seja necessário.

Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, à medida que as vagas surgirem.

A contratação de que trata o presente Teste Seletivo será de caráter temporário, não ultrapassando o dia **10.12.2010**, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes e, **para provimento na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.**

A aprovação do candidato **não** gera a contratação no cargo para o qual se habilitou, estando a mesma condicionada à necessidade da Secretaria.

Os candidatos aprovados e convocados terão 03 *(três)* dias úteis contados da publicação da relação dos aprovados, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da seguinte documentação exigida para sua contratação:

* 01 foto 3x4 recente.

* Cópias CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;
Certidão de Casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou
Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos

* Declaração contendo: Endereço residencial;
Telefone;
Nº de **conta corrente** no Banco do Brasil;
Nº do PIS/PASEP.

* Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os candidatos somente poderão fazer as provas nos locais, datas e horários previamente determinados.

Após o horário determinado, não será permitido, sob hipótese alguma, o ingresso nas salas, de candidatos retardatários.

O presente teste seletivo terá validade **até** 10/12/2010.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal.

Sapezal, 16 de Junho de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO Nº 001/2010
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2010

A Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O

O Presente Edital que estabelece a Convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como segue:

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
047	Eliana Costa Bessa
037	Elaine Vogt Frey
016	Clarice Lucia Schneider
022	Mônica Karla Zangari
019	Sérgio Lucio Martins
035	Benedita Fabriela de Souza S. Assunção
010	Claudia Dalla Vecchia
008	Keila Cristina Pereira Vieira
002	Ediana Auxiliadora Silva Leite
015	Fernanda J. Santos
032	Marcela Duarte Oliveira
042	Solange Birck Valk
049	Neuracy Ferreira da Silva
020	Maria José V. Weber
001	Crislene B. Figueiredo
006	Luzinete de L. e Silva
011	Maria Aparecida de Souza
013	Edelson Reis G. Campos
017	Marcia de Souza
023	Maria Rozinette P. Santos
036	Jeanne Oliveira Pinheiro
034	Eneli Firmo B. Scapinello
045	Katia Evangelista Vieira
007	Alessandra A. Vengrus
029	Marilza Sofia de Almeida
009	Leliane Fernandes Lima
021	Maristela Nobre Morais
026	Adelaine Lopes de Lima

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM INGLÊS

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
001	Kathy Margarete Martens

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
002	Marcia Finger

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
002	Eder Marcelo de Morais
003	Maísa Mara Ferrari
001	Daniele Mara Z. da Silva

CARGO: PROFESSOR - LICENCIATURA EM LETRAS

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
002	Claudia Cristina R. Santos
005	Lidiane M. da Silva

CARGO: PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
001	Robson da s. Fukushima

O candidato aprovado e convocado, terá 03 *(três)* dias úteis contados a partir da publicação do presente edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da seguinte documentação exigida para sua contratação:

* 01 foto 3x4 recente.

* Cópias: CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;
Certidão de Casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Comprovante de escolaridade
Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos
* Declaração contendo: Endereço residencial;
Telefone;
Nº de **conta corrente** no Banco do Brasil;
Nº do PIS/PASEP;
Exame Médico Admissional

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal.

Sapezal, 01 de Fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO Nº 001/2010
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2010

A Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O

O Presente Edital que estabelece a Convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como segue:

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
Número da Inscrição Nome do Inscrito
027 Bernadete Lerner
012 Maria José dos Santos Silva
003 Maria José Alves Brandão Sousa
030 Fernanda Jesus G. A. Fukushima

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Número da Inscrição Nome do Inscrito
005 Marcia Kestring DAgostin

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM LETRAS
Número da Inscrição Nome do Inscrito
010 Alessandro Lima Oliveira

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
Número da Inscrição Nome do Inscrito
001 Rosana A. de Almeida

CARGO: MONITOR
Número da Inscrição Nome do Inscrito
054 Evolina Pereira Foles

CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR
Número da Inscrição Nome do Inscrito
029 Elza Batista Rodrigues

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Número da Inscrição Nome do Inscrito
016 Claudia Alves da Silva
046 Diogo Sodeiro Morassutti
010 Patrícia Ribeiro da Silva Piccini

CARGO: ZELADOR
Número da Inscrição Nome do Inscrito
063 Simoni Dantas Brito
004 Juraci Simões de Souza
011 Vaneuza de Aquino Turati

CARGO: MERENDEIRA
Número da Inscrição Nome do Inscrito
012 Ângela Maria B. Ferreira Santos

CARGO: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS
Número da Inscrição Nome do Inscrito
008 Ana Claudia A. do Amaral

O candidato aprovado e convocado, terá 03 *(três)* dias úteis contados a partir da publicação do presente edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da seguinte documentação exigida para sua contratação:

* 01 foto 3x4 recente.
* Cópias: CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;
Certidão de Casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Comprovante de escolaridade
Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos
* Declaração contendo: Endereço residencial;
Telefone;
Nº de **conta corrente** no Banco do Brasil;
Nº do PIS/PASEP;
Exame Médico Admissional

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal.

Sapezal, 05 de Fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO Nº 001/2010
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2010

A Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O

O Presente Edital que estabelece a Convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como segue:

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
Número da Inscrição Nome do Inscrito
025 Simone de F. Padoan

CARGO: MONITOR
Número da Inscrição Nome do Inscrito
057 Aniversina Lopes Amorim

CARGO: VIGIA

Número da Inscrição Nome do Inscrito
006 Nilson Roberto Barbosa

O candidato aprovado e convocado, terá 03 *(três)* dias úteis contados a partir da publicação do presente edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da seguinte documentação exigida para sua contratação:

* 01 foto 3x4 recente.
* Cópias: CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;
Certidão de Casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Comprovante de escolaridade
Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos
* Declaração contendo: Endereço residencial;
Telefone;
Nº de **conta corrente** no Banco do Brasil;
Nº do PIS/PASEP;
Exame Médico Admissional

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal.

Sapezal, 10 de Fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO Nº 001/2010
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2010

A Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O
O Presente Edital que estabelece a Convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como segue:

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Número da Inscrição Nome do Inscrito
031 Maria Eliza B. Malaquias
014 Elle Márcia S. Moura

O candidato aprovado e convocado, terá 03 *(três)* dias úteis contados a partir da publicação do presente edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da seguinte documentação exigida para sua contratação:

* 01 foto 3x4 recente.
* Cópias: CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;
Certidão de Casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Comprovante de escolaridade
Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos
* Declaração contendo: Endereço residencial;
Telefone;
Nº de **conta corrente** no Banco do Brasil;
Nº do PIS/PASEP;
Exame Médico Admissional

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal.

Sapezal, 18 de Fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal

Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO Nº 001/2010
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2010

A Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

CONSIDERANDO:
Que todos os candidatos convocados necessitam fazer o **Exame Médico Admissional**;
Que aos candidatos convocados pelo edital 005/2010 de 18/02/2010 foram solicitados exames especializados;
Que tais exames demandam um tempo maior para serem realizados;

RESOLVE:
Prorrogar o prazo de entrega da documentação para até o dia 26/03/2010.
Os demais itens do Edital 005/2010 de 18/02/2010 permanecem inalterados.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal.

Sapezal, 23 de Fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal

Port. Nº 004/2010

CNPJ 01.614.225/0001-09

TESTE SELETIVO 002/2010

EDITAL 019/2010

A Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O

O Presente Edital que estabelece as instruções especiais destinadas à realização de Processo de Seleção, através de **TESTE SELETIVO**, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como segue:

Nº de Vagas Estimadas	Cargo Público	Vencimento	C. H. Semanal	Escolaridade
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Pedagogia**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Letras**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Matemática**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Artes**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Educação Física**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena
01	Professor Nível 1, sendo: - 01 Habilitação em **Inglês**	1.570,08	40	Nível Licenciatura Plena

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão aceitas a partir de 17.06.2010 até o dia 24.06.2010, das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, situada na Rua do Cará, 990 - centro, no Município de Sapezal - MT.

Só poderão inscrever-se os interessados que preencham os seguintes requisitos:

a) Ter idade igual ou superior a 18 anos;
b) Ter a escolaridade compatível com o cargo pretendido.

DAS PROVAS

As provas realizar-se-ão no dia 25.06.2010 **(sexta-feira)**, às 13:30 hs (horário local), nas dependências da Escola Estadual Luiz Frutuoso da Silva, situada na Avenida do Jaú, esquina com Lions Internacional, Sapezal, Mato Grosso.

O presente Teste Seletivo compreenderá apenas uma etapa, composta por prova escrita e/ou objetiva de conhecimentos, que será avaliada de "0" a "10" e serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a "5.0" *(cinco)* pontos.

A duração das provas será de "3" *(três)* horas.

DA CLASSIFICAÇÃO

Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de notas.

O resultado final do Teste Seletivo será afixado nos locais de publicação da Prefeitura Municipal.

Havendo igualdade na contagem geral dos pontos, terá preferência sucessivamente, o candidato que for mais idoso.

DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

O provimento das vagas ocorrerá **no ano letivo de 2010**, no nível para o qual se habilitou, podendo haver elevação de nível, nos cargos de professor, caso seja necessário.

Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, à medida que as vagas surgirem.

A contratação de que trata o presente Teste Seletivo será de caráter temporário, não ultrapassando o dia **10.12.2010**, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes e, **para provimento na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.**

A aprovação do candidato **não** gera a contratação no cargo para o qual se habilitou, estando a mesma condicionada à necessidade da Secretaria.

Os candidatos aprovados e convocados terão 03 *(três)* dias úteis contados da publicação da relação dos aprovados, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da seguinte documentação exigida para sua contratação:

* 01 foto 3x4 recente.
* Cópias CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;
Certidão de Casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou
Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos
* Declaração contendo: Endereço residencial;
Telefone;
Nº de **conta corrente** no Banco do Brasil;
Nº do PIS/PASEP.
* Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os candidatos somente poderão fazer as provas nos locais, datas e horários previamente determinados.

Após o horário determinado, não será permitido, sob hipótese alguma, o ingresso nas salas, de candidatos retardatários.

O presente teste seletivo terá validade **até** 10/12/2010.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal.

Sapezal, 16 de Junho de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal

Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO Nº 001/2010
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2010

A Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O

O Presente Edital que estabelece a Convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, como segue:

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
033	Silvana Nunes Viana

O candidato aprovado e convocado, terá 03 *(três)* dias úteis contados a partir da publicação do presente edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração da seguinte documentação exigida para sua contratação:

* 01 foto 3x4 recente.
* Cópias: CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;
Certidão de Casamento;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
Comprovante de escolaridade
Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos
Exame Médico Admissional realizado pelo Médico do Trabalho
* Declaração contendo: Endereço residencial;
Telefone;
Nº de **conta corrente** no Banco do Brasil;
Nº do PIS/PASEP;

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção de Pessoal, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal.

Sapezal, 15 de Junho de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal

Port. Nº 004/2010

PORTARIA Nº 133/2010.

NOMEIA A SRA. ADRIANA GOMES DA SILVA PARA OCUPAR O CARGO DE ZELADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. ADRIANA GOMES DA SILVA ,** portadora do CPF nº 970.711.451-72 para ocupar o cargo de **ZELADORA** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 05 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 05/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134/2010.

NOMEIA A SRA. CLEIA DOMINGUES GOULART PARA OCUPAR O CARGO DE MONITOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. CLEIA DOMINGUES GOULART ,** portadora do CPF nº 945.598.309-59 para ocupar o cargo de **MONITOR** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 05 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 05/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 120/2010.

NOMEIA A SRA. CLEIDE RUFINO PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR NIVEL 02 40 HORAS SEMANAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. CLEIDE RUFINO ,** portadora do CPF nº 811.731.991-87 para ocupar o cargo de **PROFESSOR NIVEL 02 40 HORAS SEMANAIS** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 01 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122/2010.

NOMEIA A SRA. JAQUELINE RODRIGUES MARCELINO PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. JAQUELINE RODRIGUES MARCELINO ,** portadora do CPF nº 020.393.931-02 para ocupar o cargo de **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 01 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123/2010.

NOMEIA A SRA. LAURA EROTILDES DA SILVA SUASSUNA PARA OCUPAR O CARGO DE MONITOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. LAURA EROTILDES DA SILVA SUASSUNA ,** portadora do CPF nº 015.636.931-19 para ocupar o cargo de **MONITOR** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 01 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 142/2010.

NOMEIA A SRA. LENICE COMIN BODANESE PARA OCUPAR O CARGO DE MONITOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. LENICE COMIN BODANESE ,** portadora do CPF nº 838.579.589-87 para ocupar o cargo de **MONITOR** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 15 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quinze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124/2010.

NOMEIA A SRA. MARIA TEREZA DE OLIVEIRA LAZZARETTI PARA OCUPAR O CARGO DE MONITOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. MARIA TEREZA DE OLIVEIRA LAZZARETTI ,** portadora do CPF nº 631.280.121-72 para ocupar o cargo de **MONITOR** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 01 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 125/2010.

NOMEIA O SR. MAURO RODRIGUES DE SOUZA FILHO PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Sr. MAURO RODRIGUES DE SOUZA FILHO0,** portador do CPF nº 277.103.512-04 para ocupar o cargo de **MOTORISTA** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 01 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 126/2010.

NOMEIA A SRA. ROSICLEIA SANTANA PARA OCUPAR O CARGO DE RECEPCIONISTA/TELEFONISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. ROSICLEIA SANTANA ,** portadora do CPF nº 905.551.121-87 para ocupar o cargo de **RECEPCIONISTA/ TELEFONISTA** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 01 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 143/2010.

NOMEIA A SRA. ROSINEI PERONDI PARA OCUPAR O CARGO DE MONITOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. ROSINEI PERONDI ,** portadora do CPF nº 981.572.211-53 para ocupar o cargo de **MONITOR** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 15 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quinze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127/2010.

NOMEIA A SRA. SILVANA NUNES VIANA PAIVA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR NIVEL 02 40 HORAS SEMANAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. SILVANA NUNES VIANA PAIVA ,** portadora do CPF nº 948.924.661-15 para ocupar o cargo de **PROFESSOR NIVEL 02 40 HORAS SEMANAIS** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 01 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135/2010.

NOMEIA A SRA. SIRLEI DOS SANTOS SILVA DOMINGUES PARA OCUPAR O CARGO DE MONITOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. SIRLEI DOS SANTOS SILVA DOMINGUES ,** portadora do CPF nº 949.445.471-53 para ocupar o cargo de **MONITOR** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 05 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 05/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 128/2010.

NOMEIA A SRA. TEREZINHA VARGAS BELLO DE CARLI PARA OCUPAR O CARGO DE MONITOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. TEREZINHA VARGAS BELLO DE CARLI ,** portadora do CPF nº 494.589.739-53 para ocupar o cargo de **MONITOR** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 01 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129/2010.

NOMEIA A SRA. VERA LUCIA SILVESTRIN LOCH PARA OCUPAR O CARGO DE MONITOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. VERA LUCIA SILVESTRIN LOCH ,** portadora do CPF nº 942.299.709-78 para ocupar o cargo de **MONITOR** do quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 01 de Abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quatorze dias do mês de Abril de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/2010.

NOMEIA A SRA. SELIANE DEJANIRA MOREIRA PARA OCUPAR O CARGO DE MONITORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI, Prefeito de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. SELIANE DEJANIRA MOREIRA ,** portadora do CPF nº 959.713.001-72 para ocupar o cargo de **MONITORA** do

quadro pessoal de provimento efetivo do município de Sapezal, a partir de 11 de Março do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11/03/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos vinte e quatro dias do mês de Março de 2010.

JOÃO CESAR BORGES MAGGI
Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

RESULTADO

CARGO: MERENDEIRA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito	Assinatura
012	Angela Maria B. Ferreira Santos	9,0
019	Margarete Finti	9,0
035	Odenilda dos Santos Oliveira Oliveira	9,0
016	Marilza Ferreira de S. Servina	8,6
025	Waldiria A. Mendes Oliveira	8,6
015	Marcia Braga dos Santos	8,6
056	Gecilda Gonçalves Pacheco	8,0
063	Elza Castorina de Carvalho	8,0
004	Marlene Pereira de Menezes	8,0
017	Raquel Alves Ricardo	8,0
008	Ester Correa de Oliveira	8,0
011	Jaqueline Kuhn	8,0
039	Juseli de Jesus Meloni	8,0
046	Dolores Maia de Azevedo	7,6
045	Ana Cordeiro Everton	7,6
029	Regilene Alves de Sousa	7,6
064	Joseane de Oliveira Roberto	7,6
027	Naiara Queiroz Cruz	7,6
034	Maria Isabel Borges	7,2
026	Sirlene Bragança Almeida	7,0
037	Silvanete Neres Troni	7,0
021	Márcia Ines Henz	7,0
023	Márcia Aparecida Viana	7,0
032	Lindalva de Araújo	7,0
038	Rita T. Assis	6,6
001	Elizabeth Bastos Carmona	6,6
003	Cleia Andrade de Melo	6,6
052	Lourdes Baptista de Campos da Silva	6,0
010	Aldenira F. Rocha Saturnino	6,0
005	Elizabeth Mara Businaro	6,0
050	Elizangela Alves de Freitas	6,0
054	Cássia da Silva Souza	6,0
002	Kleidiane Mora e Silva	5,6
014	Maria Eliege da Silva	5,0
024	Sueli Pereira dos Santos	5,0
033	Priscila Alves Pereira de Souza	5,0
006	Maria de Fátima dos Santos	Não classificado
007	Rosilda S. Oliveira	Não classificado
009	Edivania F. da Silva	Não classificado
013	Ivete Maria Gino da Conceição	Não classificado
018	Valquíria Sega	Não classificado
020	Maria Batista da Silva	Não classificado
022	Valdeci Terrulina Teixeira	Não classificado
028	Maria Vieira de Passos	Não classificado
030	Ronilda Pereira de Matos	Não classificado
031	Izabel de Oliveira	Não classificado
036	Ana Maria Ferreira	Não classificado
037	Silvanete Neres Troni	Não classificado
040	Veruza de Souza Barbosa	Não classificado
041	Eva Pooalirio Cardozo	Não classificado
042	Ivani da Macena	Não classificado
043	Wanuzia Batista dos Santos	Não classificado
044	Juliana Rodrigues da Silva	Não classificado
047	Ângela Maria dos Santos	Não classificado
048	Angela Leite de Sales	Não classificado
049	Rosineide Batez de França	Não classificado
051	Neuzi Santana Vaz	Não classificado
053	Ivone Marques	Não classificado
055	Elane M. Euzébio	Não classificado
057	Dalvecir dos Reis Silva	Não classificado
058	Maricelma Nunes da Cruz Campos	Não classificado
059	Sandra Regina de Souza Limeira	Não classificado
060	Raimunda Nonata R. Oliveira	Não classificado
061	Elcia Ferreira	Não classificado
062	Maria Aparecida Araújo Silva	Não classificado
065	Elizabeth Martins Vieira	Não classificado
066	Katia Aparecida da Silva	Não classificado

Sapezal, 05 de Fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

CARGO: MONITOR

Número da Inscrição	Nome do Inscrito	Nota
054	Evolina Pereira Foles	8,75
057	Aniversina Lopes Amorim	8,75
076	Gheysa Graciela Nobre	8,25
007	Simone Olanda Souza	7,75
074	Liria Mandelli	7,75
019	Jaqueline de Lima Cordon	7,5
068	Magna Juliana de Assis	7,5
005	Rosinei Perondi	7,0
036	Thainara Aguiar Menezes	7,0
089	Eronilde Lacerda de Souza	6,75
023	Neli Simões Alem Calado	6,75
048	Francisca Cleidine S. Lima	6,75
006	Tiago Ferreira	6,75
008	Cleuci Acelina	6,5
003	Maria José Maurício	6,5
049	Vilenice Dias Araújo	6,5
066	Rosalva Maria Garcia Alves	6,5
055	Larissa Cisneros Montecchi	6,5
102	Eloise Rita Jung Finkler	6,25
018	Rita Souza Soares	6,25
056	Thatiane Maria Almeida de Souza	6,25
010	Jéssica Alini Gomes de Jesus	6,25
053	Lucimar Aparecida Flores Martins	6,0
069	Cristina Rosangela R. Sacamori	6,0
046	Diane Alexandre da Silva	6,0
014	Rosicléia Santana	6,0
111	Maria Estela G. Nobre	5,75
016	Maria Juliana da Silva Santos	5,75
075	Giovana da Silva Pereira	5,75
084	Maria do Carmo Pires	5,75
034	Cleide de Oliveira	5,75
017	Andréia Florão	5,75
047	Cleidiane Ferreira G. Griep	5,75
011	Josefa Claudia dos Santos	5,75

Estado do Mato Grosso
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

028	Edileusa Rodrigues Monção	5,75
032	Ana Paula Silva Andrade	5,75
100	Marli Aparecida	5,5
104	Adriana Cezimbra da Luz	5,5
092	Angelica do Prado Santos	5,5
041	Marinalva Souza de Barros	5,25
061	Valeria de Santana Machado	5,25
106	Sonaria Ferreira da Silva	5,25
033	Maria Rosa Vieira de Jesus	5,0
101	Ana de Fátima Mota Flores	5,0
090	Silvania da Silva Pereira	5,0
063	Evyane Sampaio Serapião	5,0
035	Valdineia Pereira de Lara	5,0
004	Juliane da Silva	5,0
059	Fabiana de Amorim Melo	5,0
116	Marli Alves Evangelista	5,0
040	Joelma Vicente da Silva	5,0
091	Antonia Ferreira Arruda	5,0
088	Juliana Rodrigues Bacca	5,0
027	Simone Aparecida de Oliveira	5,0
015	Luzinete de Oliveira Zatta	5,0
031	Patrícia Guralski Damasceno	Não classificada
044	Edneia Pereira dos Santos	Não classificada
051	Jaqueline da Silva	Não classificada
052	Patricia Simone L. P. Vargas	Não classificada
062	Bianca Karoline C. de Oliveira	Não classificada
065	Regiane Gonçalves de Oliveira	Não classificada
083	Dilma Rosalina da Silva	Não classificada
097	Lindomar Fernandes Oliveira	Não classificada
060	Vera Alves Martins	Não classificada
024	Vanuzia Barbosa Bitencourt	Não classificada
030	Antonia Martins Maia Andrade	Não classificada
021	Evellyn Carla Santa Braga	Não classificada
002	Maria Vilma da S. Mascarenhas	Não classificada
043	Dileuza do Carmo Freitas	Não classificada
042	Cidinéia Campos de Oliveira	Não classificada
071	Rosana Ferreira de Sena	Não classificada
078	Cristilene Kroetzler da Silva	Não classificada
099	Marli Salvaterra	Não classificada
112	Débora Borba	Não classificada
022	Valdeci Rodrigues Simplício	Não classificada
067	Silvanete da Silva	Não classificada
072	Rozeneide Esteves Ficner	Não classificada
013	Jucinéia de Jesus Meloni	Não classificada
080	Deisiane Gessica Pereira Nobre	Não classificada
082	Valência Machado Duarte	Não classificada
103	Ana Rosa Santana Jansen	Não classificada
113	Suzana Aparecida dos Santos	Não classificada
058	Aldeni de Jesus da Silva	Não classificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
CNPJ 01 614 225 / 0001 – 09
Estado do Mato Grosso
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

081	Maria Aparecida Pereira Nery	Não classificada
107	Angelica Sampaio da Silva	Não classificada
001	Genilsa Salgueiro de Souza	Não classificada
115	Vania Torraca Lima	Não classificada
037	Irlane Cristina Jesus Araújo	Ausente
038	Dalila Virginia Ferreira Vergo	Ausente
039	Neliete Pulqueria de Souza	Ausente
045	Rute Emerick Gomes	Ausente
050	Angela Maria Martins Guedes	Ausente
085	Sônia de Fátima N. Troni	Ausente
086	Valéria de Fátima Vigilato	Ausente
087	Vanessa Amaral de Souza	Ausente
093	Cintia Domingos Roma	Ausente
094	Silvia Apell	Ausente
095	Sirlei Aparecida Moreira Neres	Ausente
096	Susamar Barcelos Alves Faedo	Ausente
098	Luzia albino Massafera Stefano	Ausente
108	Lilian Evangelista Poiatti	Ausente
109	Andréia Martins de Sá	Ausente
110	Leila Evangelista Poiatti	Ausente
077	Elizaine Batista Miranda	Ausente
064	Rosilene de Souza Oliveira	Ausente
070	Julia Maria Gonzáles de Almeida	Ausente
073	Raquel de Souza Martins	Ausente
079	Fabiane Matos Coelho	Ausente
105	Marcia Silva de Paula	Ausente
114	Elizandra dos Santos Simplício	Ausente
025	Josenilda dos Santos Avila	Ausente
026	Mayara Moraes Soares de Lima	Ausente
029	Cirlene Bezerra da Silva	Ausente
009	Margarida Gomes Caldeira	Ausente
012	Elani Gomes de Moura	Ausente
020	Edna Maria Santana	Ausente

Sapezal, 08 de fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

RELAÇÃO DE INSCRITOS

CARGO: MONITOR

Número da Inscrição	Nome do Inscrito
001	Genilsa Salgueiro de Souza
002	Maria Vilma da S. Mascarenhas
003	Maria José Maurício
004	Juliane da Silva
005	Rosinei Perondi
006	Tiago Ferreira
007	Simone Olanda Souza
008	Cleuci Acelina
009	Margarida Gomes Caldeira
010	Jéssica Alini Gomes de Jesus
011	Josefa Claudia dos Santos
012	Elani Gomes de Moura
013	Jucinei de Jesus Meloni
014	Rosicléia Santana
015	Luzinete de Oliveira Zatta
016	Maria Juliana da Silva Santos
017	Andréia Florão
018	Rita Souza Soares
019	Jaqueline de Lima Cordon
020	Edna Maria Santana
021	Evellyn Carla Santa Braga
022	Valdeci Rodrigues Simplício
023	Neli Simões Alem Calado
024	Vanuzia Barbosa Bitencourt
025	Josenilda dos Santos Avila

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
CNPJ 01 614 225 / 0001 – 09
Estado do Mato Grosso
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

026	Mayara Moraes Soares de Lima
027	Simone Aparecida de Oliveira
028	Edileusa Rodrigues Monção
029	Cirlene Bezerra da Silva
030	Antonia Martins Maia Andrade
031	Patrícia Guralski Damasceno
032	Ana Paula Silva Andrade
033	Maria Rosa Vieira de Jesus
034	Cleide de Oliveira
035	Valdineia Pereira de Lara
036	Thainara Aguiar Menezes
037	Irlane Cristina Jesus Araújo
038	Dalila Virginia Ferreira Vergo
039	Neliete Pulqueria de Souza
040	Joelma Vicente da Silva
041	Marinalva Souza de Barros
042	Cidinéia Campos de Oliveira
043	Dileuza do Carmo Freitas
044	Edneia Pereira dos Santos
045	Rute Emerick Gomes
046	Diane Alexandre da Silva
047	Cleidiane Ferreira G. Griep
048	Francisca Cleidine S. Lima
049	Vilenice Dias Araújo
050	Angela Maria Martins Guedes
051	Jaqueline da Silva
052	Patricia Simone L. P. Vargas
053	Lucimar Aparecida Flores Martins
054	Evolina Pereira Foles
055	Larissa Cisneros Montecchi
056	Thatiane Maria Almeida de Souza
057	Aniversina Lopes Amorim
058	Aldeni de Jesus da Silva
059	Fabiana de Amorim Melo
060	Vera Alves Martins
061	Valeria de Santana Machado
062	Bianca Karoline C. de Oliveira
063	Evyane Sampaio Serapião
064	Josilene de Souza Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
CNPJ 01 614 225 / 0001 – 09
Estado do Mato Grosso
Secretaria de de Educ, Cultura e Esporte

065	Regiane Gonçalves de Oliveira
066	Rosalva Maria Garcia Alves
067	Silvanete da Silva
068	Magna Juliana de Assis
069	Cristina Rosangela R. Sacamori
070	Julia Maria Gonzáles de Almeida
071	Rosana Ferreira de Sena
072	Rozeneide Esteves Ficner
073	Raquel de Souza Martins
074	Liria Mandelli
075	Giovana da Silva Pereira
076	Gheysa Graciela Nobre
077	Elizaine Batista Miranda
078	Cristilene Kroetzler da Silva
079	Fabiane Matos Coelho
080	Deisiane Gessica Pereira Nobre
081	Maria Aparecida Pereira Nery
082	Valência Machado Duarte
083	Dilma Rosalina da Silva
084	Maria do Carmo Pires
085	Sônia de Fátima N. Troni
086	Valéria de Fátima Vigilato
087	Vanessa Amaral de Souza
088	Juliana Rodrigues Bacca
089	Eronilde Lacerda de Souza
090	Silvania da Silva Pereira
091	Antonia Ferreira Arruda
092	Angelica do Prado Santos
093	Cintia Domingos Roma
094	Silvia Apell
095	Sirlei Aparecida Moreira Neres
096	Susamar Barcelos Alves Faedo
097	Lindomar Fernandes Oliveira
098	Luzia albino Massafera Stefano
099	Marli Salvaterra
100	Marli Aparecida
101	Ana de Fátima Mota Flores
102	Eloise Rita Jung Finkler
103	Ana Rosa Santana Jansen

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
CNPJ 01 614 225 / 0001 – 09
Estado do Mato Grosso
Secretaria de de Educ, Cultura e Esporte

104	Adriana Cezimbra da Luz
105	Marcia Silva de Paula
106	Sonaria Ferreira da Silva
107	Angelica Sampaio da Silva
108	Lilian Evangelista Poiatti
109	Andréia Martins de Sá
110	Leila Evangelista Poiatti
111	Maria Estela G. Nobre
112	Débora Borba
113	Suzana Aparecida dos Santos
114	Elizandra dos Santos Simplício
115	Vania Torraca Lima
116	Marli Alves Evangelista

Sapezal, 30 de janeiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

RESULTADO

CARGO: MONITOR

Número da Inscrição	Nome do Inscrito	Nota
054	Evolina Pereira Foles	8,75
057	Aniversina Lopes Amorim	8,75
076	Gheysa Graciela Nobre	8,25
007	Simone Olanda Souza	7,75
074	Liria Mandelli	7,75
019	Jaqueline de Lima Cordon	7,5
068	Magna Juliana de Assis	7,5
005	Rosinei Perondi	7,0
036	Thainara Aguiar Menezes	7,0
089	Eronilde Lacerda de Souza	6,75
023	Neli Simões Alem Calado	6,75
048	Francisca Cleidine S. Lima	6,75
006	Tiago Ferreira	6,75
008	Cleuci Acelina	6,5
003	Maria José Maurício	6,5
049	Vilenice Dias Araújo	6,5
066	Rosalva Maria Garcia Alves	6,5
055	Larissa Cisneros Montecchi	6,5
102	Eloise Rita Jung Finkler	6,25
018	Rita Souza Soares	6,25
056	Thatiane Maria Almeida de Souza	6,25
010	Jéssica Alini Gomes de Jesus	6,25
053	Lucimar Aparecida Flores Martins	6,0
069	Cristina Rosangela R. Sacamori	6,0
046	Diane Alexandre da Silva	6,0
014	Rosicléia Santana	6,0
111	Maria Estela G. Nobre	5,75
016	Maria Juliana da Silva Santos	5,75
075	Giovana da Silva Pereira	5,75
084	Maria do Carmo Pires	5,75
034	Cleide de Oliveira	5,75
017	Andréia Florão	5,75
047	Cleidiane Ferreira G. Griep	5,75
011	Josefa Claudia dos Santos	5,75

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
CNPJ 01 614 225 / 0001 – 09
Estado do Mato Grosso
Secretaria de de Educ, Cultura e Esporte

028	Edileusa Rodrigues Monção	5,75
032	Ana Paula Silva Andrade	5,75
100	Marli Aparecida	5,5
104	Adriana Cezimbra da Luz	5,5
092	Angelica do Prado Santos	5,5
041	Marinalva Souza de Barros	5,25
061	Valeria de Santana Machado	5,25
106	Sonaria Ferreira da Silva	5,25
033	Maria Rosa Vieira de Jesus	5,0
101	Ana de Fátima Mota Flores	5,0
090	Silvania da Silva Pereira	5,0
063	Evyane Sampaio Serapião	5,0
035	Valdineia Pereira de Lara	5,0
004	Juliane da Silva	5,0
059	Fabiana de Amorim Melo	5,0
116	Marli Alves Evangelista	5,0
040	Joelma Vicente da Silva	5,0
091	Antonia Ferreira Arruda	5,0
088	Juliana Rodrigues Bacca	5,0
027	Simone Aparecida de Oliveira	5,0
015	Luzinete de Oliveira Zatta	5,0
031	Patricia Guralski Damasceno	Não classificada
044	Edneia Pereira dos Santos	Não classificada
051	Jaqueline da Silva	Não classificada
052	Patricia Simone L. P. Vargas	Não classificada
062	Bianca Karoline C. de Oliveira	Não classificada
065	Regiane Gonçalves de Oliveira	Não classificada
083	Dilma Rosalina da Silva	Não classificada
097	Lindomar Fernandes Oliveira	Não classificada
060	Vera Alves Martins	Não classificada
024	Vanuzia Barbosa Bitencourt	Não classificada
030	Antonia Martins Maia Andrade	Não classificada
021	Evellyn Carla Santa Braga	Não classificada
002	Maria Vilma da S. Mascarenhas	Não classificada
043	Dileuza do Carmo Freitas	Não classificada
042	Cidinéia Campos de Oliveira	Não classificada
071	Rosana Ferreira de Sena	Não classificada
078	Cristilene Kroetzler da Silva	Não classificada
099	Marli Salvaterra	Não classificada
112	Débora Borba	Não classificada
022	Valdeci Rodrigues Simplício	Não classificada
067	Silvanete da Silva	Não classificada
072	Rozeneide Esteves Ficner	Não classificada
013	Jucinéia de Jesus Meloni	Não classificada
080	Deisiane Gessica Pereira Nobre	Não classificada
082	Valência Machado Duarte	Não classificada
103	Ana Rosa Santana Jansen	Não classificada
113	Suzana Aparecida dos Santos	Não classificada
058	Aldeni de Jesus da Silva	Não classificada

081	Maria Aparecida Pereira Nery	Não classificada
107	Angelica Sampaio da Silva	Não classificada
001	Genilsa Salgueiro de Souza	Não classificada
115	Vania Torraca Lima	Não classificada
037	Irlane Cristina Jesus Araújo	Ausente
038	Dalila Virginia Ferreira Vergo	Ausente
039	Neliete Pulqueria de Souza	Ausente
045	Rute Emerick Gomes	Ausente
050	Angela Maria Martins Guedes	Ausente
085	Sônia de Fátima N. Troni	Ausente
086	Valéria de Fátima Vigilato	Ausente
087	Vanessa Amaral de Souza	Ausente
093	Cintia Domingos Roma	Ausente
094	Silvia Apell	Ausente
095	Sirlei Aparecida Moreira Neres	Ausente
096	Susamar Barcelos Alves Faedo	Ausente
098	Luzia albino Massafera Stefano	Ausente
108	Lilian Evangelista Poiatti	Ausente
109	Andréia Martins de Sá	Ausente
110	Leila Evangelista Poiatti	Ausente
077	Elizaine Batista Miranda	Ausente
064	Rosilene de Souza Oliveira	Ausente
070	Julia Maria Gonzáles de Almeida	Ausente
073	Raquel de Souza Martins	Ausente
079	Fabiane Matos Coelho	Ausente
105	Marcia Silva de Paula	Ausente
114	Elizandra dos Santos Simplício	Ausente
025	Josenilda dos Santos Avila	Ausente
026	Mayara Moraes Soares de Lima	Ausente
029	Cirlene Bezerra da Silva	Ausente
009	Margarida Gomes Caldeira	Ausente
012	Elani Gomes de Moura	Ausente
020	Edna Maria Santana	Ausente

Sapezal, 05 de fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

TESTE SELETIVO 001/2010
EDITAL 001/2010

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO

CARGO: PROFESSOR – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Número da Inscrição	Nome do Inscrito	Resultado
047	Eliana Costa Bessa	8,0
037	Elaine Vogt Frey	8,0
016	Clarice Lucia Schneider	7,0
022	Mônica Karla Zangari	7,0
019	Sérgio Lucio Martins	7,0
035	Benedita Fabriela de Souza S. Assunção	6,75
010	Claudia Dalla Vecchia	6,75
008	Keila Cristina Pereira Vieira	6,5
002	Ediana Auxiliadora Silva Leite	6,5
015	Fernanda J. Santos	6,25
032	Marcela Duarte Oliveira	6,25
042	Solange Birck Valk	6,25
049	Neuracy Ferreira da Silva	6,25
020	Maria José V. Weber	6,25
001	Crislene B. Figueiredo	6,15
006	Luzinete de L. e Silva	6,1
011	Maria Aparecida de Souza	6,0
013	Edelson Reis G. Campos	6,0
017	Marcia de Souza	6,0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
CNPJ 01 614 225 / 0001 – 09
Estado do Mato Grosso
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

026	Adelaine Lopes de Lima	5,75
027	Bernadete Lerner	5,5
012	Maria José dos Santos Silva	5,5
003	Maria José Alves Brandão Sousa	5,5
030	Fernanda Jesus G. A. Fukushima	5,5
025	Simone de F. Padoan	5,5
031	Maria Eliza B. Malaquias	5,5
014	Ellen Marcia S. Moura	5,5
005	Liliani de O. Jagnowitz	5,15
048	Leila Offmann Machado	5,0
043	Solange Maria de França	5,0
038	Edileuza Laurenço de Sousa	5,0
041	Nair Pereira de Oliveira	5,0
028	Rosana M. da Silva	5,0
044	Simone Maria Ferreira Ikert	5,0
046	Alexandra S. Martins Machado	5,0
033	Silvana Nunes Viana	5,0
004	Giane Felix	Não aprovado
039	Rosilene Santana	Não aprovado
051	Sonia Mara de Paiva Cavalcante	Não aprovado
024	Andrea de Castro	Não aprovado
040	Ilza Tomaz	Não aprovado
050	Solange de Lima Souza	Não aprovado
018	Sônia Maristela Grossklaus	Não aprovado

Sapezal, 05 de fevereiro de 2010.

Nelci T. Rauber Ansolin
Presidente da Comissão de Seleção de Pessoal
Port. Nº 004/2010

Prefeitura Municipal de Sinop

PORTARIA N.º 226/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PROPORCIONAL ao servidor AMADOR DA SILVA."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Sinop, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, combinado com Art. 12, inciso I, art. 13, § 1, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de agosto de 2006, que rege a previdência municipal de Sinop/MT, Capitulo IX, Seção II, art. 161 e 163, da Lei Municipal n. 254/ 1993, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município, da Lei Municipal n.º 568/1999, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS PROPORCIONAIS,** ao servidor Sr. **AMADOR DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG n. 1438578 SSP/PR e inscrito no CPF n. 283.576.399-68, servidor público, efetivo no cargo de MECÂNICO MONTADOR DE MOTORES, referência "CE-16", lotado na SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º **2010.03.0003P**, **a partir de 15 de junho de 2010** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 15 de junho de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 21 de maio de 2010.

JHONI HELEN CRESTANI
Diretora Executiva do PREVI-SINOP

Homologo:

Juarez Costa
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 265/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ INTEGRAL à servidora CLEIDE BARBIERO DA SILVA."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Sinop, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, combinado com Art. 12, inciso I, art. 13, § 1 e artigo 14 da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de agosto de 2006, que rege a previdência municipal de Sinop/MT, Capitulo IX, Seção II, art. 161 e 163, da Lei Municipal n. 254/1993, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município, da Lei Municipal n.º 568/1999, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS,** à servidora Sra. **CLEIDE BARBIERO DA SILVA**, brasileira, portadora do RG n. 4910338-7 SSP/PR e inscrita no CPF n. 899.714.189-91, servidora pública, efetiva no cargo de MONITORA DE CRECHE, referência "CE-006", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º **2010.03.0004P**, **a partir de 15 de junho de 2010** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 15 de junho de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 15 de junho de 2010.

JHONI HELEN CRESTANI
Diretora Executiva do PREVI-SINOP

Homologo:

Juarez Costa
Prefeito Municipal

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2010OBJETO:

O presente Termo Aditivo **Acresce o Valor** inicial do convênio e **Prorroga sua Vigência DO VALOR:** Em decorrência do presente *Termo Aditivo*, o *valor* global inicialmente conveniado será acrescido de **R$ 69.000,00** (sessenta e nove mil reais) passando a ser de **R$ 167.640,00** (cento e sessenta e sete mil seiscentos e quarenta reais)**.DA VIGÊNCIA PRAZO:** O presente Convênio fica prorrogado até 31 de agosto de 2010, podendo ser prorrogado segundo conveniência da Convenente.**DO DOTAÇÃO:** Para a execução do referido convênio serão destinados pela CONCEDENTE, recursos provenientes dos códigos orçamentários: a) **14.01000.10.301.0021.2090.339039.0000.201 –** R$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais).**CONCEDENTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**CONVENENTE:** A.A.S. – ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE DE SINOPSinop, 07 de junho de 2010

PORTARIA N.º 263/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ INTEGRAL ao servidor JOSE RIBEIRO DOS SANTOS NETO."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Sinop, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, combinado com Art. 12, inciso I, art. 13, § 1 e artigo 14 da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de agosto de 2006, que rege a previdência municipal de Sinop/MT, Capitulo IX, Seção II, art. 161 e 163, da Lei Municipal n. 254/1993, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município, da Lei Municipal n.º 568/1999, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS,** ao servidor Sr. **JOSE RIBEIRO DOS SANTOS NETO**, brasileiro, portador do RG n. 12195402 SSP/SP e inscrito no CPF n. 017.715.038-66, servidor público, efetivo no cargo de OPERADOR BRAÇAL, referência "CE-04-004", lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º **2010.03.0005P**, **a partir de 15 de junho de 2010** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 15 de junho de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 15 de junho de 2010.

JHONI HELEN CRESTANI
Diretora Executiva do PREVI-SINOP

Homologo:

Juarez Costa
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 264/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ INTEGRAL ao servidor VALTAIR CÂNDIDO DA SILVA."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Sinop, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, combinado com Art. 12, inciso I, art. 13, § 1 e artigo 14 da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de agosto de 2006, que rege a previdência municipal de Sinop/MT, Capitulo IX, Seção II, art. 161 e 163, da Lei Municipal n. 254/1993, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município, da Lei Municipal n.º 568/1999, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS,** ao servidor Sr. **VALTAIR CANDIDO DA SILVA**, brasileiro, portador do RG n. 531822 SSP/MT e inscrito no CPF n. 327.783.841-20, servidor público, efetivo no cargo de OPERADOR BRAÇAL, referência "CE-04-004", lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE, conforme processo administrativo do PREVI-SINOP, n.º **2010.03.0006P**, **a partir de 15 de junho de 2010** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 15 de junho de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 15 de junho de 2010.

JHONI HELEN CRESTANI
Diretora Executiva do PREVI-SINOP

Homologo:

Juarez Costa
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0015/2010
DATA: 15 de Junho de 2010
SÚMULA: Exonera, do quadro comissionado, o servidor que menciona.

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA, DIRETOR DO SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, do quadro comissionado, o servidor que menciona:

NOME	*CARGO*	*CC*	*EXONERAÇÃO*
Talita Agostini São João	*Assistente de Divisão*	03 A	16/06/2010

Art.2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO DIRETOR DO SAAES,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 15 Junho de 2010

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA
Diretor Presidente do SAAES

Prefeitura Municipal de Sorriso

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 067/2010

O Município de Sorriso – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08:00 horas (Horário Local) e às 09:00 horas (Horário de Brasília), do dia 05 de Julho de 2010**, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Av. Porto Alegre, 2.525, Centro – Sorriso - MT, abertura do Pregão Presencial nº 067/2010, pelo Menor Preço por Item, para **"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instalação, Manutenção e Limpeza de Ar Condicionados".**

O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Sorriso, durante o horário de expediente.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

Sorriso – MT, 16 de Junho de 2010

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro / Prefeitura de Sorriso – MT

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 068/2010

O Município de Sorriso – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **10:00 horas (Horário Local) e às 11:00 horas (Horário de Brasília), do dia 05 de Julho de 2010**, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Av. Porto Alegre, 2.525, Centro – Sorriso - MT, abertura do Pregão Presencial nº 068/2010, pelo Menor Preço Global, para **"Aquisição de 02 (dois) Veículos 0KM, Ano e Modelo não inferior a 2010, Motor 1.0, Bicombustível, 04 Portas, Cor Branca, com Ar Condicionado".**

O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Sorriso, durante o horário de expediente.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

Sorriso – MT, 16 de Junho de 2010

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro / Prefeitura de Sorriso – MT

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, conforme estabelece o Artigo 15, § 2º, da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, **a publicação trimestral dos preços registrados no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 011/2010**, conforme segue:

Empresas Detentoras da
Ata de Registro de Preços P.P. nº 011/2010

Lote	Vencedor	% de Custo sobre o valor da Tabela	Equivale a % de desconto sobre o valor da Tabela
001	NAF Peças e Serviços Automotivos Ltda	59,40	40,60
002	NAF Peças e Serviços Automotivos Ltda	55,30	44,70
003	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	55,40	44,60
004	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	50,00	50,00
005	NAF Peças e Serviços Automotivos Ltda	50,80	49,20
006	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	47,00	53,00
007	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	46,90	53,10
008	Aguilera Auto Peças Ltda	50,50	49,50
009	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	47,90	52,10
010	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	44,30	55,70
011	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	44,30	55,70
012	Tatiana Siqueira Santiago	41,00	59,00
013	Aguilera Auto Peças Ltda	54,60	45,40
014	NAF Peças e Serviços Automotivos Ltda	50,40	49,60
015	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	49,00	51,00
016	Tatiana Siqueira Santiago	52,90	47,10
017	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	48,50	51,50
018	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	49,80	50,20
019	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	47,90	52,10
020	NAF Peças e Serviços Automotivos Ltda	48,70	51,30
021	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	47,50	52,50
022	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	49,10	50,90
023	Aguilera Auto Peças Ltda	50,80	49,20
024	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	47,50	52,50
025	NAF Peças e Serviços Automotivos Ltda	62,80	37,20
026	NAF Peças e Serviços Automotivos Ltda	61,40	38,60
027	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	51,00	49,00
028	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	50,10	49,90
029	NAF Peças e Serviços Automotivos Ltda	60,40	39,60
030	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	60,00	40,00
031	Aguilera Auto Peças Ltda	60,30	39,70
032	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	60,50	39,50
033	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	62,00	38,00

034	Aguilera Auto Peças Ltda	57,00	43,00
035	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	58,00	42,00
036	Injenorte Bombas Injetoras do Norte Ltda	59,40	40,60

Sorriso – MT, 09 de junho de 2010

JONI ROBERTO BISCHOFF
PREGOEIRO/SORRISO – MT

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, conforme estabelece o Artigo 15, § 2º, da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, **a publicação trimestral dos preços registrados no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 015/2010,** conforme segue:

LOTES		VALOR GLOBAL REGISTRADO	EMPRESA
LOTE I	IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA MODERNIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.	1.988.928,73	DSS CONSTRUÇÃO TELECOMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA
LOTE II	MANUTENÇÃO NOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, OPERAÇÃO DO NÚCLEO DE REDE E GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.	875.317,44	DSS CONSTRUÇÃO TELECOMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA
LOTE III	FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ATIVOS DE REDE E DE ENERGIA ELÉTRICA ININTERRUPTA COM INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E GARANTIA DE 12 MESES PARA USO NA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO DE MODERNIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.	798.653,99	DSS CONSTRUÇÃO TELECOMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA

Sorriso – MT, 09 DE JUNHO DE 2010

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro/Prefeitura de Sorriso – MT

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, conforme estabelece o Artigo 15, § 2º, da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação trimestral dos preços registrados no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 022/2010, conforme segue:

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:
COOPERVISO COOPERATIVA DOS VIGILANTES DE SORRISO

DESCRIÇÃO		QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL REGISTRADO POR VIGIA
01	VIGIAS	125	R$ 1.150,00

Sorriso – MT, 09 de junho de 2010

MIRALDO GOMES DE SOUZA
PREGOEIRO/SORRISO – MT

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, conforme estabelece o Artigo 15, § 2º, da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação trimestral dos preços registrados no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 025/2010, conforme segue:

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços: MADEIREIRA 3R LTDA

Descrição		Quant M³	Valor Unit. Registrado
01	Madeira para caixaria	50	675,00
02	Pranchas em cumaru, garrote, sucupira amarela e garrapeira serrado em prancha	100	1.350,00
03	Tabuado de Cedrinho	50	945,00
04	Tabuado de Champagne	5	1.350,00
05	Vigamento	20	1.850,00

Sorriso – MT, 09/06/2010

MIRALDO GOMES DE SOUZA
PREGOEIRO/SORRISO – MT

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, conforme estabelece o Artigo 15, § 2º, da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação trimestral dos preços registrados no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 014/2010, conforme segue:

Empresas Detentoras da
Ata de Registro de Preços P.P. nº 014/2010

ITEM	VALOR UNIT.	EMPRESA
BROMETO DE TIOTROPIO	326,00	Dist. de Medicamentos Bevilaqua Ltda
FRASCO DE NUTRICAO ENTERAL 300ML	51,00	Dental Centro Oeste Ltda
IBUPROFENO 20 MG/ML	108,00	Duomed Dist. Medicamentos Ltda
LANCETA P/ APARELHO DE GLICOSE	43,00	Duomed Dist. Medicamentos Ltda
LANCETADOR P/ TESTE DE GLICEMIA	7,50	Duomed Dist. Medicamentos Ltda
SISTEMA DE MONITORAMENTO DE GLICEMIA	54,00	Duomed Dist. Medicamentos Ltda
TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	9,30	Dental Centro Oeste Ltda
TETRACICLINA 250 MG	41,00	Dist. de Medicamentos Bevilaqua Ltda
TIRAS REAGENTES DE MEDIDA DE GLICEMIA CAPILAR	54,00	Duomed Dist. Medicamentos Ltda
ULTRA GEL PARA ULTRASSOM	16,50	Dist. de Medicamentos Bevilaqua Ltda

Sorriso – MT, 09 de Junho de 2010.

JONI ROBERTO BISCHOFF
Pregoeiro

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, conforme estabelece o Artigo 15, § 2º, da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, **a publicação trimestral dos preços registrados no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 018/2010,** conforme segue:

Empresas Detentoras da Ata de Registro de Preços

LOTES	Valor Registrado Por Lote	Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços
Lote 1	R$ 167.195,91	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 2	R$ 17.989,56	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 3	R$ 11.994,82	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 4	R$ 34.457,28	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 5	R$ 3.790,80	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 6	R$ 3.203,14	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 7	R$ 2.497,18	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 8	R$ 3.128,54	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 9	R$ 1.114,36	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 10	R$ 95.147,85	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 11	R$ 14.737,72	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 12	R$ 56.692,80	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 13	R$ 1.641,18	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 14	R$ 1.784,92	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 15	R$ 876,40	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 16	R$ 6.400,18	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 17	R$ 8.411,80	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 18	R$ 3.738,81	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 19	R$ 1.641,18	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 20	R$ 1.869,88	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 21	R$ 1.006,54	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 22	R$ 15.962,71	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 23	R$ 2.976,84	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 24	R$ 3.178,18	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 25	R$ 15.658,18	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 26	R$ 4.362,61	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 27	R$ 4.823,29	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 28	R$ 44.190,70	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 29	R$ 4.420,39	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 30	R$ 3.827,52	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 31	R$ 38.885,50	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 32	R$ 5.293,11	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 33	R$ 6.026,88	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 34	R$ 168.000,00	WILSON POMPERMAIER & CIA LTDA
Lote 35	R$ 45.864,00	PAULO CARRILHO ROMERO
Lote 36	R$ 78.842.95	DEL MORO & DEL MORO LTDA
Lote 37	R$ 51.460,50	DEL MORO & DEL MORO LTDA

Sorriso – MT, 09 de Junho de 2010.

JONI ROBERTO BISCHOFF
PREGOEIRO/SORRISO – MT

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, conforme estabelece o Artigo 15, § 2º, da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação trimestral dos preços registrados no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 024/2010, conforme segue:

Empresas Detentoras da Ata de Registro de Preços:

Item	Descrição	Marca	Valor Unit.
1	Câmara de ar 1100 x 22	TORTUGA	80,00
2	Câmara de ar 1000 x 20	TORTUGA	67,00
3	Câmara de ar 275/80 aro 22.5 bico centro	TORTUGA	66,00
4	Câmara de ar 750 aro 16 bico curto	TORTUGA	32,00
5	Câmara de ar aro 13 bico curto	TORTUGA	17,50
6	Câmara de ar aro 14	TORTUGA	18,50
7	Câmara de ar aro 14 bico curto	TORTUGA	17,80
8	Câmara de ar aro 15 bico curto	TORTUGA	23,50
9	Câmara de ar aro 295/80 aro 22.5	TORTUGA	80,00
10	Pneu 1000 x 20 borrachudo	FIRESTONE	690,00
11	Pneu 1000 x 20 liso	FIRESTONE	650,00
12	Pneu 1100 aro 22 liso	FIRESTONE	830,00
13	Pneu 1300 aro 24 traseiro	FIRESTONE	1.250,00
18	Pneu 175/70 aro 14	FIRESTONE	156,00
19	Pneu 175/70 aro 13	FIRESTONE	100,80
21	Pneu 185 aro 14	FIRESTONE	194,00
23	Pneu 215/75 aro 17.5	FIRESTONE	497,00
34	Pneu 750 aro 16 borrachudo	FIRESTONE	300,00
36	Pneu 750 aro 16 liso	FIRESTONE	275,00
37	Protetor aro 20	VIPAL	18,20

Item	Descrição	Marca	Valor Unit.
15	Pneu 16.9 aro 30 traseiro	PIRELLI	1.820,00

Item	Descrição	Marca	Valor Unit.
14	Pneu 1400 aro 24 traseiro	GOODYEAR	1.370,00
16	Pneu 165/70 aro 13	GOODYEAR	95,70
17	Pneu 17.5 aro 25 traseiro	GOODYEAR	2.340,00
20	Pneu 18.4 aro 30 traseiro	GOODYEAR	1.787,00
22	Pneu 205/70 aro 15	GOODYEAR	308,00
24	Pneu 215/80 aro 16 radial	GOODYEAR	268,00
25	Pneu 215/80 aro 16	GOODYEAR	268,00
26	Pneu 225/75 aro 15	GOODYEAR	279,00
27	Pneu 235/70 aro 16	GOODYEAR	338,00
29	Pneu 255/75 aro 15	GOODYEAR	353,00
30	Pneu 275/80 aro 22.5 borrachudo	GOODYEAR	845,00
31	Pneu 275/80 aro 22.5 liso	GOODYEAR	770,00
32	Pneu 295/80 aro 22.5 borrachudo	GOODYEAR	1.045,00
33	Pneu 295/80 aro 22.5 liso	GOODYEAR	950,00
35	Pneu 750 18 dianteiro	GOODYEAR	339,50

Total do Fornecedor :

Sorriso – MT, 09 de Junho de 2010

JONI ROBERTO BISCHOFF
PREGOEIRO/SORRISO – MT

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, conforme estabelece o Artigo 15, § 2º, da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação trimestral dos preços registrados no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 027/2010, conforme segue:

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços
VIVAZ VIAGENS E TURISMO LTDA ME

	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO POR PASSAGEM
01	PASSAGENS AÉREAS	2,6%
02	PASSAGENS TERRETRES	3,2%

Sorriso – MT, 09 de junho de 2010

MIRALDO GOMES DE SOUZA
PREGOEIRO/SORRISO – MT

Prefeitura Municipal de Tapurah

EDITAL DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2010

O Município de Tapurah - MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do **Pregão Presencial nº 010/2010**, sendo o objeto a prestação de serviços de reparos e manutenção da rede de iluminação pública da Sede e dos Distritos do Município, e também das instalações elétricas dos órgãos da Administração Municipal. Cuja a abertura deu-se em 11/06/2010, sagrou-se vencedora a empresa: **MR INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME** com o valor global de R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais), sendo R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) mensais. Tapurah – MT, 16 de junho de 2010. **ARLANE PEREIRA** Pregoeira/ Prefeitura de Tapurah – MT

Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte

CONVÊNIO Nº 002/2010

CONVÊNIO Nº 002/2010 que entre si celebram o **MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE** e **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE**

Pelo presente Instrumento Particular de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE,** inscrita no CNPJ sob nº 01.978.212/0001-00, com sede na Av. 12 de Abril 101, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor **MANOEL RODRIGUES DE FREITAS NETO**, brasileiro, portador da Cédula de Identificação RG nº 237357-5, expedida pela SSP/MT e Cadastro de Pessoa Física nº 564.752.769-87 doravante denominado **CONCEDENTE** e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS TERRA NOVA DO NORTE – APAE**, inscrita no CNPJ sob nº 00.650.858/0001-00, neste ato representado pela Senhora **SANDRA IVETE PINOW DA SILVA**, brasileira, portador da Cédula de Identificação RG nº 0710004-3 SSP MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº 468.738.561-34, doravante denominada **CONVENENTE**, no uso dos poderes conferidos, objetivando execução das ações previstas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Reconhecida no CNAS sob nº 71010002270-2005-05 e Aprovado o desembolso através da Lei Municipal nº 829/2007, têm justo e acertado o presente **CONVÊNIO** mediante Cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros exclusivamente para a aquisição de combustível a ser utilizado nos interesses laborais da convenente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – À CONCEDENTE COMPETE:

a) Repassar ao Convenente a importância total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) divididos em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas de R$ 500,00 (quinhentos reais);

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente convênio;

c) Receber, examinar e emitir parecer às prestações de conta, conforme plano de trabalho.

II – AO CONVENENTE COMPETE:

a) Aplicar os recursos recebidos do Município de Terra Nova do Norte, executando as atividades pactuadas, em consonância e conformidade com o objeto desse convênio;

b) Apresentar prestação de conta conforme Cláusula Sétima;

c) Movimentar os recursos financeiros liberados pela concedente, em conta específica ao convênio;

d) Restituir ao **CONCEDENTE**, eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção;

e) Receber e movimentar os recursos recebidos por conta deste Convênio em conta bancária exclusivamente aberta para este fim, identificando em sua denominação Convênio com o Município de Terra Nova do Norte;

f) Fornecer ao **CONCEDENTE,** todas as informações solicitadas com relação ao objeto do presente Convênio;

g) As Notas Fiscais e outros documentos comprobatórios das despesas serão emitidos em nome do **CONVENENTE**, com a identificação do número do convênio, mantendo em arquivo pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da aprovação pelo **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Termo de convênio terá vigência a partir da data de 03 de maio de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

É a PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, responsável por conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução do convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECURSO

Para execução do referido convênio serão destinados pelo **CONCEDENTE** recursos próprios do Município e consignados à seguinte dotação orçamentária:

04 – Secretaria Municipal de Educação

002 – Departamento de Educação
12 – Educação
367 – Educação Especial
0036 – Programa Educação para todos
2018 – Manutenção e Encargos com a Educação Especial
3350.41.00 – 0257 – Contribuições

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação de recursos será concedida diretamente através de transferência/depósito na conta corrente do Banco do Brasil AG-3863-6 c/c nº 10.837-5.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENENTE** apresentará Prestação de Contas Parcial a cada repasse para que possa ser liberado o repasse seguinte e na data do vencimento deste Convênio a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, protocolará prestação de contas final dos recursos repassado por força deste Convênio que deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, e esta posteriormente manterá a disposição do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

I – Relação de Pagamentos;
II – Extrato da conta bancária específica do recebimento da primeira parcela até o último pagamento;
III – Conciliação Bancária, se houver;
IV – Cópias dos Cheques;
V – Demonstrativo de Aplicação Financeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – As notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONVENENTE** devidamente identificado com nº do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo no prazo de cinco anos, contado da aprovação da prestação ou tomada de conta do **CONCEDENTE** relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA OITAVA – DA DEVOLUÇÃO

A **CONVENENTE** compromete-se a restituir os valores transferidos pelo **CONCEDENTE** através deste convênio atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais a partir da data do seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

a) Inexecução do objeto da avença;
b) Falta de apresentação da prestação de conta no prazo exigido;
c) Utilização de recurso em finalidade diversa da estabelecida no presente convênio;
d) Quando constatado irregularidade em que resulte prejuízo ao erário público no montante deste.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por quaisquer das partes ou ainda, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma ou fato que torne material ou formalidade inexeqüível.

PARÁGRAFO PRIMEIRO Constitui, particularmente, motivo de rescisão deste convênio a constatação do não cumprimento de quaisquer das exigências fixadas entre as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficará os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONCEDENTE** providenciará, a partir da data de assinatura deste convênio sua publicação em extrato no Jornal Oficial dos Municípios-AMM.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidas pelas vias administrativas, as partes elegem o foro da Comarca de Terra Nova do Norte – MT.

E, por estarem de comum acordo e compromissados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma com as testemunhas infra-indicadas para que se produzam os efeitos jurídicos e legais.

Terra Nova do Norte, MT, 03 de maio de 2010.

MANOEL RODRIGUES DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal
CONCEDENTE

SANDRA IVETE PINOW DA SILVA
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
CONVENENTE

Testemunhas:

Jefersson Cachone dos Anjos **Fabiana Zanchetta**
CPF nº 002.322.361-86 **CPF Nº 011.394.621-05**

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

Portaria nº 066/2010/CPSPA/SAD

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91, e;

Considerando a prorrogação contida na Portaria nº. 0243/2009, 016/2010 e 039/2010/CPSPA/SAD;
RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia 17 de junho de 2010, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria Nº 214/2010, de 06 de maio de 2010, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, página 87, de 18 de maio de 2010, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 029/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 17 de junho de 2010.

Marcos José da Silva
Sec. Mun. de Administração

AVISO DE ANULAÇÃO

O Município de Várzea Grande, através de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à Administração, resolve ANULAR O AVISO DE LICICTAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2010 publicado no D.O.U no dia 16/06/2010 pag. 141, no D.O.E do dia 15/06/2010 pag. 23 e no Jornal da A.M.M do dia 15/06/2010.Várzea Grande – MT, 16 de Junho de 2010..Luciano Raci de Lima - Pregoeiro.

AVISO DE RESULTADO - EXTRA-TEMPORE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2010

Referente à Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de pesagem em balança rodoviária eletrônica de caminhões de lixo urbano e hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que, o Pregão Presencial supracitado, homologado em 02/06/2010, sagrou-se vencedora a empresa: MARIA CONCEIÇÃO MACIEL – TREVO MÁQUINAS pelo valor total do lote 01 de R$ 79.000,00 . Várzea Grande – MT, 17 de Junho de 2010. Luciano Raci de Lima – Pregoeiro - Marcos José da Silva - Sec. Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Vera

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2010
CRITÉRIO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE NO MÍNIMO DUAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM REALIZADOS EM PLANTÕES E CONSULTAS JUNTO AS UNIDADES DE SAÚDE E ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

1- Plantão sobre aviso para atendimento de urgências, referente a 04 horas diárias;

2 - Plantões de 12 horas a serem prestados no Pronto Atendimento;

3 - Plantões de 24 horas a ser prestado no Pronto Atendimento Municipal;

4 - Atendimentos mensais a serem realizados em um dia por mês em cada assentamento do Município, com carga horária de 07 horas.

O Município de Vera-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às 11:00 horas do dia 05/07/2010 licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS,** regida pela lei 8.666/93, para a contratação supra citada. Outras informações e Edital completo poderão ser retirados somente na sala de licitação da Prefeitura Municipal com a Comissão Permanente de Licitação, de segunda a sexta feira no horário das 07:00 às 13:00 horas.

Vera - MT, 17 de Junho de 2010.

Nair Pretto
Presidente CPL

Valor do plantão sobre aviso para atendimento de urgências, referente a 04 horas R$ 130,00 (cento e trinta reais).

4.4 - Valor dos plantões de 12 horas a serem prestados no Pronto Atendimento Municipal R$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais).

4.5 - Valor dos plantões de 24 horas a ser prestado no Pronto Atendimento Municipal R$ 730,00 (setecentos e trinta reais).

4.6 - Valor dos atendimentos mensais a serem realizados em um dia por mês em cada assentamento do município, com carga horária de 07 horas R$ 300,00 (trezentos reais).

Consórcios Intermunicipais

CIDESAPA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA.
CNPJ: 09.235.065/0001-90

RESUMO DE EXTRATO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 001/2008
CONTRATADO: TRIMEC – CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO CONSTANTE DA CLAUSULA SÉTIMA DO CONTRATO ORIGINÁRIO, BEM COMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 001/2010, PELO PERÍODO DE 07 (SETE) MESES, ATÉ 31/12/2010, CONTADOS A PARTIR DA DATA DO PRESENTE TERMO, DE ACORDO COM O ART. 57, INCISO II, DA LEI 8.666/93, CONFORME REZA A CLAUSULA EDITALICIA 14.2 E AMPARADO PELA CLAUSULA CONTRATUAL 7.1 – DA VIGÊNCIA E A JUSTIFICATIVA DO PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA.
VALOR: R$ 554..571,36.
DATA: 28 DE MAIO DE 2010.

RESUMO DE EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 003/2010
CONTRATADO: H. M. – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A RESCISÃO DO CONTRATO Nº 003/2010 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ASSESSORIA TÉCNICA E CONSULTORIA SOBRE LEGISLAÇÃO ESPECIFICA E OUTRAS PERTINENTES, PARA O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL, CELEBRADO EM 04/01/2010.
DATA: 31 DE MAIO DE 2010

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação

De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Gerência de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa
Editoração Eletrônica:Silvio Luiz Gomes da Silva
Atendimento:Noides Cenio da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**